O Conselho de Administração delibera aprovar o Relatório de Execução Orçamental relativo ao 1º Semestre de 2019.

2019.07.29

Carlos Figueiredo
Vogal do Conselho de Administração

Sérgio Palais
Vogal do Conselho de Administração

Teresa Coelho
Presidente do Conselho de Administração

DOCAPESCA
PORTOS E LOTAS, S.A.

Relatório de Atividades, Demonstrações Financeiras e Execução Orçamental

1.º semestre de 2019

Atividades

Índice Atividades

Direção de Auditoria e Controlo Interno (DAC) 2
Direção de Assessoria Jurídica Gestão Dominial (DAJGD) 4
Área Dominial 4
Área Jurídica 12
Direção de Infraestruturas e Manutenção (DIMA) 13
Direção de Segurança e Manutenção (DSM) 15
Direção de Recursos Humanos (DRH) 18
Direção Financeira (DF) 22
Direção de Modernização Administrativa e Sistemas de Informação (DSI) 23
Direção Comercial e de Relações Institucionais 25
Direção de Exploração (DEXP) 29
Departamento de Estatística (DE) 31
Departamento de Controlo Orçamental e Avaliação de Risco (DCO) 32
Departamento de Marketing (DM) 34
Departamento de Segurança Alimentar e Certificação (DSAC) 38
Direção de Lotas e Portos de Pesca do Norte e Matosinhos (DLPPNM) 40
Direção de Lotas e Portos de Pesca do Centro Norte (DLPPCN) 45
Direção de Lotas e Portos de Pesca do Centro (DLPPC) 50
Direção de Lotas e Portos de Pesca do Centro Sul (DLPPCS) 53
Direção de Lotas e Portos de Pesca do Algarve (DLPPA) 56

75

Direção de Auditoria e Controlo Interno (DAC)

Foi elaborado o Plano Anual de Auditorias para 2019 (aprovado em 21/01/2019)

Auditorias Planeadas:

No semestre de 2019, a DAC desenvolveu as seguintes auditorias programadas:

- Procedimentos das tesourarias de Setúbal (aprovado por C.A. em 01/03/2019).
- Procedimentos das tesourarias de Portimão, Vila Real de Santo António, Olhão, Quarteira (aprovado por C.A. em 01/03/2019).
- Procedimentos de assiduidade;
- Início do levantamento dos procedimentos relativos à movimentação, dentro e fora da lota, das caixas para o acondicionamento de pescado. Neste âmbito foram visitadas as seguintes lotas: Peniche (DLPP Centro), Portimão, Quarteira e Olhão (DLPP Algarve).

Obrigações Legais:

Preparação e lançamento do procedimento concursal DAC-001-AD-2019, para a elaboração de um Plano de Prevenção de Riscos de Gestão (incluindo os riscos de corrupção e de infrações conexas) da Docapesca – Portos e Lotas, SA. Após a adjudicação, acompanhamento da equipa de projeto com vista à preparação do documento final.

No segundo trimestre de 2019, a direção procedeu acompanhou a elaboração e procedeu à análise da 1.ª versão do documento apresentado pela empresa consultora à qual foi adjudicado o trabalho. O documento final deverá ser concluído no decurso do 3.º trimestre.

Não programado:

Durante o 2.º trimestre de 2019 foram elaborados os seguintes documentos:

- Alerta da DAC sobre as obrigações legais decorrentes das alterações ao regime jurídico do livro de reclamações, que obriga a empresa a aderir ao Livro de Reclamações eletrónico a partir de 1 de julho;
- Foi preparada uma proposta de Política de Comunicação de Irregularidades da Docapesca – Portos e Lotas, SA.

Ações de formação profissional frequentadas:

- Código da Contratação Pública Avançado.

Outros contributos prestados:

- Levantamento dos contratos vigentes celebrados antes da entrada em vigor do Código dos Contratos Públicos (DL n.º 18/2008) (em colaboração com a Área de Compras Públicas/DAJGD);

- Verificação em SAP dos fornecedores que têm contratos com os postos de vendagem (em colaboração com o DCO);
- Verificação sobre a integração de ICL em SAP;
- Prestação de apoio a outras unidades orgânicas, sempre que solicitado;
- Colaboração com auditorias externas.

MS

Direção de Assessoria Jurídica Gestão Dominial (DAJGD)

Área Dominial

Gestão Dominial Nazaré

A atividade do serviço de gestão dominial no porto da Nazaré envolveu quatro áreas: assessoria à DAJGD, funções de natureza administrativa e colaboração com a área financeira, exploração e exercício da competência da autoridade portuária e apoio à área da manutenção.

1. Assessoria à DAJGD

As atividades desenvolvidas a este nível incidem, por um lado, na gestão dos portos de Nazaré e S. Martinho do Porto sob jurisdição da Docapesca, e, por outro, o apoio à Direção no acompanhamento e preparação de informações sobre diversos assuntos relacionados com as utilizações dominiais nas áreas de jurisdição e na preparação e elaboração dos processos a propor a atribuição de títulos de uso privativo.

- Receção e apreciação do pedido do Clube Naval da Nazaré para utilizar e explorar o núcleo de recreio do porto da Nazaré, assunto que se encontra em fase final de decisão no sentido da atribuição de um título de utilização;
- Celebração do contrato de concessão com a firma Oceano Fresco, S.A., destinado à ocupação dominial no porto da Nazaré, com a construção e exploração de um estabelecimento de culturas marinhas (maternidade de bivalves);
- Receção e apreciação do pedido da firma Oceano Fresco, S.A., para a rejeição das águas provenientes do circuito da maternidade de bivalves poderem descarregar para a rede portuária de água pluviais;
- Análise e emissão de parecer sobre a ETAR e emissário submarino da Nazaré, para resposta à solicitação da empresa Águas do Tejo Atlântico do grupo Águas de Portugal;
- Colaboração com a Direção Comercial e Relações Institucionais, nas propostas de alterações e atualizações do Regulamento Específico de Tarifas para os Portos do Centro;
- Colaboração com a Área de Ambiente da Direção de Exploração no acompanhamento da "Prestação dos serviços de recolha e encaminhamento de resíduos do Porto de Pesca da Nazaré DEXP-032-CPr-2018";
- Presença e colaboração na reunião havida entre o Administrador Sr. Prof. Sérgio Faias, Direção Comercial e Direção de Marketing da Mercedes-Benz Portugal, sobre os eventos realizados no porto da Nazaré associados à prática do surf, que incluem o apoio logístico, técnico, promocional e de publicidade a esses eventos;
- Elaboração de pareceres e análises no âmbito das competências atribuídas, com preparação de respostas, relativas a solicitações apresentadas por entidades públicas ou privadas, que manifestaram interesses de ocupação de instalações, utilização de infraestruturas e/ou utilizações dominiais sob jurisdição da Docapesca, nas áreas portuárias de Nazaré e S. Martinho do Porto;

- Proposta de autorizações para a realização de festejos populares, na área de jurisdição portuária de S. Martinho do Porto;
- Proposta de respostas a solicitações de visitas ao porto, realização de filmagens e documentários, concursos de pesca lúdica, etc.

2. Funções administrativas

Nesta área, salienta-se a execução de múltiplas atividades de suporte e de acompanhamento à assessoria à DAJGD, destacando-se a melhoria da organização dos serviços e colaboração conjunta com outras áreas funcionais.

- Receção, organização e coordenação do trabalho administrativo referente aos assuntos da área dominial;
- Receção dos pedidos de utilização privativa e promoção das consultas às entidades territorialmente competentes quando devidas;
- Manter o arquivo organizado e atualizado;
- Emissão de 68 títulos de licença e de um averbamento por transmissão de licença, referentes a utilizações dominiais nas áreas de jurisdição portuária de Nazaré e de S. Martinho do Porto;
- Tratamento administrativo com redação de 94 cartas de notificação de dívidas vencidas e envio ao Sr. Diretor da DAJGD para assinatura, com posterior expedição por correio com aviso de receção, correspondentes às 1.ªs e 2.ªs interpelações para pagamento;
- Emissão de guias eletrónicas de acompanhamento de resíduos (egar), emitidas na plataforma SILIAMB;

3. Exploração portuária

Nesta área, a atividade da Docapesca, visou a melhoria das condições de fiscalização e controlo da utilização das infraestruturas portuárias, com o objetivo de assegurar a operacionalidade portuária.

- Realização e operação com equipamentos de elevação e transporte de embarcações na zona de estacionamento a seco, correspondendo: 74 operações com a grua de pórtico Marine Travelift 80 BFM e 20 operações com a grua telescópica Manitou MRT 1540.
- Controlo e organização dos estacionamentos a seco por embarcações na zona de reparações e instrução da documentação para processamento das faturações respeitantes ao estacionamento e às operações com os equipamentos suprarreferidos;
- Controlo e organização das ocupações nos lugares de atracação no núcleo de recreio, parqueamentos em terra ou em fundeadouros por embarcações de recreio;
- Recolha de dados e instrução para faturação das estadias de embarcações de recreio;
- Organização e controlo dos usos e ocupações na área portuária, controlo de serviços e fornecimentos, realização das leituras mensais dos contadores relativos aos fornecimentos de energia elétrica, água doce e água salgada distribuída pelas instalações de clientes na área de jurisdição do porto, para posterior instrução aos serviços administrativos para efeitos de processamento das faturações respetivas;

MB

- Coordenação e supervisão do serviço de vigilância e de limpeza da área portuária.

4. Manutenção

   Neste âmbito, salienta-se a execução de múltiplas atividades relacionadas com a área da manutenção, destacando-se:

   - Colaboração com a Direção de Segurança e Manutenção, no acompanhamento de trabalhos de manutenção preventivas a bens e equipamentos, solicitação de orçamentos e apresentação de soluções e propostas para aquisições de bens ou serviços;
   - Realização de pequenas intervenções de manutenção em bens, equipamentos e acessórios da lota;
   - Manutenção do sistema de tratamento de água salgada, monitorização e controlo dos níveis de cloro;
   - Intervenções pontuais em pequenas reparações nas redes de águas, desentupimentos nas redes de esgotos, manutenção de portões dos armazéns de aprestos, execução de pequenos trabalhos de construção civil e pinturas.

Gestão Dominial Peniche

1. Desenvolvimento de procedimentos para a liquidação voluntária (envio de cartas), das dívidas relativas às ocupações dominiais (Atividade transversal - Colaborar no acompanhamento dos procedimentos de liquidação e cobrança voluntária e coerciva, de taxas que sejam devidas nos termos da lei e, bem assim, dos rendimentos provenientes da atividade, sendo os créditos da empresa e constituindo título executivo as faturas, certidões de dívida ou títulos equivalentes).
2. Elaboração de propostas para atribuição de títulos de uso privativo, relativos a novas utilizações, prorrogações e transferências de titularidade nos Portos do Norte, do Centro – Peniche e Ericeira, relativamente a bens do domínio Público, bem como o seu acompanhamento (Atividade transversal - Preparar para as áreas de jurisdição do Norte do Centro e do Sul os processos que lhe sejam apresentados e propor a atribuição de títulos de uso privativo e definir a utilidade pública relativamente aos bens do domínio público que lhe estão afetos, bem como informar o Conselho de Administração relativamente a todos os atos respeitantes à execução, modificação e extinção de autorizações, licenças ou concessões na área dominial, nos termos da Lei 58/2005, de 29 de dezembro, na última redação que lhe foi dada pela Lei n.º 130/2012, de 22 de junho, e do código dos contratos públicos).
3. Elaboração dos títulos de utilização de usos privativos dos equipamentos de apoio de praia em Vila do Conde (Atividade transversal - Emitir e acompanhar os títulos de uso privativo).
4. Emissão de autorizações para a realização de eventos, nos Portos do Norte e do Centro (Atividade transversal - Preparar para as áreas de jurisdição do Norte do Centro e do Sul os processos que lhe sejam apresentados e propor a atribuição de títulos de uso privativo e definir a utilidade pública relativamente aos bens do domínio público que lhe estão afetos, bem como

informar o Conselho de Administração relativamente a todos os atos respeitantes à execução, modificação e extinção de autorizações, licenças ou concessões na área dominial, nos termos da Lei 58/2005, de 29 de dezembro, na última redação que lhe foi dada pela Lei n.º 130/2012, de 22 de junho, e do código dos contratos públicos).

5. Início do processo de atribuição de título de utilização para a ocupação de um Posto de Abastecimento no Portinho de Castelo de Neiva (Atividade transversal - Emitir e acompanhar os títulos de uso privativo).
6. Elaboração das certidões e desenvolvimento de processos de dívidas para cobrança coerciva, através do processo de execuções fiscais (Atividade transversal - Colaborar no acompanhamento dos procedimentos de liquidação e cobrança voluntária e coerciva, de taxas que sejam devidas nos termos da lei e, bem assim, dos rendimentos provenientes da atividade, sendo os créditos da empresa e constituindo título executivo as faturas, certidões de dívida ou títulos equivalentes).
7. Desenvolvimento de procedimentos de gestão e introdução de dados na aplicação INNUX Time, que gera a assiduidade dos trabalhadores da gestão dominial Centro – Peniche, bem como a gestão do relógio de ponto (Atividade transversal - Elaborar relatórios, quer por sua iniciativa, quer por superior determinação, relativamente às situações que lhe estejam confiadas).
8. Gestão de dados dos funcionários das Delegações Norte, Centro e Sul para a ADSE, bem como o desenvolvimento de procedimento de renovação de cartões e registo de documentos para o reembolso de cuidados de saúde (Atividade transversal - Prestar apoio de consultoria, na esfera pessoal, a todos os trabalhadores da empresa que o necessitem).
9. Elaboração de informação com proposta à decisão superior sobre "solicitações relativas à atividade marítimo-turística no Porto da Ericeira (Atividade transversal - Exercer funções de autoridade portuária relativamente à atividade dos portos de pesca e marinas de recreio do Norte, Centro e Algarve, sob jurisdição da Docapesca, nos termos do Decreto-Lei n.º 46/2002, de 2 de março).
10. Emissão de parecer sobre o processo SIRJUE N.º P-PNI2019/00397, relativo à legalização de alterações no armazém de comerciantes n.º 06 do Porto de Peniche (Atividade transversal - Analisar, do ponto de vista conceptual a execução de obras portuárias no Norte, Centro e Algarve).
11. Elaboração de informação com proposta à decisão superior sobre um sinistro de incêndio no Porto da Ericeira (Atividade transversal - Exercer funções de autoridade portuária relativamente à atividade dos portos de pesca e marinas de recreio do Norte, Centro e Algarve, sob jurisdição da Docapesca, nos termos do Decreto-Lei n.º 46/2002, de 2 de março).
12. Elaboração de informação com proposta à decisão superior, sobre o acolhimento no Porto de Peniche de 2 estagiários do Instituto Politécnico de Leiria (Atividade transversal - Promover e assegurar diligências e ações externas).

MS

13. Emissão de Parecer sobre o projeto de arquitetura do edifício SmartOcean a construir no Porto de Peniche (Atividade transversal - Analisar, do ponto de vista conceptual a execução de obras portuárias no Norte, Centro e Algarve).
14. Instrução de vários processos de autorização de entrada no Porto de Peniche de várias embarcações com bandeira estrangeira para descarga de pescado congelado, ou para reparação nos Estaleiros Navais de Peniche (Atividade transversal - Exercer funções de autoridade portuária relativamente à atividade dos portos de pesca e marinas de recreio do Norte, Centro e Algarve, sob jurisdição da Docapesca, nos termos do Decreto-Lei n.º 46/2002, de 2 de março).
15. Controlo diário e permanente do movimento portuário, incluindo todo o movimento de embarcações, instrução da sua distribuição e anotação de todas as taxas a serem faturadas pela Docapesca (Atividade transversal - Exercer funções de autoridade portuária relativamente à atividade dos portos de pesca e marinas de recreio do Norte, Centro e Algarve, sob jurisdição da Docapesca, nos termos do Decreto-Lei n.º 46/2002, de 2 de março).
16. Apoio a toda a comunidade portuária através do contacto permanente e direto com os utentes do porto, respondendo a todas as solicitações e encaminhando-os para tratamento dos mais diversos assuntos fora do seu âmbito (Atividade transversal - Exercer funções de autoridade portuária relativamente à atividade dos portos de pesca e marinas de recreio do Norte, Centro e Algarve, sob jurisdição da Docapesca, nos termos do Decreto-Lei n.º 46/2002, de 2 de março).
17. Leitura de todos os contadores de água potável e salgada e de energia elétrica das instalações portuárias, envio das contagens mensais para faturação e posterior entrega das respetivas faturas aos consumidores (Atividade transversal - Colaborar no acompanhamento dos procedimentos de liquidação e cobrança voluntária e coerciva, de taxas que sejam devidas nos termos da lei e, bem assim, dos rendimentos provenientes da atividade, sendo os créditos da empresa e constituindo título executivo as faturas, certidões de dívida ou títulos equivalentes).
18. Vigilância e fiscalização em toda a área portuária, em infraestruturas, através da verificação de normas de segurança e anomalias e certificação do íntegro cumprimento dos licenciamentos assim como fiscalizações diárias às concessões (Atividade transversal - Exercer funções de autoridade portuária relativamente à atividade dos portos de pesca e marinas de recreio do Norte, Centro e Algarve, sob jurisdição da Docapesca, nos termos do Decreto-Lei n.º 46/2002, de 2 de março).
19. Execução de tarefas administrativas relacionadas com a exploração portuária, incluindo a organização de arquivos e ficheiros manuais ou informáticos, e veiculação de informação para os serviços competentes para emissão de diversa faturação (Atividade transversal - Exercer funções de autoridade portuária relativamente à atividade dos portos de pesca e marinas de recreio do Norte, Centro e Algarve, sob jurisdição da Docapesca, nos termos do Decreto-Lei n.º 46/2002, de 2 de março).
20. Apoio diário e permanente dos serviços de exploração, aos serviços de manutenção portuários, através da transmissão de anomalias a retificar e apoio a esses serviços, nomeadamente na condução de máquinas e equipamentos (Atividade transversal - Assegurar em conjunto com a

MS

Direção de Infraestruturas e Manutenção, a realização e o acompanhamento das obras portuárias e de requalificação nos portos sob jurisdição da Docapesca).

21. Apoio diário aos serviços de segurança e aos serviços de limpeza da área portuária de Peniche (Atividade transversal - Exercer funções de autoridade portuária relativamente à atividade dos portos de pesca e marinas de recreio do Norte, Centro e Algarve, sob jurisdição da Docapesca, nos termos do Decreto-Lei n.º 46/2002, de 2 de março).
22. Gestão do pontão de embarcações passantes, no Núcleo de Recreio do Porto de Peniche, assegurando o acolhimento dos nautas e o registo da informação para o Latitude 32 e, bem assim, para faturação das estadias (Atividade transversal - Exercer funções de autoridade portuária relativamente à atividade dos portos de pesca e marinas de recreio do Norte, Centro e Algarve, sob jurisdição da Docapesca, nos termos do Decreto-Lei n.º 46/2002, de 2 de março).
23. Fiscalização, no Núcleo de Recreio do Porto de Peniche, dos pontões licenciados ao Clube Naval de Peniche, controlando as licenças e o estado de conservação da infraestrutura, entre outros(Atividade transversal - Exercer funções de autoridade portuária relativamente à atividade dos portos de pesca e marinas de recreio do Norte, Centro e Algarve, sob jurisdição da Docapesca, nos termos do Decreto-Lei n.º 46/2002, de 2 de março).
24. Gestão da infraestrutura flutuante de apoio à atividade marítimo-turística, no Porto de Peniche (Atividade transversal - Exercer funções de autoridade portuária relativamente à atividade dos portos de pesca e marinas de recreio do Norte, Centro e Algarve, sob jurisdição da Docapesca, nos termos do Decreto-Lei n.º 46/2002, de 2 de março).
25. Neste primeiro trimestre de 2019, foram diária e permanentemente executadas tarefas de manutenção corretiva nos mais diversos conjuntos de equipamentos e instalações portuárias, assegurando o seu regular funcionamento e consequentemente a operacionalização do Porto de Peniche - cais, pontes-cais, estruturas flutuantes acostáveis, redes técnicas de águas, energia elétrica e iluminação pública, esgotos domésticos, rede de pluviais, rede de lavagens, equipamentos, máquinas e edificações várias - (Atividade transversal - Assegurar em conjunto com a Direção de Infraestruturas e Manutenção, a realização e o acompanhamento das obras portuárias e de requalificação nos portos sob jurisdição da Docapesca).
26. Execução de pequenas intervenções na área da construção civil (Atividade transversal - Assegurar em conjunto com a Direção de Infraestruturas e Manutenção, a realização e o acompanhamento das obras portuárias e de requalificação nos portos sob jurisdição da Docapesca).
27. Execução diária de serviços de condução e manuseamento de máquinas e equipamentos portuários, quer para apoio aos serviços internos, quer na prestação de serviços à comunidade portuária (Atividade transversal - Exercer funções de autoridade portuária relativamente à atividade dos portos de pesca e marinas de recreio do Norte, Centro e Algarve, sob jurisdição da Docapesca, nos termos do Decreto-Lei n.º 46/2002, de 2 de março).
28. Intervenções de manutenção pontuais no Porto da Ericeira (Atividade transversal - Assegurar em conjunto com a Direção de Infraestruturas e Manutenção, a realização e o

MS

acompanhamento das obras portuárias e de requalificação nos portos sob jurisdição da Docapesca).

29. Intervenções de deteção e reparação de fugas nas redes de água potável e de água salgada do Porto de Peniche (Atividade transversal - Assegurar em conjunto com a Direção de Infraestruturas e Manutenção, a realização e o acompanhamento das obras portuárias e de requalificação nos portos sob jurisdição da Docapesca).
30. Substituições de escadas e pegas de cais no Porto de Peniche (Atividade transversal - Assegurar em conjunto com a Direção de Infraestruturas e Manutenção, a realização e o acompanhamento das obras portuárias e de requalificação nos portos sob jurisdição da Docapesca).
31. Substituição de postes e painéis de vedação exterior do Porto de Peniche, em zonas com elevada corrosão o que poderia provocar o seu derrube (Atividade transversal - Assegurar em conjunto com a Direção de Infraestruturas e Manutenção, a realização e o acompanhamento das obras portuárias e de requalificação nos portos sob jurisdição da Docapesca).
32. Intervenções de manutenção diversas na eclusa do Porto de Peniche (Atividade transversal - Assegurar em conjunto com a Direção de Infraestruturas e Manutenção, a realização e o acompanhamento das obras portuárias e de requalificação nos portos sob jurisdição da Docapesca).
33. Intervenções nos sistemas de fornecimento de água salgada, tratada, nas pontes-cais de descarga da pesca do cerco (Atividade transversal - Assegurar em conjunto com a Direção de Infraestruturas e Manutenção, a realização e o acompanhamento das obras portuárias e de requalificação nos portos sob jurisdição da Docapesca).
34. Intervenções nos armazéns de aprestos, em portas, telhados, distribuição de águas e eletricidade, instalações sanitárias, entre outros (Atividade transversal - Assegurar em conjunto com a Direção de Infraestruturas e Manutenção, a realização e o acompanhamento das obras portuárias e de requalificação nos portos sob jurisdição da Docapesca).
35. Reparações na rede de iluminação pública do Porto de Peniche, incluindo a substituição de lâmpadas (Atividade transversal - Assegurar em conjunto com a Direção de Infraestruturas e Manutenção, a realização e o acompanhamento das obras portuárias e de requalificação nos portos sob jurisdição da Docapesca).
36. Intervenções em caixas e redes técnicas, com substituição de diversas tampas metálicas (Atividade transversal - Assegurar em conjunto com a Direção de Infraestruturas e Manutenção, a realização e o acompanhamento das obras portuárias e de requalificação nos portos sob jurisdição da Docapesca).
37. Intervenções programadas em máquinas e viaturas, grupos eletrobomba, equipamentos, infraestruturas, rede elétrica, redes técnicas (Atividade transversal - Assegurar em conjunto com a Direção de Infraestruturas e Manutenção, a realização e o acompanhamento das obras portuárias e de requalificação nos portos sob jurisdição da Docapesca).

Gestão Dominial Algarve

- Foram executados:
  - o levantamento final das ocupações e áreas disponíveis em Olhão;
  - o levantamento do Porto de Pesca Artesanal de Olhão;
  - o levantamento da área ocupada de Olhão;
  - o levantamento da compartimentação da depuradora do Porto de Olhão;
  - um levantamento das redes de drenagem no edifício da lota de Olhão;
  - o processo de atribuição parcela de terreno do porto de Pesca de Olhão.
- Foi elaborada a planta da área ocupada pela empresa na zona de Estaleiros de Olhão;
- Foi elaborada a planta para reparação da quadra de boias de Albufeira
- Foi elaborada planta de parcela de terreno destinado à lavagem de apetrechos de pesca em Portimão.
- Foi elaborando um caderno de encargos e programa de concurso para as carreiras fluviais entre Faro Ilha de Faro e entre Faro e a Ilha da Culatra e Farol.
- Foi elaborando um caderno de encargos e programa de concurso para as carreiras fluviais a partir de Santa Luzia.
- Foi elaborado um estudo para implementação de um fundeadouro para embarcações no Alvor.
- Foi analisado um pedido para concessão de Fundeadouros junto à Doca de Faro.
- Foram analisados os pedidos para revisão de tarifas e de regulamento da marina de Albufeira.
- Foi elaborada planta do Armazém n.º 14 do Porto de Pesca de Portimão.
- Foi efetuado um levantamento das ocupações da zona ribeirinha de Faro.
- Foi efetuada planta da área ocupada no sítio das Quatro Águas
- Foi concluído o processo de atribuição de parcela de terreno do porto de Pesca de Portimão designado por Lote 12.
- Elaboração de levantamento com as áreas ocupadas em Portimão
- Foi concluído o procedimento para atribuição de apoios de praia na praia de Vilamoura em Quarteira e na Ilha de Tavira.
- Foi analisado pedido para ampliação do porto de recreio de Vila Real de Santo António e atribuição de quiosques na zona marginal junto á área de ampliação.
- Foi analisado pedido de ampliação da Marina de Lagos.
- Foram analisados pedidos de ocupação de parcelas de terreno sob jurisdição portuária em Silves, no Alvor, em Lagoa, em Faro.
- Foram elaboradas plantas das áreas ocupadas pela Marina de Lagos no Porto de Lagos.
- Asseguramos o atendimento de público e organização de processo de renovação de cartas náuticas quer de desporto quer profissionais.

MS

- Foram elaboradas informações no âmbito do Sistema de Informação do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação referentes áreas do domínio público sob jurisdição portuária em Faro, Lagos, Tavira e Silves.
- Foram analisados os relatórios da Direção Geral de Faróis sobre o Assinalamento Marítimo nos portos e barras do Algarve.
- Analisamos diversos pedidos de utilização do Domínio Público Marítimo.
- Participamos na elaboração e acompanhamento de planos e estudos em áreas portuárias e zonas ribeirinhas.
- Participamos na definição das regras de utilização das infraestruturas portuárias tendo em vista o licenciamento da sua utilização pelos operadores de atividades marítimo-turísticas em condições de segurança.

Área Jurídica

Na área jurídica, foram elaboradas minutas de contratos de concessão, preparados pareceres e análises jurídicas, preparados cadernos de encargos e convites para áreas da gestão dominial (estaleiros, zonas ribeirinhas), analisados procedimentos concursais para apoio às direções que os realizam. Foram ainda analisados e preparados acordos de pagamento com diversos clientes com dívidas em atraso.

Direção de Infraestruturas e Manutenção (DIMA)

Contributo para OE3 – Promover a Sustentabilidade Ambiental

Em fase de projeto de execução o projeto denominado porto sustentável na Nazaré

Contributo para OE4 - Modernizar e beneficiar os estabelecimentos de 1.ª venda e áreas adjacentes indispensáveis à atividade da empresa, bem como infraestruturas conexas

1.1 Requalificação da Rede de Lotas - Reforçar as condições de segurança e qualidade alimentar nos edifícios e equipamentos, baseados nos princípios do HACCP:

- Em curso:
  - Reposição de Exteriores – Lota de Tavira;
  - Requalificação da Lota de Olhão – Pavimento e Caleiras;
  - Fábrica de Gelo e Câmara Frigorífica na Costa da Caparica.
- Adjudicados:
  - Requalificação de Edifício para Lota da Trafaria.
- Em fase de procedimento de adjudicação:
  - Requalificação do edifício da lota da Fuseta;
  - Equipamentos de Frio – Lota da Trafaria
- Em fase de projeto de execução:
  - Adaptação das Instalações para Lota no edifício de Cascais.

1.2 Requalificar os Portos de Pesca e Áreas portuárias - Garantir condições segurança das infraestruturas portuárias, pontes-cais, cais, plataformas; Prosseguir investimentos nas áreas de segurança de acessos às infraestruturas portuárias

- Finalizados:
  - Estendal de redes e de estacionamento no porto de pesca de Sesimbra;
  - Sistema de tratamento e construção de dois furos de captação de água salgada de Aveiro;
  - Novo quebra mar flutuante de apoio à pesca na Culatra;
  - Equipamentos que beneficiam as condições de desembarque e atracação no porto de pesca da Figueira da Foz;
  - Dragagem do Rio Gilão;
  - Plataforma flutuante e ponte de acesso para apoio à pesca artesanal em Vila Praia de Âncora;
  - Dragagem da Doca Interior de Faro.

MS

- Em curso:
  - Sistema de tratamento e construção de dois furos de captação de água salgada no porto de pesca de Aveiro;

- Adjudicados
  - Prolongamento do quebra mar interior no porto de pesca de Peniche;
  - Reabilitação de armazéns de comerciantes no porto de pesca de Sesimbra;

- Em fase de contratação:
  - Reabilitação da estação de água salgada no porto de pesca de Matosinhos;
  - Tampas para caleiras técnicas nas pontes cais de Matosinhos;
  - Equipamentos que beneficiam as condições de desembarque e atracação no porto de pesca de Aveiro;
  - Furos de captação de água salgada no porto de pesca de Peniche;
  - Construção de duas novas captações no porto de pesca de Sesimbra;
  - Reabilitação do sistema de captação, bombagem e distribuição de água salgada do porto de pesca de Quarteira;
  - Cais flutuantes de Tavira.

- Em projeto de execução:
  - Pavilhão de apoio à descarga da sardinha em Sines;
  - Pavilhão de apoio à descarga da sardinha em Sesimbra;
  - Dragagem no porto de pesca de Aveiro;
  - Vedação e guarita da área concessionada da Figueira da Foz;
  - Reabilitação de pavilhão na Figueira da Foz;
  - Reabilitação do cais do porto de pesca de Peniche;
  - Pavimentação, vedações e estendal de redes no porto de pesca de Lagos;
  - Reordenamento do porto de pesca de Quarteira;
  - Reabilitação dos cais flutuantes de pesca de Faro.

As empreitadas acima referidas são as de valor mais significativo previstas no Plano de Investimentos Específicos de 2019 e que tiveram ações no 1.º semestre.
Relativamente ao restante investimento corrente previsto e às prestações de serviços anexas empreitadas, nomeadamente contratação de fiscalização, também houve muitas ações executadas pela DIMA no 1.º trimestre, no âmbito de pequenos investimentos, que pela sua pequena dimensão e grande quantidade, não são acima discriminadas.

Direção de Segurança e Manutenção (DSM)

1. INTRODUÇÃO

O conjunto de infraestruturas sob gestão da Docapesca – Portos de Lotas, S.A. são utilizadas pelos trabalhadores da empresa e por um conjunto alargado de utentes que depende das mesmas para o desenvolvimento da sua atividade profissional. A Docapesca assume que a garantia da segurança de pessoas e bens deverá constituir-se como uma das suas principais preocupações

Com essa preocupação foi criada em 1 de novembro de 2018 a Direção de Segurança e Manutenção (DSM), extinguindo a anterior Direção de Apoio e Manutenção (DAM), mantendo as anteriores competências e acrescentando as seguintes novas competências:

- Realização de intervenções nas infraestruturas dos portos de pesca, da náutica de recreio e de apoio ao transporte fluvial de passageiros, para garantir a segurança de pessoas e bens;
- Estabelecer e acompanhar um plano de avaliação e mitigação dos riscos para a generalidade das infraestruturas da Docapesca;
- Identificar e mitigar os riscos profissionais dos trabalhadores da DSM na realização das variadas intervenções de manutenção.

2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E IMPACTO NOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Durante o 1.º semestre de 2019 procedeu-se às tarefas normais da manutenção preventiva e curativa cuja descrição se apresenta abaixo.

Apresenta-se de seguida o enquadramento das ações definidas como objetivos para a DSM de acordo com os eixos estratégicos da Docapesca definidos no Plano de Atividades para 2019.

<u>Contributo para OE4 - Modernizar e beneficiar os estabelecimentos de 1.ª venda e áreas adjacentes indispensáveis à atividade da empresa, bem como infraestruturas conexas</u>

1. Reparação de equipamentos dos estabelecimentos de 1.ª venda e reabilitação de infraestruturas portuárias para garantir as condições de funcionalidade, qualidade e segurança.

   Esta ação diz respeito a tarefas normais e constantes de reparação/reabilitação curativa e/ou corretiva, as quais foram sendo desenvolvidas ao longo de todo o trimestre à medida que eram reportadas anomalias, quer em equipamentos quer em infraestruturas portuárias.
2. Contratação e implementação de Sistema de Gestão de Manutenção Preventiva (sistemática e condicionada).

   O objeto inicial desta atividade diz respeito à contratação de um software de gestão de manutenção, que permita, entre outros aspetos, desenvolver e manter atualizado um

MS

sistema de indicadores de desempenho dos equipamentos críticos e da atividade de manutenção realizada pela DSM.

No 1.º trimestre de 2018 foi iniciada a consulta de mercado a empresas da especialidade, para aquisição e implementação de um software para gestão de operação e manutenção de infraestruturas. Por falta de cabimento orçamental não foi possível em 2018 proceder ao processo de contração desejado.

Entretanto já se encontra previsto no PIC para 2019 uma verba para esse fim, pretendendo-se apresentar a proposta de decisão de contratar ao Conselho de Administração durante o 3.º trimestre do presente ano.

3. Desenvolver, implementar e monitorizar o Plano de Investimentos Correntes (PIC).

3.1. Desenvolvimento e implementação do PIC 2019

A DSM tem vindo a desencadear os procedimentos necessários para poder desenvolver os projetos previstos no PIC.

Dos investimentos da responsabilidade da DSM desenvolvidos durante o 1.º semestre de 2019, já concluídos, em execução ou cujos processos de contratação foram iniciados, releve-se que o valor total dos investimentos ascende a cerca de € 230.000,00. Assim, sendo o valor estimado para 2019 de investimentos da responsabilidade da DSM de € 539.800,00, resulta uma taxa de realização de despesa de 43%.

3.2. Monitorização do PIC 2019

Atividade efetuada mediante consulta às restantes U.O. responsáveis pela execução de investimentos, tendo sido enviada comunicação via correio eletrónico no dia 01/07/2019 solicitando informação sobre os investimentos relativos ao PIC 2019 executados ou em processo de execução.

4. Estabelecer e acompanhar contratos de serviços de manutenção.

4.1. Estabelecimento de contratos de serviços de manutenção - Durante o 1.º semestre de 2019 foram desenvolvidas as seguintes tarefas:

- Contratação da "Assistência técnica e manutenção preventiva de instalações frigoríficas" (ref.ª DSM-025-CL-2019), das Lotas da DLPP Norte e Matosinhos (Vila Praia de Âncora, Viana do Castelo, Esposende, Póvoa de Varzim, Vila do Conde e Angeiras), DLPP Centro (Nazaré, Peniche e Cascais), DLPP Centro Sul (Costa da Caparica, Fonte da Telha, Sesimbra, Setúbal, Vila Nova de Milfontes, Zambujeira do Mar e Azenha do Mar) e DLPP Algarve (Arrifana, Sagres, Lagos, Portimão, Armação de Pera, Albufeira, Quarteira, Olhão, Fuzeta, Santa Luzia, Tavira e Vila Real de Santo António).
- Foi efetuado um procedimento de concurso limitado por prévia qualificação por lotes, o qual se encontra praticamente concluído e em fase de celebração dos contratos.
- Contratação da "Assistência técnica e manutenção preventiva de instalações frigoríficas – porto de pesca da Figueira da Foz" (ref.ª DSM-075-CPr-2019).

- Este procedimento encontra-se concluído e o contrato em fase de execução.
- Contratação da "Assistência técnica e manutenção preventiva portões das Lotas" (ref.ª DSM-053-CPu-2019). Concurso público por lotes.
- Este procedimento encontra-se concluído e os contratos em fase de execução.
- Estão em elaboração as peças para o procedimento de contratação da "Assistência técnica e manutenção preventiva de instalações frigoríficas – porto de pesca de Matosinhos", prevendo-se a sua conclusão e apresentação para decisão de contratar durante a 1.ª quinzena de agosto.

4.2. Acompanhamento de contratos de serviços de manutenção

Foi efetuado o acompanhamento dos contratos de manutenção dos equipamentos de frio das lotas de Matosinhos, Aveiro e Sines.

Contributo para OE5 – Assegurar as regras de higiene e segurança alimentar

1. Reabilitação de edifícios e outras construções para garantir as condições de qualidade e segurança alimentar.

   Esta ação diz respeito a tarefas normais e constantes de reparação/reabilitação curativa e/ou corretiva, as quais foram sendo desenvolvidas ao longo de todo o trimestre à medida que eram reportadas anomalias ou no sentido de dar resposta às não conformidades identificadas nas vistorias efetuadas pelas entidades competentes (DGAV, DGRM, etc.).

Atividades transversais:

1. Coordenação e elaboração do Plano de Investimentos Correntes (PIC)

   O processo de elaboração do PIC para 2020, cujo início estava previsto ocorrer durante o mês de setembro, foi este ano antecipado e já iniciado no dia 01/07/2019, com o envio para todas as UO's da Comunicação de Serviço aprovada pelo CA com as orientações para elaboração do PIC para 2020 e a respetiva calendarização, bem como o ficheiro para preenchimento referente aos investimentos a propor.

   Este processo deverá estar concluído até ao dia 23/09/2019 com a entrega da lista final do PIC 2019.

2. Elaboração do orçamento anual

   Esta atividade foi já iniciada e será concluída em setembro. A DSM enviou já a todas as DLPP's informação sobre o valor dos contratos de manutenção em vigor ou a prever no ano de 2020

MS

Direção de Recursos Humanos (DRH)

Contributos para OE 7- Garantir adequação das competências dos RH aos novos desafios

1. Durante o período em análise e no que ao desenvolvimento de condições de Segurança e Saúde no Trabalho diz respeito foram desenvolvidas as seguintes atividades:
   - Apoio e acompanhamento de vistorias a entidades externas;
   - Respostas a Autos de Vistoria da ACT;
   - Análise aos Relatórios e Avaliações de Riscos;
   - Desenvolvidas atividades conducentes à obrigatoriedade legal de divulgar informação relativa a esta matéria a todos os trabalhadores, como a aprovação de uma Newsletter;
   - Planeamento de ações de formação que correspondam aos riscos laborais anteriormente identificados, em sede auditoria e consulta aos trabalhadores.
2. Implementação do sistema de Gestão e Controlo de Assiduidade "WebTime", cujas apresentações operacionais e funcionais se encontram sob a responsabilidade da DRH. Esta modalidade de controlo permite não só à DRH como ao próprio trabalhador aceder de forma simples ao registo da sua assiduidade, assim como, como proceder diretamente à justificação das ausências registadas. Nesta conformidade, considerou-se dar prioridade aos serviços da Sede tendo como propósito consolidar a funcionalidade e consequente procedimentos a adotar nas Direções de Lotas e Portos de Pesca.
3. Considerando a recente criação da área matricial de SST, foi definido que durante o ano de 2019 e parte do ano 2020 iriam ser desenvolvidos procedimentos conducentes à reestruturação desta área, tendo sido efetuada:
   - Contratação de um serviço externo de segurança no trabalho;
   - Contratação de consultoria a este nível, que dá apoio em todas as questões legais que vão surgindo e desenha em conjunto com os elementos da DRH estratégias de melhoria.

   Neste sentido, e considerando que existe um percurso que deve ser percorrido e que antecede o desenvolvimento e aplicação das Medidas de Auto-proteção, foi do entendimento desta direção que esta temática apenas seria alvo de análise no segundo semestre de 2020.

4. Para poder dar cumprimento às obrigações legais a que a empresa se encontra sujeita, em matéria de Segurança e Saúde no Trabalho (SST), Formação Profissional, Segurança Alimentar e Certificação procedeu-se a uma uniformização de procedimentos. Neste sentido foram realizados diversos procedimentos concursais, de acordo com o Código dos Contratos Públicos, e subsequentemente adjudicados os respetivos serviços, nomeadamente:
   a. Serviço Externo de Segurança no Trabalho

MS

Ao que aos extintores diz respeito foram realizadas diversas manutenções e recolocações de extintores em lotas e postos, de acordo com o calendário estipulado. A par disso foram também iniciadas, ao nível dos Serviços Externos de Segurança, as Auditorias, Avaliações de Riscos, Avaliações dos níveis de iluminância e ruído nos diversos postos de trabalho (em cada uma das lotas) inclusive nos portos de pesca.

Foi também efetuado um levantamento das necessidades de aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) a nível nacional, solicitados orçamentos a diferentes entidades, tal como a verificação da qualidade dos produtos. O procedimento concursal encontra-se em desenvolvimento.

b. Medicina do Trabalho

No âmbito da Medicina do Trabalho foram realizadas diversas consultas de carácter de admissão, periódico ou ocasional, tendo esta Direção dado todo o apoio necessário à boa execução das mesmas.

c. Uniformização de procedimentos no âmbito da segurança alimentar e certificação

No final do período em análise foi apresentado, por esta direção, e aceite pelo C.A., a proposta para proceder à contratação da Prestação de serviços de consultoria em recursos humanos – implementação dos programas de gestão estratégica, que tem como principais objetivos:

- Desenhar um «manual» de funções de acordo com as categorias profissionais existentes;
- Desenhar percursos formativos de acordo com o mapa funcional de cada categoria profissional;
- Desenvolver e implementar o sistema de avaliação de desempenho;
- Capacitação dos dirigentes e chefias para a implementação do novo sistema de avaliação de desempenho.

Todos os objetivos acima elencados são fundamentais para a implementação dos processos de qualidade essenciais à melhoria continua e consequentemente ao processo de certificação da ISO 22000.

d. Formação Profissional

Com o propósito de dar início o mais cedo possível à realização das ações de formação consideradas obrigatórias, de acordo com os princípios elementares do regular funcionamento da empresa, foram desenvolvidos 3 procedimentos concursais de contratação de ações de formação profissional:

- SST e Manutenção;
- HSA;
- Geral.

Não obstante o acima expresso, foram realizadas no segundo trimestre, as ações de formação relativas às seguintes áreas:

- Contratação Pública - 4;

MS

- Gestão do Risco – 3;
- Primeiros socorros - 1;
- Participação de trabalhadores em diversos workshops e conferências subordinadas a temáticas distintas entre si.
- Participação de trabalhadores em diversos workshops e conferências subordinadas a temáticas distintas entre si.

Em consonância com o acima expresso foram também desenhados todos os conteúdos programáticos das ações de formação de forma adaptar os mesmos à atual realidade da empresa.

Contributos para OE 8- Ajustar os Recursos Humanos às necessidades Organizacionais da Empresa

De modo a adequar o pessoal às necessidades empresa e tendo em conta a admissibilidade de proceder à contratação sem termo, desde que estas admissões se destinem a substituir trabalhadores que saiam da empresa por motivos não imputáveis a esta, e à contratação a termo certo, de acordo com o previsto no Decreto-Lei de execução Orçamental n.º 84/2019, de 28 de junho, nomeadamente, de Operadores de Exploração, serão realizadas de forma controlada as admissões a concretizar, considerando os respetivos gastos com pessoal que se encontram previstos no PAO 2019, durante os próximos dois trimestres.

Para além desta gestão, foi concluída a formação e implementação do serviço web-time do programa informático para registo da assiduidade, destinado à melhoria da gestão de assiduidade, deslocações em serviço, férias e outras ausências, o que permitirá futuramente controlar de forma mais eficaz o pagamento das remunerações e das despesas consequentes das deslocações em serviço.

Paralelamente, foi iniciada a elaboração das peças do procedimento para aquisição de serviços destinados à melhoria das funcionalidades e output do Software, de sistemas de gestão de recursos humanos e processamento salarial.

Atividades transversais:

No 1.º trimestre, foi dada prossecução ao pedido de reforço do quadro de pessoal qualificado, 11 técnicos superiores e 5 veterinários, com vista à implementação de mecanismos de polivalência e rotatividade de funções, de forma articulada, entre as várias unidades orgânicas tendo em conta a nova realidade da empresa .Durante o 2.º trimestre foi recebida a autorização das Tutelas Sectorial e das Finanças, ao pedido de reforço do quadro de pessoal qualificado, para dar prossecução ao recrutamento e admissão de 5 (cinco) médicos veterinários. Encontra-se pendente o pedido de reforço de trabalhadores qualificados destinado a 11 (onze) técnicos superiores com vista à implementação de mecanismos de polivalência e rotatividade de funções,

de forma articulada, entre as várias unidades orgânicas tendo em conta a nova realidade da empresa.

Foi iniciado e concluído o procedimento destinado a continuar a garantir o Seguro de Acidentes Pessoais a todos os Trabalhadores do quadro efetivo da empresa.

Foi iniciado e concluído o procedimento público destinado a garantir o Seguro de Acidentes de Trabalha a todos os trabalhadores.

Acresce, ainda referir que, em fevereiro, foi dado início a novas negociações com os dois sindicatos representativos dos trabalhadores da empresa e que se encontram a decorrer.

A empresa continua a aplicar o princípio "*work life balance*", através de várias formas, nomeadamente, através de um benefício constante no Acordo de Empresa (AE) designado por "assistência à família", para ascendentes e descendentes, por um período de 15 dias anuais para além de manter, também, a existência de uma figura de quatro dispensas particulares por ano a todos os trabalhadores, devidamente, remuneradas. Quando existe autorização para tal, a empresa procede à contratação de trabalhadores através de contratos sem termo, após o período experimental vigente, de forma a poder garantir estabilidade contratual de modo a inviabilizar todas as formas de precariedade laboral.

Direção Financeira (DF)

Contributo para OE 6 – Promover a desmaterialização de procedimentos

No 1.º trimestre de 2019 foi solicitada a intervenção da COMPTA para se implementar e parametrizar o módulo de faturação eletrónica em SAP assim como a ferramenta de EDI, que estão ainda em curso.

Não houve colaboração no projeto do Portal nem na faturação da 1ª venda em Lota.

Contributo para OE 8 – Ajustar os recursos humanos às necessidades organizacionais da Docapesca

Neste trimestre registou-se o aumento das tarefas da direção financeira pela inclusão de tarefas desta direção que estavam a ser desenvolvidas pelo Departamento de Controlo Orçamental.

Não se registou qualquer aumento do quadro de trabalhadores da direção financeira.

Foi incentivada a colaboração entre a direção financeira e os Núcleos Administrativos e Financeiros, sobretudo os do Centro e do Algarve.

Com a colaboração de todos, tem vindo a ser aperfeiçoada a rotina diária de apuramento dos pagamentos a realizar por transferência bancária pelo IGCP.

Contudo, o objetivo de redução em, pelo menos, 50% na utilização da banca comercial, medida a partir da média anual dos saldos médios mensais de cada conta, registou um valor diminuto de 0,5% no "*roll out*" do primeiro trimestre (2019/2018).

Para se atingir o objetivo terá que ser implementada uma maior centralização de pagamentos, acompanhada pela centralização da maioria dos depósitos bancários.

Contributo para OE 11 – Manter o prazo médio de pagamentos

Mantém-se o esforço no sentido do reconhecimento atempado das faturas para que seja possível o seu pagamento dentro do respetivo mês, como forma de reduzir o prazo médio de pagamentos.

Contributo para OE 12 – Garantir Resultados líquidos positivos

Nada de relevante para além do bom desempenho dos armadores e dos preços elevados que se verificaram em lota neste semestre.

Direção de Modernização Administrativa e Sistemas de Informação (DSI)

A Direção de Modernização Administrativa e Sistemas de Informação é uma unidade orgânica nuclear e foi criada em novembro de 2018, em resultado da fusão da Direção de Informática e da Direção de Sistemas. Esta unidade orgânica tem como atribuições o estudo, conceção, desenvolvimento e promoção das tecnologias de informação, de comunicações, audiovisuais e de multimédia, bem como a modernização administrativa. Apoia as atividades desenvolvidas pela Docapesca, na sede e nas Direções de Lotas e Portos de Pesca, nos portos de pesca e marinas de recreio, através do planeamento, acompanhamento, manutenção de sistemas e formação dos trabalhadores no âmbito dos diversos sistemas informáticos e de informação utilizados na empresa.

Contributo para OE 4 - Modernizar e beneficiar os estabelecimentos de 1.ª venda e áreas adjacentes indispensáveis à atividade da empresa, bem como infraestruturas conexas

- Substituição de vários servidores de leilão em todo o país - no primeiro trimestre foram substituídos os servidores de Aveiro, Figueira da Foz, Sesimbra, Peniche e Sines;
- Implementação de automatização de tapete de venda em Sesimbra: esta operação contemplou também a substituição dos painéis de venda, com alteração da sua disposição, incluindo os recetores de infravermelhos, com a adição de um painel de visualização do pescado em venda;
- Instalação do sistema de cobrança de viaturas no porto de Sesimbra (em curso);
- Instalação e substituição de novos equipamentos em várias lotas (em curso);
- Migração de servidores instalados na Sede para CLOUD: em curso, estimando-se a sua conclusão para o 4º trimestre de 2019;
- Implementar um novo sistema de backup a nível nacional: em fase de estudo, perspetivando-se a sua implementação entre o 3º e o 4º trimestre de 2019;
- Aumento de largura de banda em todo o país, aumentando a velocidade de comunicação: processo de aumento da largura de banda para comunicação com a Sede concluído em março de 2019;
- Apoio aos utilizadores (em curso);
- Implementação e testes do projeto "Lota 4.0" – lançamento da APP na Google *playstore*;
- Implementação e testes do projeto "Lota Digital", no âmbito da parceria com a *Bitcliq*, na lota de Peniche;
- Estudo da solução para implementação de um novo sistema de venda em lota;
- Alteração das infraestruturas da lota de Castelo do Neiva: alteração de toda a rede de comunicações e sistema de venda, para o local da lota provisória, no âmbito das obras de qualificação em curso;

MS

- Estudo da solução para a alteração das infraestruturas da lota da Trafaria, para o novo edifício;
- Estudo da solução para a alteração das infraestruturas da lota de Olhão, devido às obras de requalificação.

Contributo para OE 6 - Promover a desmaterialização de procedimentos

- Estudo para a Implementação de solução tecnológica do novo Portal Docapesca;
- Implementação do portal de *Helpdesk*;
- Criação de um sistema inovador de rastreabilidade:
- Em fase de instalação, havendo testes em curso em Peniche, com um sistema de QR *Code*;
- Desenvolvimento de uma aplicação para emissão de documentos de circulação de pescado em porto de pesca;
- Em desenvolvimento, perspetivando-se a sua conclusão durante o 3º trimestre;
- Implementação transversal do Office 365 em toda a empresa, visando o aumento da produtividade com a mobilidade em *cloud* (em curso);
- Restruturação das caixas de e-mail, com revisão de utilizadores (em curso);
- Implementação de um novo sistema de pastas públicas da Docapesca (em curso).

MS

Direção Comercial e Relações Institucionais (DCRI)

Enquadramento

A Direção Comercial e Relações Institucionais é uma unidade orgânica nuclear criada em novembro de 2018. Esta direção realizou várias intervenções, tanto no âmbito de representações institucionais (principalmente em Câmaras Municipais), participação em eventos locais de Associações e Organização de Produtores, tanto como visitas/reuniões a locais (Norte e Centro) para realizar e dinamizar atividades/informações transversais para a organização estrutural, criação de processos e metodologias e dotação de recursos, tanto na área comercial como em relações institucionais.

Em 22/05/2019 através da O.S. n.º 01/2019, a DCRI passou a ser também responsável pela gestão das lotas, portos e dos postos de vendagem, e compreendidos entre Vila Chã e Caminha.

Apresenta-se, assim, de seguida, uma breve descrição das atividades desenvolvidas, neste 1.º semestre de 2019, enquadrando-as nos objetivos/eixos estratégicos de intervenção da Docapesca.

Contributo para OE 1 – Promover a valorização do pescado e dos circuitos comerciais curtos

Com as novas funções atribuídas à DCRI, iniciou-se o levantamento de todas as necessidades a nível de infraestruturas e disponibilidade de meios em todos os postos de vendagem, portos e lotas do Norte, cruzando a informação obtida com o previsto no OE 2019, PIC 2019, PIE 2019.

Foram realizadas alterações na área dos procedimentos de exploração da lota de Viana do Castelo, nomeadamente o correto uso de caixas azuis, adição de gelo caixa a caixa e higienização das instalações.

Foram realizadas várias reuniões de trabalho com organizações de produtores locais para identificação de melhorias a implementar nos serviços da Docapesca.

A DCRI juntamente com o Departamento de Marketing e no âmbito da valorização do pescado, participou nos seguintes eventos:

- "Jornadas Escola Azul 2019 – Entidades MM" no Terminal de Cruzeiros do Porto de Leixões em Matosinhos.
- "Dia Europeu do Mar" - iniciativa de celebração do Dia Europeu do Mar do Agrupamento de Escolas Sidónio Pais e do Município de Caminha.
- Ação de promoção de carapau sob a forma de um debate e *showcooking* com degustação no programa "Fórum sem Espinhas" em colaboração com a Câmara Municipal de Espinho.

Contributo para OE 3 – Promover a sustentabilidade ambiental

A DCRI realizou reuniões, na Câmara Municipal da Póvoa de Varzim e com várias entidades, para operacionalizar um plano de ações baseado em preocupações ambientais com o lixo marinho e os impactos sobre a pesca. Definiu-se que entidades é que têm a jurisdição para ajudar a operacionalizar esta temática. Foram ainda realizadas reuniões com diversas entidades para encontrar soluções de reciclagem do esferovite criado no porto de pesca.
A DCRI juntamente com o Departamento de Marketing em colaboração com a Apropesca (Organização de Produtores de Pesca Artesanal) lançaram, na Póvoa de Varzim, o projeto "Pesca por um mar sem lixo".
A DCRI em colaboração com o DM, realizou uma reunião em Viana do Castelo com os Técnicos da Câmara Municipal de Viana do Castelo, com Associações de Pesca e Organização de Produtores, para tentar tornar o Porto de Pesca ambientalmente amigo, com a mesma preocupação com o lixo/resíduos gerado/acumulado no Porto de Pesca de Viana do Castelo e identificar as diferentes tipologias de resíduos gerados para se poderem encaminhar para reciclagem. Pedimos colaboração a outras entidades para operacionalizar e dar continuação ao plano de ação do Projeto "A Pesca por um Mar sem Lixo". Solicitou-se parceria/ajuda à Câmara Municipal de Viana do Castelo, para a colocação de 2 ecopontos amarelos (com boca grande) e sua recolha, e a recolha dos RSU.

Contributo para OE 4 – Modernizar e beneficiar os estabelecimentos de primeira venda e áreas adjacentes indispensáveis à atividade da empresa, bem como infraestruturas conexas

Em colaboração com a DSM, a direção tem estado a acompanhar as necessidades inerentes às obras dos portos de pesca de Esposende e Castelo do Neiva.
Tem sido feito o acompanhamento das auditorias no âmbito do HST e foi identificada a necessidade premente de melhoria das condições de segurança e trabalho do cais de descarga e atracação de Vila do Conde.

Contributo para OE 5 – Assegurar e reforçar as regras de higiene e segurança alimentar

Foi realizada uma auditoria à lota de Viana do Castelo por parte da empresa contratada para apoiar a certificação da referida lota para levantamento de todas as necessidades de intervenção por parte da DSM, alterações de procedimentos da exploração da lota, necessidades documentais. Pretende-se certificar a lota até ao final de 2019.
Foi acompanhada a vistoria da DGAV às lotas de Vila Praia de Âncora e de Viana do Castelo e elaborado o quadro de controlo, face ao relatório, sobre a lota de Viana do Castelo.

MS

Contributo para OE 9 – Garantir Volume de Negócios

Elaboração/desenvolvimento, a nível nacional para a Docapesca, dos Tarifários 2019 (Instalações, Diversos, Serviços, PAC, Gelo) e Regulamentos Específicos de Tarifas (Norte, Centro e Sul). Foi efetuada uma revisão em fevereiro de 2019. Foram também feitas várias atualizações solicitadas, bem como a inserção de preços em SAP. A DCRI considera que os tarifários em vigor se encontram confusos e de difícil aplicação. Também constatou que há necessidade de obter um mecanismo mais eficaz no controlo dos títulos de licença de ocupação emitidos, no que diz respeito à sua faturação e atualizações de preços.

Elaboração/desenvolvimento de Relatórios para Verificação da aplicação do tarifário 2019 em vigor.

- Verificação da aplicação de tarifário DLPPNM – em revisão na DLPPNM;
- Verificação da aplicação de tarifário DLPPCS – em revisão na DLPPCS;
- Verificação da aplicação de tarifário DLPPA – relatório em revisão a parte do Barlavento na DLPPA.
- Verificação da aplicação de tarifário na DLPPC – relatório em fase de elaboração.

Estes relatórios foram efetuados devido à necessidade de verificar a adequabilidade e a aplicação dos tarifários em vigor na Docapesca, S.A, passados 4 anos da sua implementação. Para o efeito criamos uma estrutura de relatório que se baseia na identificação das áreas de jurisdição da Docapesca, das áreas ocupadas e as áreas potenciais a ocupar, forma de faturação dessas áreas e outros serviços existentes no local. Foi terminado o relatório com conclusões e recomendações de melhoria.

Contributo para OE 13 – Promover a gestão conjunta das infraestruturas de náutica de recreio e das frentes ribeirinhas com os municípios

A DCRI realizou reuniões, na Docapesca, com um vereador da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, para abordagem do tema "Reestruturação do porto de pesca da Póvoa de Varzim". Reestruturação de acordo com as necessidades reais dos pescadores/armadores e/ou modificar a nova estrutura de marina do lado da zona nobre da cidade junto do Casino da Póvoa de Varzim. A DCRI providenciou um edital para se retirar o lixo e redes e assim proceder à limpeza do porto de pesca da Póvoa de Varzim.

A DCRI realizou reuniões, na Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, com vereadores e com várias entidades, para reunir informação para uma candidatura para uma Estação Náutica na Póvoa de Varzim, e sobre a temática das "Praias", para a preparação da época balnear. A DCRI teve intervenção, no sentido de comunicar com clientes/concessionários que estão na área de jurisdição da Docapesca, para o cumprimento das regras.

Outras atividades

- Elaboração/desenvolvimento de um procedimento que se baseia em fluxogramas e em modelos pré-definidos (Formulários/Requerimentos) para receção de pedidos dominiais,

HS

a utilizar na zona de jurisdição da Docapesca, para serem encaminhados e elaborados/emitidos pela DAJGD.

- Elaboração de um plano de trabalhos relativos à empresa de limpeza para orientação e gestão dos serviços/limpeza e respetivas periodicidades a executar, nos seguintes portos de pesca e locais:
  - Póvoa de Varzim;
  - Vila do Conde;
  - Vila Praia de Âncora;
  - Esposende;
  - Viana do Castelo;
- Elaboração/desenvolvimento de regulamentos de exploração, nomeadamente o regulamento de exploração do porto de pesca da Póvoa de Varzim e do portinho de Vila Praia de Âncora, que ainda se encontra em revisão na DAJGD.
- A avaliação da satisfação dos clientes está em curso e para o efeito foram elaborados dois tipos de questionários, on-line e em papel. Aguardam-se os resultados para tratamento dos dados e elaboração de um relatório. Constatou-se alguma dificuldade na obtenção dos contactos mais diretos dos clientes, pois os dados mestre da base de dados da empresa não se encontra completa.
- A DCRI, juntamente com o DM, colaborou e deu apoio na organização e realização do evento para a apresentação do projeto da construção de novos armazéns de aprestos e outros apoios ao setor das pescas da Associação Pro-Maior Segurança dos Homens do Mar. Neste evento, que teve lugar no dia 29 de março de 2019, estiveram presentes o Senhor Primeiro Ministro e da Senhora Ministra do Mar.

MS

Direção de Exploração (DEXP)

Contributo para OE 1 – Promover a valorização do pescado e circuitos de proximidade

1. Têm sido efetuadas algumas ações de sensibilização (informais) junto dos armadores para concentrarem o pescado em lotas de maior afluxo/movimentação, na perspetiva de assim se obter melhor valorização do pescado, face à eventual maior concentração (da procura) de compradores nessas lotas. De igual modo, são disponibilizadas semanal/mensalmente informações sobre os preços do pescado nas várias lotas que, para além da disponibilização de informação útil (de interesse público), poderá incentivar os pescadores a dirigirem-se para as lotas onde o pescado atinge maior valor comercial, contribuindo-se assim para o alcance do objetivo de uma maior concentração da oferta/procura
2. Implementação, em todas as grandes lotas, da venda por lotes de todo o pescado correspondente a uma mesma espécie e com igual calibragem (com exceção para algumas espécies nobres dado o seu elevado valor comercial).
   Experimentação, na lota de Peniche, da realização da venda do pescado (de todas as artes de pesca) em 3 painéis informáticos em simultâneo, permitindo ganhos significativos no tempo médio de venda do pescado por dia.
   Implementação no 2.º trimestre de 2019, na lota de Aveiro, da pesagem e venda do pescado do arrasto por lotes, nos dias de maior afluxo de pescado, de uma só vez, isto é, efetuando-se apenas uma única pesagem e venda para todas as caixas correspondentes a um mesmo lote.
   Apresentação de proposta similar para a lota da Nazaré, para que a pesagem e venda do pescado por lotes, nos dias de maior afluxo de pescado, seja efetuada de uma só vez, isto é, efetuando-se apenas uma única pesagem e venda para todas as caixas correspondentes a um mesmo lote.
3. A DEXP iniciou contactos com os dirigentes das direções de lotas e portos de pesca (DLPP) no sentido de se poder discutir a possibilidade da uniformização da calibragem do polvo, por forma a prepararmos uma proposta para apresentar às Organizações de Produtores que visa o alcance dessa medida em todas as lotas. Em termos genéricos todas as lotas concordam com a uniformidade dos tamanhos, sendo agora necessário reunir com as organizações de produtores e tentar chegar a um consenso sobre esta matéria.

Contributo para OE 3 – Promover a sustentabilidade ambiental

1. Foi iniciada a revisão e atualização do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), e estão previstas visitas e reuniões a todas as DLPP, em 2019, para se dar continuidade e concluir a atualização do SGA.
2. No 1.º semestre não foi realizada qualquer auditoria ao sistema.

MS

3. Com base nas contratações já iniciadas nos anos anteriores, em particular em 2018, foram efetuados procedimentos concursais e estabelecidos novos contratos para as limpezas exteriores e recolha de resíduos nos portos de pesca que incluem a disponibilização e substituição de contentores para deposição separada dos resíduos, e a lavagem dos pavimentos/estradas.

   Foram ainda adquiridos, no final de 2018, novos equipamentos para substituição dos que se encontravam em estado avançado de degradação (Oleões, Bacias de Retenção; Contentores (de propriedade da Docapesca) para deposição de Resíduos, e está em curso a atualização do SGA.
4. Foram adquiridos no 1.º trimestre de 2019, 1 viatura totalmente elétrica (que se encontra ao serviço na sede da empresa) e outros 3 veículos Híbridos Plug-In, iniciando-se desta forma a renovação da frota automóvel da Docapesca, com recurso à aquisição de veículos mais amigos do ambiente.

   Deu-se continuidade à divulgação de campanhas publicitárias para redução dos consumos de energia e água junto das diversas unidades orgânicas da empresa.

Contributo para OE 4 – Modernizar e beneficiar os estabelecimentos de 1.ª venda e áreas adjacentes, indispensáveis à atividade da empresa, bem como infraestruturas conexas

Foram iniciadas conversações (reunião) com a Universidade de Aveiro, tendo em vista a realização de uma parceria com a Docapesca que, entre outras coisas, preveja a possibilidade de se introduzirem meios informáticos (com recurso à robótica inteligente) que visem reduzir substancialmente o esforço humano na realização das atividades da 1.ª venda de pescado.

Contributo para OE 7 – Garantir adequação das competências dos RH aos novos desafios

Foram elaboradas e distribuídas pelos trabalhadores novas ferramentas (mapas Excel) que permitem obter um controlo mais rápido, mais eficaz e mais eficiente dos processos de aquisição de bens e serviços realizados e controlados pela DEXP.

Contributo para OE 10 – Reduzir o peso dos gastos operacionais no Volume de Negócios

Têm sido efetuados controlos e medidas rigorosas para o abastecimento de viaturas em 2019, que tem permitido que o valor real efetivamente consumido fique, embora de forma ligeira, abaixo do valor orçamentado. Está previsto para breve o lançamento de novo concurso público para aquisição de mais viaturas, sendo que esta Direção irá propor, a aquisição de pelo menos uma ou duas viaturas com motorização elétrica, tendo em vista uma eventual redução dos consumos de combustível e de emissão de partículas poluentes para o Ambiente.

MS

Departamento de Estatística (DE)

Entre janeiro e junho de 2019, no âmbito das suas competências, o DE desenvolveu, entre outras, as seguintes atividades:

- Preparação de informação necessária à tomada de decisão para o Conselho de Administração e para todas as unidades orgânicas.
- Preparação diária da informação referente às vendas em lota, das espécies sardinha, biqueirão e raia-curva, informação necessária à monitorização em tempo real, acompanhada pelo Conselho de Administração e a Secretaria de Estado das Pescas.
- Fornecimento da informação estatística do pescado, atempadamente e sem atrasos, numa periodicidade diária para a DGRM; mensal para organizações de produtores e associações, assim como a empresas do setor, armadores e compradores.
- Resposta a todos os pedidos efetuados pela Autoridade Tributária, provenientes de diversas Direções/Divisões de Inspeção Tributária, ao abrigo do Princípio de Colaboração. Os pedidos têm como alvo armadores e/ou compradores.
- Resposta a todos os pedidos efetuados por entidades como GNR/Unidade de controlo costeiro, a DGRM/Inspeção das Pescas.
- Colaboração com universidades, com destaque para as de Aveiro, Algarve, Coimbra, Minho e Lisboa, disponibilizando a informação solicitada.
- Cumprimento dos prazos estipulados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) para o preenchimento do inquérito de transportes fluviais de pessoas e veículos (ITF).

MS

Departamento de Controlo Orçamental e Avaliação de Risco (DCO)

No âmbito das suas competências, no 1.º semestre de 2019, o DCO desenvolveu, entre outras, as seguintes atividades.

- Preparação e apresentação ao Conselho de Administração dos relatórios trimestrais de atividades e execução orçamental referentes ao 4.º trimestre de 2018 e do 1.º trimestre de 2019, em colaboração com as Direções e Departamentos;
- Preparação e apresentação ao Conselho de Administração dos relatórios de execução orçamental referentes aos meses de janeiro, fevereiro, abril e maio de 2019;
- Elaboração dos mapas financeiros referentes aos mesmos períodos e respetiva submissão dos mapas financeiros no SIRIEF (mensais);
- Foi efetuado o upload no SIRIEF dos dados provisórios de 2018;
- Preparação do Relatório de Gestão e Contas do Exercício 2018;
- Preparação do Relatório do Governo Societário 2018;
- Foi efetuado o upload no SIRIEF dos dados definitivos de 2018, após a aprovação das contas em Assembleia Geral;
- Preparação de informação necessária à tomada de decisão para o Conselho de Administração;
- Elaboração de declarações de cabimento;
- Relato de desvios existentes, sugerindo eventuais medidas de correção;
- Passagem das seguintes tarefas da direção financeira, que anteriormente eram desenvolvidas pelo departamento:
    - ficheiro para pagamento à Segurança Social dos montantes cativados em lota sobre as vendas das embarcações da pesca local e costeira e também sobre as vendas fora de lota dos pescadores apeados e dos apanhadores de espécies marinhas. Transformação do ficheiro em formatação própria e disponibilização na rede;
    - lançamentos contabilísticos mensais de transferências entre contas;
    - preparação e reporte trimestral de informação contabilística ao Instituto Nacional de Estatística.
- Monitorização e correção referente a faturas não certificadas;

- Apoio ao Conselho de Administração na elaboração de ordens de serviço e de ofícios diversos para o acionista;
- Colaboração com o Conselho Fiscal e com o Revisor Oficial de Contas.

Departamento de Marketing (DM)

Até ao final do 2.º trimestre de 2019, o DM organizou a presença da Docapesca em 35 ações no âmbito da valorização do pescado transacionado nas lotas de Portugal Continental, correspondendo a 56 dias de atividades no exterior, abrangendo ações nos mercados municipais e grandes superfícies (4 ações), participações em festivais gastronómicos (9 ações), feiras internacionais (3 ações), representações institucionais (11 ações), visitas de comitivas estrangeiras (1 visita) e ações em escolas (7 ações).
Apresenta-se de seguida, o enquadramento destas atividades de acordo com os eixos estratégicos da Docapesca para 2019.

Contributos para OE 1 – Promover a valorização do pescado e circuitos de proximidade

1. Campanhas e projetos de valorização do pescado
   1.1. Campanha do Carapau - a 2.ª fase da Campanha do Carapau tem início previsto para o 3.º trimestre.
   1.2. Realizar ações de promoção nos mercados municipais e grandes superfícies - durante o 1.º trimestre, realizou-se uma ação de promoção do carapau no Mercado do Rio Azul, em Setúbal. Até final do 1º semestre, promoveram-se mais duas iniciativas em mercados municipais: Mercado do Livramento em Setúbal (1 ação), no Mercado Municipal da Moita (1 ação). Realizou-se também uma ação de informação na Makro de Alfragide, sobre o CCL e as campanhas de valorização do pescado, dirigida a 12 chefes de peixaria e responsáveis de loja desta insígnia.
   1.3. Dirigir ações específicas a crianças e jovens - no âmbito da Campanha do Carapau, realizaram-se três ações em escolas no âmbito da Campanha do Carapau, com Fernando Pimenta (Matosinhos, 160 alunos), Francisco Lufinha (Sines, 100 alunos) e Hugo Vau (Tondela, 250 alunos).
   1.4. Estudo de Avaliação da Campanha do Carapau - durante o 1.º trimestre foi elaborado o estudo de avaliação da 1.ª fase da Campanha do Carapau, pela empresa de estudos de mercado VTMAR. Entre os resultados da campanha, destaca-se a lembrança da comunicação, idêntica à Campanha da Cavala, que teve uma duração de 5 anos. Por outro lado, a campanha contribuiu para reforçar o já elevado conhecimento sobre o carapau e em particular a sua associação a alimento saudável. Destaque-se ainda a melhoria significativa da notoriedade da Docapesca a nível global, resultado da ação continuada e da realização sustentada de ações de comunicação.
2. Participação em feiras e festivais gastronómicos

   No 1.º trimestre, no âmbito da colaboração com o projeto "Setúbal – Terra de Peixe", a Docapesca participou no Festival do Choco, tendo realizado 2 ações na Casa da Baía.

Durante o 2º trimestre, a Docapesca esteve presente no Peixe em Lisboa (onde realizou aulas de culinária e *showcookings* durante os 10 dias do evento), na Rota do Petisco (1 ação) na Ovibeja (através da presença no espaço expositivo e da realização de dois *showcookings*), no Sesimbra É Peixe (onde foram realizadas dois *showcookings* para além da presença em stand), no Sem Espinhas (através da presença num workshop sobre pescado sustentável e de um *showcooking*).

3. Participações institucionais

Neste âmbito, durante o 1.º trimestre, a Docapesca realizou ações de valorização do pescado na Apresentação do Leme (Lisboa), na conferência do Jornal da Economia do Mar (Cascais), no *Bluetech Accelerator* (Lisboa) (Matosinhos) e na Bolsa de Turismo de Lisboa por ocasião da sessão de lançamento da Rota do Náutico (Fórum Oceano).

Neste período, a Docapesca participou na Nauticampo, estando presente em stand próprio no espaço expositivo (com presenças da APPR, *Sailors for the Sea* e Associação Portuguesa de Escolas de Surf, enquanto membros do Grupo Dinamizador Portugal Náutico) e através da organização de um painel de debate, em colaboração com o Fórum Oceano, dedicado à temática "Náutica: Situação Atual, Dinâmicas em Curso e Desafios 2030" que contou com as presenças de Miguel Marques (PWC), Isolete Correia (APPR e Marina de Vilamoura), José Saleiro (APECATE) e Isilda Gomes (Presidente da CM Portimão e Vice-Presidente da ANMP).

No 2.º trimestre, a Docapesca esteve presente no *Oceans Meeting* (Lisboa), onde organizou o "*Networking Cocktail*" do Dia Europeu do Mar, para cerca de 900 visitantes do evento, para além da presença no espaço expositivo do evento. Tiveram também lugar as participações nas comemorações do Dia Europeu do Mar (Vila Praia de Âncora), Encontro dos Investigadores da Qualidade (Setúbal), *International Boatshow* (Vilamoura) e no GC32 Lagos Cup.

4. Ações de comunicação e promoção

4.1. Publicações em órgãos de comunicação social - Até final do 1º semestre, foi publicada uma entrevista com a Presidente do Conselho de Administração da Docapesca, na revista País Económico.

4.2. Comunicação Externa e Interna - O número de seguidores no Facebook aumentou 40% face ao período homólogo de 2018, atingindo os 7.786 gostos na página; (4) o alcance das publicações no Facebook atingiu 648.152 pessoas (+18% face ao período homólogo).

4.3. Medição da Satisfação de Clientes - durante o 1.º trimestre, foi concluído o relatório de satisfação dos clientes do questionário aplicado em 2018, tendo os resultados sido comunicados ao Conselho de Administração e aos Diretores das DLPP.

4.4. Produção de *Web-Docs* "Mar de Conservas - Este projeto encontra-se em fase de conclusão, tendo sido efetuada a sua apresentação durante o 2º trimestre. Foram solicitadas alterações aos *web-docs* apresentados, pelo que se aguarda a sua conclusão no decorrer do 3º trimestre.

MS

5. Atividades de inovação e desenvolvimento

5.1. LIFE Águeda - no âmbito do projeto LIFE Águeda, no 1.º trimestre, tiveram início as primeiras marcações de lampreia e sável nos postos da Torreira e Cais do Bico com o selo de origem CCL/*Life* Águeda. O protótipo da viatura da lota móvel foi concluído durante o 2.º trimestre, tendo sido apresentado em reunião da Comissão de Gestão do projeto. Teve também início o processo de contratação do operador de exploração que irá ficar responsável pela utilização da viatura na próxima época de pesca, que se iniciará em janeiro de 2020.

5.2. Circuitos Curtos de Comercialização do Pescado - durante o 1.º trimestre, realizaram-se três reuniões de apresentação do projeto de expansão da rede nacional de circuitos curtos de comercialização de pescado, com vista à expansão deste modelo noutras comunidades. As reuniões decorreram em Matosinhos, Nazaré e Ílhavo, com a presença das associações locais, municípios e grupos de ação local. Destas reuniões, resultou o agendamento de uma 2.ª reunião de trabalho na Nazaré, localidade onde se prevê que possa implementar o projeto no curto prazo. Relativamente a Matosinhos e Ílhavo, as associações locais (Associação Mútua dos Armadores de Pesca de Angeiras e APARA) irão apresentar o conceito em reunião de associados, para posterior avaliação. Das reuniões realizadas, teve continuidade a implementação na Nazaré, através da implementação de um questionário de teste por parte da CM Nazaré e da Docapesca, com vista à construção do modelo de negócio do projeto e à futura apresentação de candidatura ao Mar 2020 por parte da AAPNZ.

5.3. Valormar - o projeto "ValorMar" (Programas Mobilizadores), que conta com a participação da Docapesca em duas iniciativas ("Novos produtos de mar, tecnologias e processos para a indústria e mercado" e "Integração da cadeia de valor do pescado"), continua a decorrer em curso, tendo a Docapesca participado nas reuniões de trabalho realizadas.

<u>Contributos para OE 2 – Contribuir para a internacionalização do setor</u>

1. Participação em feiras profissionais internacionais - em fevereiro, a Docapesca esteve presente no SISAB (Lisboa), onde organizou o espaço "Mar XXI.PT", que contou com a presença da Propeixe, Vianapesca e da ANICP e onde decorreram também três ações de promoção do carapau. Em maio, a Docapesca integrou as participações organizadas pela ALIF na *Tuttofood* (Milão) e na *Seafood* (Bruxelas).
2. Missões Empresariais em países/mercados estratégicos - durante o 1.º trimestre, a Docapesca recebeu a visita de uma comitiva de deputados franceses no porto de pesca de Sesimbra. No 2.º trimestre, a Docapesca organizou o evento "Fórum dos Empresários do Setor das Pescas", em Lisboa, que contou com a presença de empresários portugueses

MS

e angolanos do setor do pescado num workshop, a que seguiu uma visita ao porto de pesca de Peniche

Contributos para OE 3 – Promover a sustentabilidade ambiental

1. Projeto "A Pesca por um Mar sem Lixo" - no 1º trimestre, o projeto foi implementado nos portos de pesca de Setúbal e da Póvoa de Varzim. Neste período, realizaram-se também as primeiras reuniões em Viana do Castelo, Matosinhos, Nazaré, Sagres, Portimão e Olhão. Durante o 2º trimestre decorreu o concurso público para aquisição dos vários materiais necessários, com vista à implementação do projeto até ao mês de setembro.

MS

Departamento de Segurança Alimentar e Certificação (DSAC)

Contributos para OE 5 – Assegurar as regras de higiene e segurança alimentar

1. Implementar o sistema de gestão da segurança alimentar, de acordo com a norma NP EN ISO 22000, com o objetivo de garantir a certificação do sistema em 2019, para a lota de Viana do Castelo, Aveiro, Nazaré e Vila Real de Santo António - foi feito o procedimento para a contratação do serviço de consultoria para a implementação da norma nas lotas de Viana do Castelo, Aveiro e Vila Real de Santo António, assim como para a manutenção da certificação das lotas já certificadas.
   No 2º trimestre foram realizadas 4 auditorias de diagnóstico às lotas de Viana do Castelo, Aveiro, Nazaré e Vila Real de Santo António.
2. Assegurar a manutenção da Certificação ISO 22000:2005 das lotas da Figueira da Foz, Póvoa de Varzim, Sesimbra e Sagres - foi realizada a reunião da revisão pela gestão conforme planeado no Sistema de Gestão de Segurança Alimentar na sede com todos os elementos envolvidos. Está a ser elaborado o relatório para ser aprovado pelo Conselho de Administração. Como se trata de uma extensão da certificação a mais três lotas o prazo previsto para obtenção do certificado será novembro de 2019.
   No 2º trimestre foram realizadas 3 auditorias de diagnóstico às lotas de Póvoa de Varzim, Figueira da Foz e Sesimbra.
3. Assegurar o cumprimento do plano de análises definido para os estabelecimentos e monitorizar o respetivo grau de cumprimento - as recolhas por parte do laboratório contratado, os resultados dos boletins analíticos e a faturação são verificados e monitorizados pelo DSAC. Embora com algumas não conformidades nos boletins analíticos, as fichas de não conformidade têm vindo a ser elaboradas e tomadas ações corretivas para a resolução rápida das situações de não conformes. O laboratório tem apresentado algumas situações de dúvida nos resultados que apresenta. As recolhas nem sempre têm decorrido de forma protocolar e algumas trocas nas amostras também denotam falta de cuidado no cumprimento do protocolo. O DSAC está a tentar agendar uma reunião para fazer um ponto de situação das situações que não estão corretas e traçar um plano de ação.
4. Atualizar os procedimentos e fluxogramas dos Manuais de Segurança Alimentar nos estabelecimentos com Número de Controlo Veterinário (NCV) - no primeiro semestre foi atualizado o manual e verificados os fluxogramas referentes à lota de Aveiro.
5. Realizar auditorias internas aos planos de segurança alimentar, que são baseados nos princípios do HACCP, com vista à verificação e identificação de não conformidades e correção das mesmas, foram realizadas auditorias às lotas de Viana do Castelo, Matosinhos, Aveiro e Nazaré.

MS

No 2º trimestre foi feita uma visita à lota de Matosinhos para verificar se o sistema estava conforme.

6. Contratação de consultoria para apoio no processo de certificação: manutenção das atuais e futuras certificações para o ano de 2019 - foi adjudicado o procedimento para 7 lotas, tendo sido feito um ajuste direto simplificado para a extensão da certificação para a lota de Vila Real de Santo António.
7. Monitorizar e dar respostas às vistorias/controlos efetuados por entidades externas, nomeadamente as realizadas pela DGRM e pela Direção Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV) - no 1º trimestre houve duas vistorias da DGAV, uma a Aveiro e outra a Matosinhos. Foi enviada resposta aos relatórios das vistorias realizadas pela DGAV, em 2018, às lotas de Sesimbra, Matosinhos, Sines e Vila Nova de Milfontes. Algumas das não conformidades detetadas já foram resolvidas. Estão a ser preparadas as respostas às restantes vistorias, de modo a serem enviadas dentro dos prazos previstos ou calendarizadas para a resolução.

   No 2º trimestre foram efetuadas 7 vistorias da DGAV às lotas de Lagos, Sesimbra, Setúbal, Portimão, Albufeira, Viana do Castelo e Mira
8. Dar início ao procedimento de obtenção de NCV para o posto de Tavira após a conclusão das obras de requalificação - neste 1.º semestre as obras ainda não foram iniciadas.
9. Diversos:
   a. a lota da Costa da Caparica está a intervencionada o que obriga ao funcionamento da mesma num espaço provisório, espaço esse que tem que ter as condições de higiene e segurança alimentar para o seu funcionamento. A DSAC tem vindo a colaborar com s DGRM e a DGAV para assegurar estas condições. No 2.º trimestre foi realizada uma vistoria conjunta às instalações onde está a funcionar a lota provisória pelas seguintes entidades DGRM, DGAV, ACT e ARSLVT para manter o NCV.
   b. A lota da Nazaré vai ser intervencionada, estando o departamento a colaborar com as direções envolvidas no projeto. No entanto, até ao final do 2.º trimestre, ainda não foi realizada qualquer intervenção de melhoramento na lota, com vista à certificação.
   c. O DSAC está envolvido no projeto de requalificação da lota de Cascais.

MS

Direção de Lotas e Portos de Pesca do Norte e Matosinhos (DLPPNM)

Contributos para OE 1 – Promover a valorização do pescado e circuitos de proximidade

1.1.- Criar as condições em terra ao nível das infraestruturas e disponibilidade de meios.
Ao nível das infraestruturas - obras de manutenção/conservação correntes em edificados e áreas a descoberto e nos equipamentos. Escadas de acesso ao cais e tampas metálicas para caixas de visita na conduta de água salgada no cais de Matosinhos, sinalização/identificação com placas 3 cais do porto de pesca de Matosinhos.
Circuitos de comercialização - venda de lampreia no leilão tradicional (Viana do Castelo) e registo em Caminha e Valbom. Registos fora de lota - com particular realce para as espécies de águas interiores marítimas (lampreia e "meixão") no posto de vendagem de Caminha. Mercados organizados de venda direta – Vila Praia de Âncora e Vila do Conde - com condições ímpares, proporcionaram rendimentos estáveis ao setor. Nos postos de vendagem (Esposende e Castelo de Neiva) o consumidor final tem acesso ao leilão refletindo-se com a presença destes "clientes" a subida do preço médio com benefício direto para o armador, para além das mais valias resultantes do negócio e sem intermediários ficarem no produtor (armador). Devido às obras de reabilitação do portinho de Castelo de Neiva, a primeira venda está a realizar-se em lota provisória modulada (recurso a contentores alugados) e em local distinto do original até conclusão de novo edificado a construir.

1.2.- Melhorias nas instalações, condições do acondicionamento, caixas higienizadas, recurso ao gelo, leilão transparente e moderno
A DLPPNM tem 5 lotas com NCV, instalações e equipamentos modernos, o pescado é acondicionada em caixas da Docapesca nas lotas/postos vendagem onde se realizam leilões. Caixas são higienizadas em três desses estabelecimentos através de máquinas adequadas (Modelo em túnel). Fornecimento de gelo às lotas – possuímos uma fábrica de gelo em Matosinhos e 6 máquinas de fabrico daquele produto instaladas em outras tantas unidades orgânicas da DLPPNM que sustentam a cadeia de frio (não se verificaram estrangulamentos com exceção de Vila do Conde onde uma intervenção no silo de armazenagem originou estrangulamento colmatado em parte por gelo da máquina da Póvoa e outras. Há 2 unidades da DLPPNM onde existem edificados sem fabrico de gelo (trata-se dos Postos de Vendagem de Vila Chã e Castelo de Neiva), neste último, o gelo existente era oriundo de outros locais, a futura lota em construção resolverá esta questão pois prevê-se a instalação de máquina de fabrico de gelo. Quanto à valorização do pescado, em termos globais, o primeiro trimestre e por comparação ao ano anterior é mais favorável na quase totalidade das unidades, em relação ao previsto atingiram-se os objetivos traçados.

MS

1.3. – Reforçar o relacionamento com as organizações de produtores, associações, outras entidades estatais e com os particulares

As ações de divulgação consumo de pescado fresco e de pescado com reduzido valor comercial neste ano e em anos anteriores está a dar resultados positivos, tem havido procura crescente dessas espécies pouco divulgadas, outras ações de sensibilização/implementação à apresentação do cabaz de peixe envolvendo Associação de Angeiras e Câmara Municipal de Matosinhos (Circuitos Comerciais Curtos) já apresentado/divulgado, aguarda-se pela aceitação da Associação e implementação no terreno. Houve reuniões com objetivos de âmbito ambiental envolvendo vários parceiros, câmaras municipais (Matosinhos, Póvoa e Viana), Associações/Organizações de Produtores, empresas de recolha/tratamento de resíduos, outras entidades no âmbito do projeto "Pesca por um Mar sem lixo".

Foram traçadas linhas de orientação e como criar condições em terra ao nível de equipamentos para recolha de resíduos recolhidos pelos pescadores no mar, em parceria com o projeto da Apropesca foram disponibilizados contentores de bordo, sacos e contentores diferenciados em terra (Póvoa) estes últimos contentores em Matosinhos foram colocados nos cais de descarga, contudo o projeto em Matosinhos está atrasado por comparação com o da Póvoa.

Participação em reunião de trabalho e apresentação da Época Balnear 2019 nas Câmaras da Póvoa e Vila do Conde, em parceria com a Capitania e Delegação de Saúde, destinadas aos concessionários de praia das áreas da Póvoa de Varzim Vila do Conde.

Prestação de esclarecimentos sobre a nova regulamentação a criar sobre o ordenamento da orla costeira (POC-CE) e a emissão de novas licenças com período de vigência de cinco anos. Os contactos com as Organizações de Produtores, Associações do setor da pesca e recreio náutico, outras autoridades, autarquias em geral e juntas de freguesia têm sido privilegiados. As primeiras são ouvidas e participam com propostas e ações tendentes à melhoria das condições de venda e outras alterações operacionais e organizacionais em terra, os contactos com as autoridades e outras entidades são decorrentes das competências dos envolvidos, a par da relação institucional que se cultiva. De realçar a estreita colaboração da Junta de Castelo de Neiva e Câmara Municipal de Esposende no âmbito das obras de reabilitação a decorrer naquelas duas localidades no âmbito das estruturas portuárias afetas à pesca.

Contributos para OE 2 – Contribuir para a internacionalização do setor

2.1. – Acolher visitantes de países terceiros com ligação ao universo empresarial e cultural.

Continuamos a contribuir, em conjunto com a Câmara Municipal de Vila do Conde e Estaleiros, para a divulgação da arte de construção de embarcações em madeira, no âmbito do projeto Camarário "Vila do Conde um Porto para o Mundo" ao recebermos visitantes estrangeiros da área académico/científica versando a construção naval em madeira ao participarmos, como elemento facilitador.

MS

Ainda em relação a Vila do Conde, se bem que fora do sector, recebemos um investidorsSueco que se propõe realizar um projeto inovador nos Estaleiros da Azurara, para produção/montagem/manutenção de equipamento ao nível da produção da energia das ondas, realizaram várias visitas ao local e houve reuniões com apresentação do projeto onde também foi envolvida a Câmara Municipal em razão da necessidade de construção de edificado de volumetria significativa (altura elevada) logo por se tratar de assunto que carece de parecer vinculativo.
Em Matosinhos temos recebido visitantes provenientes do estrangeiro em visitas guiadas de caráter profissional, cultural e turístico.

Contributos para OE 3 – Promover a sustentabilidade ambiental

3.1.- Promover junto dos trabalhadores, práticas para a separação de resíduos
Práticas amigas do ambiente: os resíduos sólidos e líquidos domésticos e fundamentalmente industriais resultantes da atividade da pesca têm sido objeto de recolha e separação, seja nas zonas de edificado seja nas zonas a descoberto e encaminhados para os locais licenciados, incluímos os resíduos gerados pelos armadores/pescadores depositados desordenadamente nas áreas portuárias. Os resíduos vegetais são recolhidos e depositados em locais licenciados. As áreas portuárias mais críticas são o porto de pesca de Matosinhos e neste, o mercado de segunda venda em especial. Aqui os resíduos separados são recolhidos e tratados diariamente, acontecendo o mesmo nas restantes áreas portuárias da DLPPNM mas com cadência menos intensa (bissemanal, quinzenal e mensal), consoante as atividades que se exercem em cada uma das estruturas portuárias, essa cadência é menos intensa no Inverno e mais intensa no Verão.
Nos Estaleiros da Azurara os resíduos das áreas comuns são igualmente recolhidos, separados e encaminhados para área licenciada a frequência nesta estrutura portuária é significativamente inferior em relação a Matosinhos (quinzenal/mensal) consoante as atividades e resíduos gerados.
Devido ao projeto "Pesca por um mar sem lixo", houve necessidade de reforçar as recolhas quer porque o contrato não contemplava esta vertente quer porque os municípios estão a afastar-se deste serviço, o peso destes resíduos nos portos da Póvoa e Viana do Castelo já é substancial, pelo que em próximo concurso há que introduzir esta vertente. A Câmara de Viana do Castelo devolveu a taxa de recolha de resíduos que debitava, à Docapesca, na fatura da água, uma vez que este serviço não realizado representou em 2018 o montante de 8.820,40€. Esta verba será suficiente para pagar o tratamento e transporte deste tipo de resíduos.

3.2.- Implementação de ações para a redução do consumo de energia elétrica e água potável
O uso de máquinas para lavar caixas em túnel e à pressão (estas mais nas lavagens do piso das lotas) geram uma redução dos consumos de água, de energia, de produtos de higienização. Os mecanismos de acionamento de pedal e temporizados em torneiras públicas nas áreas de

MS

exploração das lotas e mercados, foi outra melhoria no sentido da redução dos consumos. É intenção desta direção levar esses mecanismos de controlo e redução de consumos a todas as unidades orgânicas da DLPPNM.

Ao nível da energia elétrica, a lota da Póvoa de Varzim, foi seccionada a zona de exploração, hoje o acionamento das luminárias e projetores da pala é realizado por comando remoto ou consola e é monitorizado o consumo (esta benfeitoria resume-se à área de exploração e cais de descarga). A substituição das luminárias da rede pública exterior por "leds" (arruamentos e cais de amarração/descarga) proporcionou uma redução de consumos na Póvoa de Varzim e Matosinhos. Em Viana do Castelo o parque de compradores está iluminado por luminárias equipadas com "leds".

Produtos de higienização – está a haver uma melhoria no dosagem e diluição com água (foram adquiridos doseadores de pulverização com métricas incorporadas nas paredes laterais de fácil leitura e interpretação).

Contributos para OE 4 - Modernizar e beneficiar os estabelecimentos de 1.ª venda e áreas adjacentes indispensáveis à atividade da empresa, bem como infraestruturas conexas

4.1.- Edificação nova e moderna para o porto do Castelo do Neiva.

O velho edificado para a 1.ª venda já foi demolido. No mesmo local será edificado uma nova lota (obra a iniciar-se no final de Abril) com condições para licenciamento. Este projeto é da responsabilidade da "Sociedade Polis Litoral Norte" em que a Docapesca financia a componente interna. Há outro projeto da "Sociedade Polis Litoral Norte" que está em fase de arranque da obra, trata-se da reabilitação do Núcleo de Pesca de Esposende.

4.2.- Reabilitar os armazéns de aprestos de Esposende

Foi proposta a reabilitação destes espaços cobertos (armazéns de aprestos), criar condições para o controle individual quer da energia elétrica quer da água doce no sentido de se aplicar a teoria do utilizador pagador, o projeto contempla o que sugerimos, isto é, água e energia a fornecer será controlada individualmente. Atualmente existe contador global quer para a água quer para a energia e a regra de distribuição dos gastos equitativamente por todos não é implementável. A libertação dos armazéns de aprestos foi tarefa difícil, tendo os utilizadores não profissionais da pesca levantado mais dificuldades. Aos profissionais da pesca alugámos 14 contentores para guarda de aprestos durante o impedimento do uso dos armazéns e arruamentos a reabilitar, os restantes não foram contemplados. Foram ainda disponibilizados dois contentores pela Câmara para guardar isco (câmaras de congelação), estando a energia a ser fornecida pela Docapesca.

4.3.- Descentralização e decisão de proximidade na área dos portos de recreio.

M.S

Encetaram-se contactos verbais com Câmaras Municipais, com o objetivo de se estabelecerem contratos de Gestão das Frentes Ribeirinhas com particular realce nos núcleos de recreio (fluviais e/ou marinas).

4.4 – Reabilitação do piso de cais nos portos de pesca da Póvoa de Varzim e Vila do Conde
No período em análise não se iniciou qualquer intervenção,

Contributos para OE 5 - Assegurar as regras de higiene e segurança alimentar

5.1. – Realização de análises periódicas no âmbito do HACCP
Cumprimento do plano de análises ao gelo, água salgada e pescado (Histamina), de acordo com o previsto no plano de análises nos estabelecimentos com NCV.

5.2. – Modernização ao nível do edifício, equipamentos e procedimentos no posto de vendagem de Castelo de Neiva
O edificado supra está na fase inicial de construção.

5.3. – Receção de resíduos oriundos do mar
Foram desenvolvidas ações nos três portos mais importantes da DLPPNM. A ação piloto mais avançada (envolvendo os pescadores no mar) é na Póvoa de Varzim. Neste Porto os pescadores já levam para o mar contentores de bordo ou sacos (parceria com projeto da Apropesca). Em Viana do Castelo e Matosinhos as ações estão mais atrasadas. Os pescadores que participaram na ação de divulgação/sensibilização do projeto na Póvoa, sempre que trabalham nestes portos usam sacos de plástico, colocam os resíduos recolhidos do mar e produzidos a bordo em contentores em terra ou depositam-nos no cais ensacados sendo depois recolhidos e depositados em local adequado pelos serviços de higiene do porto de pesca.

<u>Outras atividades:</u>
Área Dominial – Foram emitidos Títulos de Licença referentes aos apoios de praia na Póvoa de Varzim e Vila do Conde.
Auditorias - No período em análise, foram efetuadas pela DSAC e DSM, visitas no âmbito da Higiene e Segurança Alimentar nas lotas de Matosinhos e Viana do Castelo.

MS

Direção de Lotas e Portos de Pesca do Centro Norte (DLPPCN)

Contributo para OE 3 – Promover a sustentabilidade ambiental

1. Promover junto dos trabalhadores, práticas para a separação de resíduos;
   Tem vindo a ser prática regular, por todos os colaboradores, o cumprimento das práticas operacionais "amigas do ambiente" implementadas ao nível da triagem de resíduos; tanto ao nível da exploração, como ao nível da área administrativa.
   Os trabalhadores do sector administrativo e do sector da exploração de Aveiro/Figueira já se encontram neste momento a efetuar a triagem dos resíduos produzidos nas instalações, nomeadamente o papel e os plásticos. Os procedimentos estão enraizados nas suas práticas diárias, fazendo a separação diária dos resíduos recicláveis e solicitando à empregada de limpeza a replicação dessa mesma separação junto dos ecopontos que se encontram no exterior das instalações.
   Todos os resíduos produzidos nas nossas instalações são devidamente encaminhados pela empresa de limpeza contratualizada para os ecopontos da empresa de gestão de resíduos responsável pela recolha dos mesmos de acordo com os diferentes códigos LER.
   Como processo adaptativos das boas práticas ambientes, em especial na separação dos resíduos, pretende a DLPPCN dotar todas as instalações internas dos edifícios das Lota de Aveiro e Figueira, de ecopontos para serem utilizados quer pelos trabalhadores. Já iniciamos este processo com a colocação do primeiro ecoponto na sala de reuniões de Aveiro.

2. Implementação de ações para a redução do consumo de energia elétrica e água potável (verificação trimestral dos consumos face ao período homólogo)
   No decorrer do 1.º semestre, foram colocadas 10 lâmpadas LED na "nave" da lota de Aveiro, em substituição das tradicionais lâmpadas de halogénio. Esta prática será implementada faseadamente, tendo em conta as necessidades futuras de substituição, o que permitirá uma futura redução de custos. A aplicação operacional de verificação trimestral dos consumos (água e eneria), será apresentada no relatório do 3.º trimestre.

3. Acompanhamento/divulgação do projeto "A Pesca por um Mar sem Lixo" no Porto de Pesca de Aveiro - projeto em curso – e no Porto de Pesca da Figueira - Projeto iniciado em Outubro 2018;
   A recetividade do projeto por parte dos armadores, nos portos de Aveiro/Figueira, tem vindo a apresentar cada vez mais relevância, principalmente na arte de pesca do Arrasto. Os pescadores têm seguido as práticas inerentes do projeto (recolha de sacos para separação dos resíduos / colocação nos contentores específicos etc.) Quanto às restantes artes de

MS

pesca, em especial a artesanal costeira/local, constata-se pouco envolvimento e compromisso na aplicação efetiva do projeto. A DLPPCN, em colaboração com o DM, irá propor às OP'S que aderiram ao projeto, uma nova ação de sensibilização, para tentar influenciar e sensibilizar para a importância da sua aplicabilidade/cumprimento nas embarcações aderentes.

No decurso do próximo trimestre, será realizada uma ação de sensibilização aos comerciantes de pescado, que são responsáveis pela maioria dos resíduos produzidos no Porto de Pesca (Aveiro / Figueira), que estará a cargo da atual empresa gestora do contrato de gestão de resíduos de ambos os Portos "TRIU", com a colaboração da Docapesca.

Contributo para OE 4 – Modernizar e beneficiar os estabelecimentos de 1.ª venda e áreas adjacentes indispensáveis à atividade da empresa, bem como infraestruturas conexas

1. Garantir a segurança dos acessos marítimos às infraestruturas portuárias da área concessionada à Docapesca (cais de acostagem do porto de pesca de Aveiro).

   A dragagem da área molhada concessionada à Docapesca no porto de pesca de Aveiro não foi concluída, estando este assunto a ser coordenado na sua componente técnica pela DIMA. De acordo com informação da DIMA, foram concluídos neste trimestre os procedimentos técnicos de apoio (batimento dos fundos/caraterização dos dragados), para abertura de concurso que possa efetivar a dragagem.

   Relativamente à área molhada concessionada à Docapesca no porto da Figueira da Foz, identificou-se a necessidade de efetuar uma dragagem nas pontes cais. Atualmente, as embarcações do arrasto têm apresentado reclamações em como não existem condições de atracação nas pontes cais.

2. Substituição/reparação das infraestruturas portuárias nos portos de Aveiro e Figueira da Foz (manutenção corretivas urgentes – exemplos: escadas, defensas, iluminação);

   Plano de Investimentos Específicos – MAR 2020:

   Aveiro / Figueira da Foz: Aquisição de equipamentos que beneficiem as condições de desembarque, atracação e acesso a embarcações Figueira da Foz – Aveiro – Em fase de concurso (informação DIMA);

   Aveiro: Reabilitação dos furos de captação, bombagem e tratamento de água – Obra de 2018, mas atualmente ainda não concluída (processo coordenado pela DIMA);

   Está prevista a conclusão das benfeitorias exteriores (pinturas) nos armazéns de comerciantes no Porto de Pesca de Aveiro para o 3.º trimestre de 2019.

   Foram ainda identificadas graves situações ao nível da segurança de pessoas e bens das infraestruturas da área concessionada à Docapesca no Porto de Peca de Aveiro, em especial no cais de descarga e nas pontes cais. A DLPPCN, em coordenação com a DSM e DIMA, efetuou um levantamento das necessidades de intervenção corretivas imediatas,

HS

até ficar concluído o processo de concurso (que está a decorrer) para a remodelação total das infraestruturas ao nível das escadas, defensas, iluminação etc.

Foram ainda identificadas necessidades operacionais de reforço/reparação de equipamento:

- A associação de produtores manifestou a necessidade de colocação de uma grua de apoio à descarga da pequena pesca, bem como colmatar eventuais avarias nas gruas existentes nas embarcações do arrasto. Esta situação não está prevista a aquisição em PIC 2019, estando a ser equacionada uma reparação de uma grua existente noutra Direção;
- O sistema de CCTV de Aveiro carece de reparação, ou seja, existem câmaras avariadas à vários meses. O sistema a funcionar em pleno é fundamental, quer para o controlo interno, quer para a segurança externa na nossa área concessionária.

3. Modernização/restruturação dos processos de pesagem, venda e entrega de pescado na Lota da Figueira da Foz.

   No seguimento dos procedimentos instituídos em 2018, está a dar-se seguimento operacional na formação dos colaboradores, tendo em conta novos procedimentos de pré-pesagem na lota na Figueira da Foz. Este modelo de alteração funcional permitirá maior transparência em todo o processo de pesagem, com documentação informatizada emitida no momento da entrega de pescado aos armadores. Efetuado um balanço atual da aplicação operacional da pré-pesagem antes da venda, concluímos que em termos de eficiência dos tempos de venda (tempo efetivo do leilão) é uma mais valia imprescindível.

Contributo para OE 5 – Assegurar as regras de higiene e segurança alimentar

1. Determinar como obrigatório a colocação de gelo nas caixas de pescado, por forma assegurar a cadeia de frio ao longo de todo o processo de venda (aplicação de uma taxa de gelagem por caixa de acordo com o tarifário);

   Esta direção tem vindo a encetar esforços no sentido de sensibilizar os armadores para a colocação de gelo nas caixas de pescado, com o objetivo de assegurar a manutenção da cadeia de frio ao longo de todo o processo de transação do pescado em lota. Contudo, tem-se verificado o constante recuo dos armadores na aplicação desta boa prática, alegando que essa será uma responsabilidade da Docapesca. Os armadores não pretendem acarretar com esse custo operacional, devendo pelo exposto a Docapesca criar regras/procedimentos comuns a nível nacional, de modo a assegurar a cadeia de frio.

2. Monitorização trimestral dos processos operacionais relacionados com a implementação da norma ISO2200 na Lota da Figueira da Foz.

   O Sistema de Gestão de Segurança Alimentar na Lota da Figueira da Foz, de acordo com a norma NP EN ISO 22000, é já considerado um processo integrado nas rotinas de todos

MS

os colaboradores, sempre com o objetivo de melhoria continua em toda a cadeia de processo operacional da lota.

O acompanhamento operacional das equipas, nas auditorias de verificação e acompanhamento interno, são fundamentais na medida em que são detetadas não conformidades que são de imediato corrigidas ou definidas ações corretivas, estabelecidas com base no conhecimento de uma equipa multidisciplinar.

No decurso do 2.º trimestre, deu-se início à preparação da implementação da certificação da lota de Aveiro, com recurso a uma reunião de preparação (auditoria interna), efetuada com uma consultora externa. Ficou determinado que os processos (documentais) já implementados na lota da Figueira da foz seriam adaptados à realidade de Aveiro e aplicados operacionalmente a partir do dia 1 Julho.

3. Implementação do Projeto da Lota Móvel

   A Docapesca é parceira do projeto de Lota Móvel que se encontra em curso (Life Águeda), para a criação de um protótipo de Lota Móvel, que permita o registo de espécies sazonais da zona do Rio Vouga / Rio Mondego. Este protótipo de Lota Móvel permitirá o registo/identificação de espécies como a lampreia e o sável. O objetivo base do projeto é a valorização do pescado e consequentemente a identificação real das quantidades transacionadas.

   No âmbito deste Projeto LIFE, a Docapesca propõe-se a desenvolver, num prazo de 5 anos, um protótipo de "Lota Móvel" que permitirá o registo destas espécies, permitindo deste modo reduzir os canais informais de venda e melhorar as condições de segurança alimentar. Dada a proximidade geográfica da Lota de Aveiro/Figueira com a bacia hidrográfica do Vouga/Mondego, este será certamente um projeto a implementar com o apoio técnico desta direção.

Contributo para OE 6 – Promover a desmaterialização de procedimentos

1. Divulgar localmente o Portal Docapesca/redes sociais

   Localmente tem sido efetuada a divulgação do Portal da Docapesca, agora com um caracter mais empresarial e interativo, de forma a facilitar o acesso a informação pelos vários utentes (armadores / compradores) da lota. Os utentes estão a iniciar contactos com a DSI para a obtenção dos resultados das vendas diárias de forma automática (online).

Contributo para OE 7 – Garantir adequação das competências dos RH aos novos desafios

1. Em colaboração com a DRH, efetivar a formação urgente dos colaboradores das lotas de Aveiro/Figueira em hardware, do programa de primeira venda, justificado pelas enormes limitações operacionais na resolução de problemas básicos que comprometem a realização dos leilões de pescado.

MS

No decurso do 1.º trimestre, não foi possível articular com a DRH a realização da formação dos colaboradores das lotas de Aveiro e da Figueira da Foz, tendo em conta o objetivo proposto. O 1.º semestre foi muito positivo ao nível do movimento de descargas de pescado destas lotas, o que condicionou a disponibilidade de recursos humanos para efetivar este objetivo.

Contributo para OE 8 – Ajustar os RH às necessidades organizacionais da Docapesca

1. De forma a garantir a sustentabilidade económica e financeira da Lotas de Aveiro e Figueira, é objetivo da DLPPCN implementar um modelo operacional de otimização de RH, alocados a várias áreas, consoante as necessidades/horários de maior incidência. Exemplo: Um trabalhador estar alocado 50% do horário à exploração, garantindo o funcionamento do leilão, e 50% do horário estar alocado à área administrativa ou manutenção.
   A DLPPCN tem vindo a promover a restruturação de procedimentos operacionais que envolvam RH, com o objetivo de aumentar a polivalência dos seus colaboradores. Tem sido utilizado como meio de implementação das ações de restruturação, para as funções mais técnicas, a formação interna de modo a promover uma maior independência operacional de cada trabalhador e uma menor interferência com os seus períodos de férias. Assim, nas formações internas realizadas, têm sido apresentadas as noções básicas/procedimentos afetos a cada tarefa, para que os colaboradores possam autonomamente substituir os colegas, em situações imprevistas de ausência e sob supervisão e orientação das chefias.
   Está em curso ainda a descentralização de alguns serviços básicos da área administrativa para a exploração, que até então eram feitos em coordenação/cooperação com as duas áreas em simultâneo. Prevê-se que esta descentralização possa trazer benefícios ao nível da especialização de serviços, estando previsto analisar os resultados obtidos com essas mesmas alterações, com o objetivo de assegurar a melhoria contínua dos processos.

MC

Direção de Lotas e Portos de Pesca do Centro (DLPPC)

Contributos para OE 3 – Promover a sustentabilidade ambiental

- Promover junto dos trabalhadores, práticas para a separação de resíduos

Temos vindo a promover conversas informais junto dos trabalhadores das lotas e dos postos de vendagem, a fim de os sensibilizar para a necessidade de se proceder á separação de resíduos de forma a estes poderem ser reciclados.

- Implementação de ações para a redução do consumo de energia elétrica e água potável.

Na persecução deste objetivo, já iniciado no ano de 2016, com a substituição da iluminação dos serviços administrativos de Peniche por iluminação por Led´S, concluímos a mesma no final de Março de 2017, a substituição integral de todas as lâmpadas por Led´s.
Os serviços Administrativos da Nazaré também quando sofreram obras de requalificação a iluminação passou a ser efetuada por lâmpadas de Led.
Já dotamos as WC`S das lotas de Peniche e algumas da lota Nazaré de torneiras temporizadas a fim de diminuir os consumos de água.
O que a DPPLC área lotas tinha projetado para o ano de 2018 era continuar a substituir lâmpadas normais por lâmpadas de led`s, sempre que seja necessário.

Contributos para OE 4 – Modernizar e beneficiar os estabelecimentos de 1.ª venda e áreas adjacentes indispensáveis à atividade da empresa, Bem como infraestruturas conexas.

- Reorganização das lotas.

Neste momento já estamos a efetuar a pesagem no período da manhã. Às segundas-feiras passamos a ter duas balanças a pesar a partir das 10h30.
Estamos em negociações com as OP´s e com a ACOOP a fim de alterar horários e procedimento na lota da Nazaré.
Também estamos a aguardar que sejam efetuadas obras na lota da Nazaré, nomeadamente os balneários dos trabalhadores e a sua localização, a fim de se dar início ao processo de certificação desta lota.

- Elaborar um programa de manutenção das unidades de exploração de forma a minimizar custos e aumentar a sua operacionalidade.

Dado que a manutenção deixou de ser da responsabilidade direta da DPPLC e sim da DSM, é aquela direção que elabora o programa.

- Sensibilizar as diversas comunidades piscatórias para a compreensão da necessidade de virem a ser alterados alguns procedimentos.

MS

Temos vindo a informar os pescadores da necessidade de separarem corretamente o pescado por espécies nomeadamente no caso das raias, assim como temos sensibilizado para não misturarem polvos inteiros com outros de raios cortados, pois isso não os beneficia antes pelo contrários.
Por outro lado, tem-se vindo a alertar para a necessidade de um bom acondicionamento do pescado, por forma a garantir uma melhor qualidade, assim como melhorar o valor do mesmo.

A contratação de um veterinário para a direção, o que se prevê venha a ocorrer no 3.º trimestre, vem dotar a unidade orgânica de conhecimentos técnicos ao nível do pescado e do HACCP.

Contributos para OE 5 – Assegurar as regras de higiene e segurança alimentar

- Continuação da implementação do HACCP e implementação de práticas de Política Ambiental nas lotas de Peniche e Nazaré.

Continuamos a apostar na sensibilização das pessoas para a necessidade das boas praticas como forma de uma melhoria continua.
Em Peniche com a colocação de um trabalhador a efetuar pesagem na lota e venda de cerco e artesanal com o horário completo, também não permite disponibilidade para se dedicar a este assunto, com uma lota com o movimentação que Peniche tem.
A direção tem vindo a desenvolver esforços para efetuar um melhor acompanhamento do HACCP tanto na lota de Peniche como na Lota da Nazaré.

- Desenvolvimento de ações preventivas, corretivas e fiscalização das normas implementadas.

Dentro das possibilidades DPPLC tem vindo a desenvolver ações corretivas, sempre que são detetadas não conformidades de boas práticas nas nossas instalações, e estamos num processo de melhoria continua.

Contributos para OE 7 – Garantir a adequação de competências dos RH aos novos desafios.

- Dar continuidade à formação de empilhadores aos trabalhadores que ainda não tiveram oportunidade de a receber.

Foi solicitado pela DPPLC, esta formação à DRH; a fim de dotar o maior número possível de trabalhadores com esta valência, de forma a facilitar o funcionamento das lotas.

- Formação para todos os trabalhadores de exploração em princípios de higiene e segurança alimentar e procedimentos

Encontra-se prevista esta formação para os trabalhadores da área de exploração da lota de Peniche e da Nazaré, de modo a garantir a melhoria continua nesta área.

MS

- Formação em SAP

A DPPLC solicitou esta formação para todos os trabalhadores administrativos da delegação a fim de maximizar os recursos e melhorar o desempenho de cada trabalhador individualmente como da DPPLC no seu todo.

De salientar que, no 2.º trimestre, saíram 2 trabalhadores dos serviços Administrativos de Peniche por terem atingido a idade da reforma, assim como dois trabalhadores administrativos da Nazaré manifestaram o desejo de obter reformas antecipadas.

Com estas saídas, cerca de 50% dos trabalhadores que asseguram os serviços administrativos das lotas de Nazaré e Peniche, são trabalhadores com contrato de cedência de interesse público.

Direção de Lotas e Portos de Pesca do Centro Sul (DLPPCS)

Contributos para OE 3 – Promover a sustentabilidade ambiental

1. Promover junto dos trabalhadores, práticas para a separação de resíduos

A separação de resíduos é uma prática comum nos estabelecimentos da Docapesca.

O projeto "a Pesca por um Mar sem Lixo" que teve início no centro sul no ano de 2019, continua a ter adesão e verifica-se por parte dos pescadores, uma crescente vontade em participar nesta experiência

2. Implementação de ações para a redução do consumo de energia elétrica e água potável

A colocação de lâmpadas economizadoras, sensores de movimento para zonas de passagem, são algumas das práticas que se têm implementado nas lotas e cujo resultado se verifica nos consumos elétricos.

Para além da preocupação na poupança de água através dos planos de higienização implementados em cada lota, no porto de pesca de Sesimbra. Na lota de Sesimbra já se encontra em funcionamento um sistema de higienização que no futuro, permitiráa uma diminuição dos consumos de água potável e detergentes.

Um dos jardins do porto de pesca de Sesimbra durante o próximo ano (2019) será requalificado em área de estacionamento. O pequeno jardim necessitará de menor adução de água, uma vez que as plantas escolhidas terão menor necessidade hídrica. O sistema de regra já foi desligado, para que assim que seja possível se proceda às alterações pretendidas

Contributos para OE 4 – Modernizar e beneficiar os estabelecimentos de 1.ª venda e áreas adjacentes indispensáveis à atividade da empresa, Bem como infraestruturas conexas.

Sesimbra

Construção de local para apoio aos pescadores na lavagem dos covos

Ficou concluída a construção da estação de lavagem de covos/nassas. A estação de lavagem de covos/nassas necessitou de pequenas retificações e só ficará disponível durante o 3.º trimestre de 2019. A entrada em vigor do regulamento de exploração do porto de pesca de Sesimbra, no início de abril do corrente ano, será uma ferramenta importante para l uma utilização mais regrada de toda a área do porto de pesca.

1. Implementação de novo automatismo de venda, com alteração do tapete de venda e incorporação de pesagem no circuito.

Houve algumas intervenções ao nível informático e em alguns equipamentos, mas ainda se encontra por concluir o novo automatismo do tapete de venda da lota de Sesimbra.

MS

2. Limpeza dos telhados e caleiras nele inseridas (edifício da antiga lota e armazéns de aprestos)

Após a conclusão do plano de reabilitação dos armazéns de aprestos (módulos 3 e 4), monitorizaram-se estes armazéns e os módulos 1 e 2. Foram efetuadas correções que se julgam suficientes e necessárias para impedir as pequenas infiltrações verificadas, o que só poderá ser testado em época de intempéries.

3. Zona dedicada ao estendal de artes de palangre

Foram concluídas as obras para a construção de uma área dedicada ao estendal de artes do palangre, a funcionar de 2ª a sexta-feira. O mesmo local durante o fim de semana, serve de "estacionamento" às viaturas que regularmente visitam a vila de Sesimbra.
A área dedicada ao estendal de artes do palangre, a funcionar de 2ª a sexta-feira, encontra-se em pleno funcionamento. No entanto, ainda se verificam situações de utilização de espaços indevidos, que numa primeira abordagem estão a ser tratados individualmente.

4. Pavilhão de apoio à descarga do cerco

Procedimento em curso na fase de projeto inicial.

Setúbal

1. Manutenção das infraestruturas adequadas ao serviço a realizar (pinturas e outras reparações que em cada momento se revelarem indispensáveis)

Foi elaborado um relatório sobre a lota de Setúbal, que resultou de um levantamento exaustivo, às suas condições higio-sanitárias.
A partir deste documento têm sido levadas a cabo diversas intervenções de melhoria e está em fase de conclusão um procedimento para intervenção ao nível das infraestruturas. Encontram-se adjudicadas obras de requalificação para a lota de Setúbal, a iniciar no próximo trimestre, com base nos relatórios internos e vistorias da DGAV.

Sines

1. Manutenção das infraestruturas adequadas ao serviço a realizar (pinturas e outras reparações que em cada momento se revelarem indispensáveis)

Pintura do interior da lota
Continuamos em processo de melhoria contínua, mas aguarda-se a requalificação desta lota.

2. Requalificação do 1.º bloco de armazéns de aprestos, através da impermeabilização e reparação das coberturas, tratamento das juntas de dilatação e reabilitação e pintura das fachadas.

Intervenção com tratamento das juntas de dilatação e pintura das fachadas. A obra foi efetuada durante o 2º trimestre de 2019.

MS

3. Construção do novo telheiro de apoio à trasfega (cerco) e requalificação da área envolvente.

A obra não foi iniciada no corrente ano. Ainda se encontra em projeto.

4. Reparação de fissura e impermeabilização do telhado no armazém de aprestos no edifício onde fica a delícia da doca

Procedimento em curso na fase de projeto final.

Costa da Caparica

1. Requalificação da lota

Obra iniciada.

Trafaria

1. Novo estabelecimento

O estabelecimento está em fase de projeto. as demolições interiores já se efetivaram.

MS

Direção de Lotas e Portos de Pesca do Algarve (DLPPA)

Contributos para OE 3 – Promover a sustentabilidade ambiental

1. Dando continuidade ao que tem sido pratica, mantem-se o incentivo aos trabalhadores para efetuarem a separação dos resíduos.
2. Existe uma política da troca de armadoras florescentes por LED'S. Têm-se dado continuidade à análise do existente em termos de iluminação nos portos de pesca planeando a substituição por equipamentos de maior eficiência energética. O porto de pesca de Alvor tem sido alvo de substituição das armaduras antigas por led, encontrando-se já executado cerca de 50%.
3. Estava previsto o início do projeto da pesca por um Mar sem Lixo nos portos de Sagres, Portimão, Quarteira e Olhão em junho, no entanto por atraso na distribuição de material envolvido, só vai ser possível o arranque do projeto no segundo semestre.

Contributos para OE 4 – Modernizar e beneficiar os estabelecimentos de 1.ª venda e áreas adjacentes indispensáveis à atividade da empresa, Bem como infraestruturas conexas.

1. Encontramo-nos a debater internamente a alteração do horário de funcionamento das lotas de Olhão e Lagos. Após análise dos horários praticados em Lagos, entrou em vigor a 11 de junho o novo horário de funcionamento da lota para permitir o início do leilão mais cedo e fazer um intervalo das 9:00 às 10:00. O intervalo veio permitir juntar o pescado recebido e mais compradores. A gestão dos trabalhadores ficou mais facilitada com esta alteração.
2. Colocou-se a possibilidade de no futuro serem criados telheiros frente aos armazéns de comerciantes.
3. Foi reparado o sistema de fornecimento de água salgada do porto de pesca de Olhão. O fornecimento ao cais de descarga está assegurado, tendo sido detetado uma rotura na zona do cais do cerco, estando em fase de identificação e reparação.
4. Foi proposto pela DIMA a limpeza dos furos, de forma a verificar se resolve o problema ou se é necessário a construção de furos novos, pois encontra-se em risco o fornecimento da água salgada no porto, no entanto essa responsabilidade passou para a DSM, que está a analisar os orçamentos apresentados.
5. Foram iniciadas as obras para a substituição do piso da lota de Olhão com previsão de conclusão para o final de setembro.
6. O projeto encontra-se suspenso para a antiga localização. Foi contratado o serviço de assessoria ambiental ao projeto da nova Lota de Tavira, na zona das Quatro Águas.
7. Concluída a reabilitação do interior da lota de Quarteira de forma a permitir a manutenção do Número de Controlo Veterinário. Relativamente ao sistema de abastecimento de água salgada continuam as obras de reabilitação do sistema de captação e bombagem, sendo

MS

que esta reabilitação se encontra ligado a um projeto mais alargado relacionado com o sistema de águas do porto de pesca de Quarteira.

8. Esta a ser ponderada a construção de uma lota única que servirá as comunidades de Tavira e Sta. Luzia, com vista a obtenção de Número de Controlo Veterinário.
9. Os recursos humanos atuais estão bastante envelhecidos, sendo necessário a contratações de novos recursos humanos. As contratações futuras encontram-se dependentes da autorização da Tutela.
10. É importante pensar nos equipamentos para a manutenção em área molhada e recursos humanos adequados no que se refere a exploração/manutenção portuária.

Porto da Baleeira

1. A ponte cais sul encontra-se a ser intervencionada, tendo sido já colocadas 10 escadas, ainda não se encontrando concluídas. Encontra-se em fase de analise a possibilidade da colocação de uma quadra de boias para as embarcações de maior dimensão.
2. Não houve entendimento entre as diversas empresas de marítimo-turísticas, por esse motivo este ponto encontra-se suspenso.
3. Continua a vontade, mas nada está registado em PIC ou PIE.
4. Melhoria das condições de manutenção dos equipamentos e aposta na formação especifica para a utilização dos equipamentos. No que se refere ao equipamento de combate à poluição especificamente é necessário dar formação e efetuar simulacros. A Associação de Pescadores de Sagres manifestou interesse em reabilitar o dumper antigo existente no Porto de Pesca para poder utilizar na varação das embarcações.

Porto de Lagos

1. Encontra-se em fase de projeto o estendal de redes.
2. Suspensa.
3. O cais de embarque e desembarque de passageiros foi substituído por um novo no ano de 2018. Está a ser ponderado a forma de fornecer energia e água, permitindo uma melhoria das condições de manutenção do mesmo.
4. Estamos com procedimentos mais eficazes para a limpeza das fossas. Continuam a ser feitas diligências de forma a executar a ligação do esgoto do porto às condutas da Câmara Municipal de Lagos.
5. O acesso ao porto é feito sem nenhum controlo de entrada e saídas.

Porto de Alvor

1. Foram realizadas pequenas manutenções, encontrando-se em fase de analise a colocação de portões de controlo de acesso aos cais de embarque e desembarque de passageiros.

MS

2. Encontra-se a decorrer a dragagem que se encontrava prevista, para posteriormente se preparar a reorganização do espelho de água.

Porto do Rio Arade

1. Detetou-se a necessidade de melhorar as defensas, o projeto encontra-se em fase de execução.
2. Em análise a possibilidade de concessão do serviço.
3. Estamos com procedimentos mais eficazes para a limpeza das fossas. Foi analisado o projeto da rede de esgotos do Porto do Rio Arade elaborado pelo IPTM no sentido de verificar a possibilidade de dar continuidade à execução do mesmo.
4. Mantem-se a necessidade, mas não foi inscrito no PIC de 2019.

Silves

1. A Docapesca não realizou qualquer intervenção, mas a Câmara Municipal de Silves efetuou pequenas reparações (escadas, cunhos).

Albufeira

1. A Docapesca encontra-se em negociação para apoiar o projeto da Camara Municipal de Albufeira para a colocação de uma grua em frente à porta de entrada de pescado na lota. Foi colocada uma grua nova de 250Kgs para ajudar a descarga junto à rampa enquanto a solução mencionada não for efetivada.

Quarteira

1. Encontra-se em fase de projeto de execução do estendal de redes.
2. Foi adjudicado o serviço de colocação de rebites e substituição de tábuas nos diversos cais do porto.

Olhão

1. Está em estudo pela DIMA a colocação de um sistema de videovigilância no porto.
2. Suspensa.

Santa Luzia, Tavira e Cabanas

1. Foram colocados os portões em Santa Luzia e Cabanas, no entanto não foram entregues as chaves para distribuir pelos utentes.
2. No 1.º trimestre decorreu a colocação do novo cais de embarque e desembarque para a Ilha de Tavira. No 2.º trimestre, teve início o funcionamento do cais provisório na ilha de Tavira para embarque e desembarque de passageiros, sendo que, paralelamente, estão a decorrer as obras para o novo cais na ilha.

HS

Vila Real de Santo António

1. Está a ser analisada a possibilidade de colocar um controlo de acesso por reconhecimento de matrículas.
2. O cais transfronteiriço encontra-se concluído tendo sido realizadas algumas correções ao abrigo da garantia.
3. Não iniciada.

Guadiana

1. O cais de Odeleite foi interdito, encontrando-se em concurso a aquisição de um novo com previsão de conclusão no 2.º semestre de 2019.

Contributos para OE 5 – Assegurar as regras de higiene e segurança alimentar

1. A lota de Sagres foi certificada na ISSO 22000 em 26 de novembro de 2018, encontrando-se neste momento a ser realizados todos os procedimentos para a manutenção da referida certificação.
2. Em projeto para realização ao longo deste ano.
3. Em análise, dado que a obra de Tavira se encontra suspensa há necessidade de aguardar a nova localização da nova lota.
4. Suspensa.

Lisboa, 29 de julho de 2019

Departamento de Controlo Interno e Avaliação de Riscos

O Conselho de Administração

Carlos Figueiredo
Vogal do
Conselho de Administração

Sérgio Faias
Vogal do
Conselho de Administração

Demonstrações Financeiras

DOCAPESCA

PORTOS E LOTAS, S.A.

Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados

1.º Semestre de 2019

Balanços em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018		Unidade: Euros
	30-06-2019	31-12-2018
Ativo		
Ativo não corrente		
Investimentos financeiros	145.000,00	-
Participações de capital	145.000,00	-
Ativos fixos tangíveis	18.701.810,77	18.438.425,89
Edificios e outras construções	12.250.394,70	12.031.618,29
Equipamento básico	2.729.847,96	2.907.431,34
Equipamento de transporte	175.257,07	35.483,55
Ferramentas e utensílios	29.190,26	27.654,77
Equipamento admnistrativo	343.147,25	372.921,85
Taras e vasilhames	272.779,87	259.755,82
Outros ativos tangiveis	163.003,19	160.695,92
Imobilizado em curso	2.738.190,47	2.642.864,35
Ativos intangíveis	122.131,64	167.831,35
Programas de computador	88.189,24	112.166,72
Propriedade industrial e outros direitos	33.942,40	55.664,63
Outros Ativos Financeiros	25.118,33	21.260,30
Ativos por impostos diferidos	651.065,13	717.028,08
	19.645.125,87	**19.344.545,62**
Ativo corrente		
Inventários	177.336,34	188.692,97
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	63.470,39	50.352,34
Produtos acabados	3.837,95	3.837,95
Mercadorias	110.028,00	134.502,68
Clientes	2.826.854,42	3.880.490,20
Estado e outros entes públicos	316,77	258,46
Outros créditos a receber	9.257.074,14	6.292.768,41
Diferimentos	273.538,08	279.389,60
Caixa e depósitos bancários	6.527.963,55	8.291.190,95
	19.063.083,30	**18.932.790,59**
Total do ativo	**38.708.209,17**	**38.277.336,21**
Capital próprio e passivo		
Capital próprio		
Capital realizado	8.528.400,00	8.528.400,00
Reserva legal	257.041,91	100.620,52
Resultados transitados	1.703.342,26	295.549,70
Outras Variações no Capital Próprio	5.452.823,91	5.964.129,69
Outras var. no capital próprio - subsídios atribuídos	6.477.863,54	6.993.261,55
Outras var. no capital próprio - ajustamentos em subsíc	(1.457.519,29)	(1.573.483,85)
Outras var. no capital próprio - integração IPTM	340.587,66	452.459,99
Outras var. no capital próprio - ganhos atuariais	91.892,00	91.892,00
	15.941.608,08	**14.888.699,91**
Resultado líquido do período	557.597,18	1.564.213,95
Total do capital próprio	**16.499.205,26**	**16.452.913,86**
Passivo		
Passivo não corrente		
Provisões	1.090.430,44	1.952.935,44
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	2.893.622,79	3.186.791,48
Outras dívidas a pagar	1.457.519,29	1.573.483,85
	5.441.572,52	**6.713.210,77**
Passivo corrente		
Fornecedores	550.297,29	879.433,52
Estado e outros entes públicos	2.286.652,72	2.019.890,02
Outras dívidas a pagar	13.461.522,31	11.830.366,69
Diferimentos	468.959,07	381.521,35
	16.767.431,39	**15.111.211,58**
Total do passivo	**22.209.003,91**	**21.824.422,35**
Total do capital próprio e do passivo	**38.708.209,17**	**38.277.336,21**

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Teresa Coelho
Presidente do Conselho de Administração

Carlos Fernandes
Vogal do Conselho de Administração

Sérgio Faias
Vogal do Conselho de Administração

Demonstração dos Resultados por Naturezas dos períodos findos em 30 de junho de 2019 e 2018

Unidade: Euros

Rendimentos e Gastos	30-06-2019	30-06-2018
Vendas e serviços prestados	12.041.730,55	11.703.963,39
Subsídios à exploração	203.371,22	10.950,91
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(233.184,34)	(379.517,73)
Fornecimentos e serviços externos	(3.785.472,73)	(3.839.356,90)
Gastos com o pessoal	(6.382.812,06)	(6.161.827,15)
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	(8.744,33)	-
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	55.731,41	(90.465,91)
Provisões (aumentos/reduções)	-	266,38
Outros rendimentos	1.082.703,55	1.246.500,23
Outros gastos	(660.699,08)	(602.740,99)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	**2.312.624,19**	**1.887.772,23**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(1.666.690,04)	(1.813.975,47)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	**645.934,15**	**73.796,76**
Juros e rendimentos similares obtidos	3.468,80	1.068,73
Juros e gastos similiares suportados	(4.915,59)	(5.875,45)
Resultado antes de impostos	**644.487,36**	**68.990,04**
Impostos sobre o rendimento do período	(86.890,18)	(29.285,64)
Resultado líquido do período	**557.597,18**	**39.704,40**

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Carlos Figueiredo
Vogal do
Conselho de Administração

Sérgio Faias
Vogal do
Conselho de Administração

Teresa Coelho
Presidente do
Conselho de Administração

Demonstração das Alterações no Capital Próprio no período findo em 30 de junho de 2019 — **Unidade: Euros**

Descrição	Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações de capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do Capital Próprio
Posição no início do período 2019	**8.528.400,00**	**100.620,52**	**295.549,70**	**5.964.129,69**	**1.564.213,95**	**16.452.913,86**
						-
Alterações no Período						-
Integração de responsabilidades - IPTM				(111.872,33)		(111.872,33)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						-
Resultado do exercício anterior		156.421,39	1.407.792,56		(1.564.213,95)	-
Subsídios ao Investimento				(399.433,45)		(399.433,45)
Ganhos Atuariais				-		-
	-	**156.421,39**	**1.407.792,56**	**(511.305,78)**	**(1.564.213,95)**	**(511.305,78)**
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	557.597,18	557.597,18
Resultado Integral	**-**	**-**	**-**	**-**	**(1.006.616,77)**	**46.291,40**
Posição em 31 de março de 2019	**8.528.400,00**	**257.041,91**	**1.703.342,26**	**5.452.823,91**	**557.597,18**	**16.499.205,26**

Demonstração das Alterações no Capital Próprio no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 — **Unidade: Euros**

Descrição	Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações de capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do Capital Próprio
Posição no início do período 2018	**8.528.400,00**	**100.620,52**	**(1.238.333,68)**	**6.234.233,19**	**1.533.883,38**	**15.158.803,41**
						-
Alterações no Período						-
Integração de saldos de clientes - IPTM				288.023,35		288.023,35
Integração de património - IPTM				1.289,00		1.289,00
Integração de responsabilidades - IPTM				(134.197,14)		(134.197,14)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						-
Resultado do exercício anterior			1.533.883,38		(1.533.883,38)	-
Subsídios ao Investimento				(474.845,71)		(474.845,71)
Ganhos Atuariais				49.627,00		49.627,00
	-	**-**	**1.533.883,38**	**(270.103,50)**	**(1.533.883,38)**	**(270.103,50)**
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	1.564.213,95	1.564.213,95
Resultado Integral	**-**	**-**	**-**	**-**	**30.330,57**	**1.294.110,45**
Posição no fim do período 2018	**8.528.400,00**	**100.620,52**	**295.549,70**	**5.964.129,69**	**1.564.213,95**	**16.452.913,86**

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Carlos Figueiredo
Vogal do
Conselho de Administração

Sérgio Faias
Vogal do
Conselho de Administração

Teresa Coelho
Presidente do
Conselho de Administração

Demonstração dos Fluxos de Caixa dos períodos findos em 30 de junho de 2019, 31 de dezembro de 2018 e 30 de junho de 2018

Unidade: Euros

	NOTAS	01-01-2019 a 30-06-2019	01-01-2018 a 31-12-2018	01-01-2018 a 30-06-2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto				
Recebimentos de clientes		15.499.883,08	33.443.555,36	15.112.783,59
Pagamentos a fornecedores		(6.645.748,46)	(11.064.171,48)	(5.412.466,21)
Pagamentos ao pessoal		(6.335.322,93)	(12.323.853,83)	(5.890.858,40)
Caixa gerada pelas operações		**2.518.811,69**	**10.055.530,05**	**3.809.458,98**
Pagamentos / recebimentos do imposto sobre o rendimento		(107.181,05)	(403.708,04)	(103.111,04)
Outros recebimentos / pagamentos		(1.695.002,45)	(3.381.089,19)	(1.719.789,81)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		**716.628,19**	**6.270.732,82**	**1.986.558,13**
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis		(2.538.805,23)	(3.938.818,82)	(1.525.881,90)
Ativos intangíveis		(1.755,21)	(1.968,00)	-
Recebimentos provenientes de:				
Ativos fixos tangíveis			-	-
Subsídios ao investimento	14	62.361,61	867.738,99	268.541,76
Juros e rendimentos similares		1,27	1,29	1,29
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		**(2.478.197,56)**	**(3.073.046,54)**	**(1.257.338,85)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos			-	-
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos			-	-
Juros e gastos similares		(1.658,03)	(7.778,07)	(1.177,44)
Outras operações de financiamento			-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		**(1.658,03)**	**(7.778,07)**	**(1.177,44)**
Variações de caixa e seus equivalentes		**(1.763.227,40)**	**3.189.908,21**	**728.041,84**
Efeito das taxas de câmbio		-	-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		**8.291.190,95**	**5.101.282,74**	**5.101.282,74**
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5	**6.527.963,55**	**8.291.190,95**	**5.829.324,58**

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Carlos Figueiredo
Vogal do
Conselho de Administração

Sérgio Faias
Vogal do
Conselho de Administração

Teresa Coelho
Presidente do
Conselho de Administração

Notas explicativas ao Balanço em 30 de junho de 2019 e à Demonstração dos resultados do período findo naquela data

(Montantes expressos em Euros)

1 – Nota introdutória

A Docapesca – Portos e Lotas, S.A. ("Empresa" ou "Docapesca") é uma sociedade anónima, do Setor Empresarial do Estado, com sede em Lisboa e que, nos termos do Decreto-lei nº 107/90 de 27 de março, tem a seu cargo no continente português o serviço público de prestação de serviços de Primeira Venda de Pescado, bem como o apoio ao Setor da Pesca. A empresa tem como atividade principal a exploração de portos de pesca e lotas, em regime de concessão ou outro, a prestação de serviços de primeira venda de pescado, a exploração de infraestruturas de apoio a utentes, a produção de gelo e frio, bem como quaisquer outras atividades conexas.

Nos termos conjugados com o Decreto-Lei n.º 81/2005 de 20 de abril, tem a Empresa a seu cargo assegurar a efetivação da Primeira Venda em Lota de todo o pescado fresco descarregado em portos do continente – salvaguardando o interesse público e assegurando a satisfação de necessidades impreteríveis da população – bem como o exercício de atividades complementares.

No âmbito das suas atribuições, a Docapesca é um prestador de serviços aos armadores e compradores de pescado, disponibilizando as infraestruturas necessárias (lotas) para a descarga dos barcos de pesca (receção de pescado), para a venda (efetuada por leilão ou por contrato de abastecimento) e para entrega aos compradores do pescado transacionado.

Em cumprimento da legislação vigente (Decreto-Lei n.º 81/2005 de 20 de abril e Portaria n.º 9/89 de 4 de janeiro) a empresa procede à retenção de receitas públicas e à prestação de serviços institucionais, retendo – e entregando posteriormente ao Fisco – o IVA devido pelos comerciantes na compra de pescado (mais de 9 milhões de Euros por ano) e cativando, mediante descontos efetuados ao valor das venda das embarcações de pesca local e costeira, as contribuições dos armadores/pescadores para a Segurança Social.

A Docapesca assegura, ainda, o pagamento aos armadores/compradores de pescado vendido em lota, assumindo por sua conta e risco a cobrança aos comerciantes, independentemente da sua efetiva realização, comerciantes estes a quem é permitida, de acordo com a legislação vigente (Portaria n.º 9/89 de 4 de janeiro), a aquisição de pescado a crédito.

Sendo a Primeira Venda em Lota de pescado fresco obrigatória em termos legais, sobre a mesma incidem taxas – de Primeira Venda, por serviços prestados e de registo – também fixadas legalmente (Decreto-Lei n.º 81/2005 de 20 de abril, Portaria n.º 251/2008 de 4 de abril, Portaria n.º 495/2008 de 23 de julho e Portaria n.º 197/2006 de 23 de fevereiro) e que constituem receitas da Docapesca, que funciona como entidade reguladora, não comprando nem vendendo pescado.

A Primeira Venda de Pescado em Lota pode ser efetuada pelo sistema de leilão ou através de contratos de abastecimento: o sistema de leilão processa-se por contagem decrescente, sendo o pescado oferecido a uma multiplicidade de potenciais compradores, enquanto o contrato de abastecimento estabelece para o comprador um preço fixo durante um certo tempo, garantindo ao armador o escoamento do seu produto ao preço contratado.

No âmbito da *Estratégia Nacional para o Mar 2013 – 2020* e com o objetivo de racionalizar e criar maior eficiência na gestão dos portos de pesca e marinas de recreio do território continental, a Docapesca, empresa na dependência do Ministério da Agricultura e do Mar, assumiu, a partir de 4 de fevereiro de 2014, com a publicação do Decreto-Lei n.º 16/2014 de 3 de fevereiro, a administração daquelas infraestruturas portuárias, com todos os direitos, obrigações e posições jurídicas que se encontram afetos ao exercício das funções transferidas.

Com a entrada em vigor do citado diploma, a Docapesca sucedeu ao Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, Instituto Público (IPTM, IP) nas funções de autoridade portuária nos portos de pesca e nas marinas e portos de recreio que se encontravam sob jurisdição daquele Instituto, reforçando a sua responsabilidade e enquadramento como entidade gestora dos portos de pesca.

Os Estatutos iniciais da Docapesca foram aprovados pelo Decreto-Lei n.º 107/90, de 27 de março. Com o alargamento do objeto da empresa, foram revistos em 2015. Já em 2018, e por imposição legal, dada a necessidade de reforço da fiscalização das empresas, foram atualizados, prevendo a existência de Conselho Fiscal e um Revisor Oficial de Contas que não integre este órgão. Esta última versão foi publicada em 26 de julho de 2018 (Aviso n.º 9989/2018 de 2 de julho, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 143), e estão disponíveis para consulta no sítio de Internet da Empresa (www.docapesca.pt).

O processo de integração do IPTM encontra-se em curso em 30 de junho de 2019.

Foi efetuada entre 2016 e 2018 a integração dos bens patrimoniais relativos às viaturas, embarcações e equipamentos de movimentação portuária.

Não foi efetuada durante o exercício de 2018 a integração dos restantes bens patrimoniais e dominiais do IPTM, IP na Docapesca. Nos termos do art. 15.º do Decreto-Lei n.º 16/2014 de 3 de fevereiro, seria promovida pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGFT) a avaliação dos mesmos no prazo de 18 meses a contar da data de publicação do citado diploma.

Em 13 de setembro de 2017, a Docapesca enviou à Direção-Geral do Tesouro e Finanças um ofício, em que solicitava a adoção urgente das diligências tendentes à avaliação do património que transitou do IPTM, I.P. A Secretaria de Estado das Pescas reforçou, em outubro de 2017, esse pedido junto da DGTF.

No seguimento deste pedido de avaliação e da sua sequência processual, a Docapesca disponibilizou um conjunto de documentação contendo as plantas e localização, os registos no SIIE e as cadernetas

prediais existentes, referentes ao património transferido para a Docapesca de acordo com os artigos 3º e 4º do Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro.

Em 12 de dezembro de 2018, a DGTF propôs que fosse apresentada uma proposta, no sentido de ser transmitida uma orientação formal do acionista, para que seja a própria Docapesca a providenciar os procedimentos necessários para realizar a avaliação dos ativos do ex-IPTM já identificados, para a qual a Docapesca declara que se encontram reunidas as condições para que possa desencadear o processo de contratação pública com o objetivo de obter a avaliação dos referidos ativos.

Nestes termos, e por indicação da DGTF, vai a Docapesca dar início ao processo de avaliação dos bens em apreço, estando previsto para o terceiro trimestre o lançamento de um Concurso Público para a avaliação patrimonial dos portos de pesca de Nazaré e Peniche.

Em relação aos saldos de fornecedores, a integração foi efetuada através do reconhecimento dos fornecimentos ainda em dívida e do seu pagamento pela Docapesca.

Em relação aos saldos de clientes, procedeu-se à integração, durante os exercícios de 2015 a 2018, dos saldos correspondentes aos recebimentos registados na tesouraria da Docapesca referentes à faturação em dívida no sistema informático de gestão de faturação e contas correntes do IPTM, IP (denominado SIGPOR), continuando os saldos por cobrar a aguardar a integração.

A Docapesca é detida a 100% pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

Smartocean – Associação para a promoção e desenvolvimento do Parque da Ciência e Tecnologia do Mar - Peniche.

Atendendo a que a Docapesca, na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro, passou a estar incumbida de prosseguir atribuições de administração e fiscalização dos bens e áreas do domínio público que lhe foram afetos, integrados na sua área de jurisdição, foi a empresa convidada a participar, como associada fundadora, na Associação (sem fins lucrativos) "Smartocean – Associação para a promoção e desenvolvimento do Parque da Ciência e Tecnologia do Mar", em Peniche.

Esta associação tem por objeto a gestão e a exploração do Parque da Ciência e Tecnologia do Mar, nomeadamente assegurando a respetiva instalação e a construção de infraestruturas, promovendo a divulgação e o funcionamento do mesmo, desenvolvendo estudos, atividade, projetos e inovação, empreendedorismo, incubação empresarial e desenvolvimento tecnológico.

A Docapesca subscreveu 58 das 215 unidades de participação, de 2.500,00 euros cada, num valor total de 145.000,00 Euros, correspondentes a 27% do capital da associação.

Esta participação foi precedida de Deliberação Unânime por Escrito por parte do acionista, de 28 de dezembro de 2018.

2 - Caixa e seus equivalentes

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a rubrica de caixa e seus equivalentes detalha-se conforme se segue:

	30-06-2019	31-12-2018
Numerário	76.063,79	47.534,46
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis		
- Banca comercial	650.698,08	1.018.265,52
- IGCP	5.801.201,68	7.225.390,97
	6.527.963,55	**8.291.190,95**

As disponibilidades de tesouraria depositadas na banca comercial são as necessárias para o imediato pagamento aos armadores/pescadores, de acordo com a Portaria n.º 9/89 de 4 de janeiro; o diferencial depositado na banca comercial em 30 de junho teve por base os pagamentos semanais a efetuar pelas próprias delegações.

São preparadas diariamente folhas de caixa em todas as tesourarias - delegações e serviços centrais. As folhas de caixa relativas ao último dia útil de cada mês são enviadas para os serviços centrais, e devidamente conferidas com os movimentos registados em SAP. Este procedimento foi realizado para o período em análise.

Ao valor de caixa a 30 de junho de 2019 foi deduzido o montante de 141.319,99 Euros, relativos a cheques em carteira, tendo os mesmos sido depositados no dia útil seguinte (1 de julho).

Em 30 de junho de 2019 o detalhe dos depósitos bancários imediatamente mobilizáveis por delegações/lotas e natureza é o seguinte:

Delegação	Total	Banca Comercial	IGCP
Matosinhos	158.112,34	158.112,34	-
Aveiro	50.957,57	50.957,57	-
Figueira da Foz	41.471,39	41.471,39	-
Nazaré	683,47	683,47	-
Peniche	58.521,23	58.521,23	-
Sede	6.002.830,68	201.629,00	5.801.201,68
Sesimbra	80.278,95	80.278,95	-
Sines	29.189,31	29.189,31	-
Sagres	51.741,12	51.741,12	-
Portimão	15.297,67	15.297,67	-
Vila Real de Santo Antón	25.955,04	25.955,04	-
	6.515.038,77	713.837,09	5.801.201,68
Setúbal	(520,94)	(520,94)	-
Olhão	(53.986,33)	(53.986,33)	-
Tavira	(8.631,74)	(8.631,74)	-
	(63.139,01)	(63.139,01)	-
	6.451.899,76	650.698,08	5.801.201,68

Os valores negativos apresentados são apenas contabilísticos, não correspondendo a endividamento bancário.

As reconciliações bancárias são efetuadas diariamente.

3 – Ativos fixos tangíveis

Durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	30-06-2019						
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros Ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos							
Saldo inicial	52.272.703,70	15.464.715,93	485.454,44	3.976.942,57	1.518.693,30	2.642.864,35	76.361.374,29
Aquisições	629.278,59	131.125,05	149.446,75	34.109,41	111.854,35	828.323,57	1.884.137,72
Alienações	-	(1,00)	-	-	-		(1,00)
Transferências	667.496,27	26.822,30	-	16.837,56	21.841,32	(816.061,45)	(83.064,00)
Abates	(259.776,90)	(12.070,08)	-	(175.701,62)	(3.738,13)	-	(451.286,73)
Saldo final	53.309.701,66	15.610.592,20	634.901,19	3.852.187,92	1.648.650,84	2.655.126,47	77.711.160,28
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo inicial	40.241.085,41	12.557.284,59	449.970,89	3.604.020,72	1.070.586,79	-	57.922.948,40
Depreciações do exercício	1.076.808,94	335.530,73	9.673,23	80.721,57	116.828,86	-	1.619.563,33
Alienações	-	(1,00)	-	-	-	-	(1,00)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Abates	(258.587,39)	(12.070,08)	-	(175.701,62)	(3.738,13)	-	(450.097,22)
Saldo final	41.059.306,96	12.880.744,24	459.644,12	3.509.040,67	1.183.677,52	-	59.092.413,51
Ativos líquidos	12.250.394,70	2.729.847,96	175.257,07	343.147,25	464.973,32	2.655.126,47	18.618.746,77

	31-12-2018						
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros Ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos							
Saldo inicial	51.507.486,90	17.040.093,24	463.180,92	4.117.081,15	1.472.853,90	1.546.499,25	76.147.195,36
Aquisições	1.477.115,83	318.801,95	35.857,06	193.620,45	221.680,23	1.882.188,50	4.129.264,02
Alienações	-	(704,56)	-	-	(1.050,00)	-	(1.754,56)
Transferências	423.210,64	318.706,65	-	33.545,17	2.862,44	(785.823,40)	(7.498,50)
Abates	(1.135.109,67)	(2.212.181,35)	(13.583,54)	(367.304,20)	(177.653,27)	-	(3.905.832,03)
Saldo final	52.272.703,70	15.464.715,93	485.454,44	3.976.942,57	1.518.693,30	2.642.864,35	76.361.374,29
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo inicial	39.100.219,40	14.054.128,32	463.180,92	3.801.672,37	926.251,93	-	58.345.452,94
Depreciações do exercício	2.296.034,74	694.236,58	373,51	167.592,46	297.952,66	-	3.456.189,95
Alienações	-	(704,56)	-	-	(1.050,00)	-	(1.754,56)
Transferências	(22.110,02)	19.215,25	-	1.995,19	899,58	-	(0,00)
Abates	(1.133.058,71)	(2.209.591,00)	(13.583,54)	(367.239,30)	(153.467,38)	-	(3.876.939,93)
Saldo final	40.241.085,41	12.557.284,59	449.970,89	3.604.020,72	1.070.586,79	-	57.922.948,40
Ativos líquidos	12.031.618,29	2.907.431,34	35.483,55	372.921,85	448.106,51	2.642.864,35	18.438.425,89

No decurso do período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, as principais aquisições de ativos fixos tangíveis foram registadas na rubrica de "Ativos fixos tangíveis em curso", sendo as mais relevantes a remodelação da estação de tratamento de água salgada em Sesimbra (125.738,00 Euros), o estendal para redes e estacionamento em Sesimbra (97.017,25 Euros), a dragagem da doca de Faro (286.540,17 Euros), a dragagem do porto de Santa Luzia (95.328,56 Euros), a dragagem do porto de Tavira e novo cais e rampa varadouro (138.139,68 Euros) e a plataforma flutuante em Vila Praia de Âncora (128.270,00 Euros).

Ativos fixos tangíveis implantados em terrenos de domínio público

A maioria das instalações utilizadas pela Docapesca está implantada em terrenos que pertencem ao Domínio Público, tendo a Docapesca celebrado contratos de concessão com as Administrações dos Portos do Douro e Leixões (Matosinhos), Porto de Sines, Portos de Setúbal e Sesimbra e Portos de Viana do Castelo, Aveiro e Figueira da Foz.

Com as novas atribuições, ficaram afetos à Docapesca os bens do domínio público e do domínio privado do Estado, bem como todos os bens imóveis edificados pelo IPTM, na área de jurisdição identificada no Decreto-Lei n.º 16/2014 (artigo 6.º).

As instalações do entreposto frigorífico de Peniche estão implantadas em terrenos pertencentes à Câmara Municipal de Peniche, detendo a Docapesca um direito de superfície.

Vidas úteis e depreciação

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método da linha reta durante as seguintes vidas úteis estimadas:

Bem	Anos
Edifícios e outras construções	3 a 25
Equipamento básico	1 a 15
Equipamento de transporte	1 a 8
Equipamento administrativo	1 a 12
Outros ativos fixos	1 a 12

As depreciações de ativos fixos tangíveis reconhecidas no período, no montante de 1.619.563,33 Euros, foram registadas na rubrica de "Gastos de depreciação e amortização".

4 - Ativos intangíveis

Durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

30-06-2019

	Programas computador	Propriedade industrial	Intangíveis em urso	Total
Ativos				
Saldo inicial	281.071,81	1.321.551,33	-	1.602.623,14
Aquisições	1.427,00	-	-	1.427,00
Transferências e abates	-	(107.289,63)	83.064,00	(24.225,63)
Saldo final	282.498,81	1.214.261,70	83.064,00	1.579.824,51
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade				
Saldo inicial	168.905,09	1.265.886,70	-	1.434.791,79
Depreciações do exercício	25.404,48	21.722,23	-	47.126,71
Transferências e abates	-	(107.289,63)	-	(107.289,63)
Saldo final	194.309,57	1.180.319,30	-	1.374.628,87
Ativos líquidos	88.189,24	33.942,40	83.064,00	205.195,64

31-12-2018

	Programas computador	Propriedade industrial	Intangíveis em urso	Total
Ativos				
Saldo inicial	196.936,47	1.321.551,33	-	196.936,47
Aquisições	93.913,74	-	-	93.913,74
Transferências	7.498,50	-	-	7.498,50
Abates	(17.276,90)	-	-	(17.276,90)
Saldo final	281.071,81	1.321.551,33	-	281.071,81
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade				
Saldo inicial	161.273,58	1.222.442,24	-	161.273,58
Depreciações do exercício	24.908,41	43.444,46	-	24.908,41
Transferências	-	-	-	-
Abates	(17.276,90)	-	-	(17.276,90)
Saldo final	168.905,09	1.265.886,70	-	168.905,09
Ativos líquidos	112.166,72	55.664,63	-	112.166,72

As amortizações de ativos intangíveis reconhecidas no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, no montante de 47.126,71 Euros, foram registadas na rubrica de "Gastos de depreciação e amortização".

Vidas úteis

A todos os ativos intangíveis foi atribuída vida útil finita, tendo as amortizações sido calculadas de acordo com vidas úteis estimadas entre os 3 e os 6 anos.

Não foi efetuada até ao final do primeiro semestre de 2019 a integração de bens patrimoniais e dominiais do IPTM, IP na Docapesca.

5 – Impostos sobre o Rendimento

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em

curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2015 a 2018 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

Em 30 de junho de 2019, a Empresa não efetuou qualquer estimativa de imposto sobre o rendimento do exercício relativo ao período findo naquela data, tendo no entanto procedido aos ajustamentos dos impostos diferidos ativos e à estimativa mensal da Tributação Autónoma.

Impostos diferidos

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos no período findo em 30 de junho de 2019 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi como segue:

	30-06-2019		31-12-2018	
	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo inicial	717.028,08	-	957.302,24	-
Subsídios reconhecidos no ano				
Provisão para Processos Judiciais				
Anulação			(164.879,92)	
Plano de Benefícios de Reforma				
Constituição	-	-	-	-
Utilização	(65.962,95)	-	(75.394,24)	-
	(65.962,95)	-	(240.274,16)	-
Saldo final	651.065,13	-	717.028,08	-

6 - Inventários

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

	30-06-2019			31-12-2018		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Mercadorias	123.724,01	(13.696,01)	110.028,00	142.174,16	(7.671,48)	134.502,68
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	74.094,63	(10.624,24)	63.470,39	60.976,58	(10.624,24)	50.352,34
Produtos acabados e intermédios	3.837,95	-	3.837,95	3.837,95	-	3.837,95
	201.656,59	(24.320,25)	177.336,34	206.988,69	(18.295,72)	188.692,97

7 – Ativos Financeiros

Clientes e outros créditos a receber

Em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 as contas a receber da Empresa apresentavam a seguinte composição:

	30-06-2019			31-12-2018		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida
Correntes:						
Outros devedores						
Compradores - guias	8.036.032,91	(98.335,98)	7.937.696,93	5.196.382,84	(98.335,98)	5.098.046,86
Devedores duvidosos	2.821.386,21	(2.821.386,21)	-	2.730.764,59	(2.730.764,59)	-
Devedores diversos	1.055.498,09	(10.000,00)	1.045.498,09	868.324,51	(10.000,00)	858.324,51
Outros	67.991,53	(6.087,40)	61.904,13	77.529,25	(6.087,40)	71.441,85
	11.980.908,74	(2.935.809,59)	9.045.099,15	8.873.001,19	(2.845.187,97)	6.027.813,22
Acréscimos de proveitos						
Outros	211.974,99	-	211.974,99	264.955,19	-	264.955,19
	211.974,99	-	211.974,99	264.955,19	-	264.955,19
	12.192.883,73	(2.935.809,59)	9.257.074,14	9.137.956,38	(2.845.187,97)	6.292.768,41

8 - Diferimentos

Em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 as rubricas do ativo e passivo correntes "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:

	30-06-2019	31-12-2018
Diferimentos ativos		
Seguros diversos	7.788,32	70.419,09
Manutenção de licenças (Softw are)	58.177,78	17.715,56
Renda do Edifício da Sede	21.422,24	21.422,24
Dragagem de Aveiro	162.853,14	162.853,14
Diversos custos diferidos	23.296,60	6.979,57
	273.538,08	279.389,60
Diferimentos passivos		
Débito juros a receber	8.750,26	8.750,26
Ced.Explor. Entreposto Frigorífico Peniche	3.750,00	11.250,00
Ocupações Dominiais	116.634,41	-
Indemnizações a reconhecer	339.824,40	361.521,09
	468.959,07	381.521,35

9 – Instrumentos de Capital Próprio

Em 30 de junho de 2019 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 1.705.680 ações no valor nominal de 5,00 Euros cada. O capital social é detido a 100% pela Direção Geral do Tesouro e Finanças.

Reserva legal: De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

10 – Subsídios relativos a projetos cofinanciados

Durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 a Empresa não recebeu quaisquer subsídios ao investimento.

O ganho do período relativamente ao reconhecimento de subsídios, no montante de 577.759,62 Euros, foi registado na demonstração dos resultados na rubrica "Outros rendimentos".

A Docapesca reconheceu, em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, ajustamentos aos subsídios recebidos, no montante de 1.457.519,29 Euros e 1.573.483,85 Euros, respetivamente, os quais se encontram registados na rubrica "Passivos por impostos diferidos".

11 – Provisões, Passivos contingentes e Ativos contingentes

O movimento ocorrido nas contas de provisões no período findo em 30 de junho de 2019 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi como segue:

	30-06-2019					
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências / Regularizações	Saldo final
Para compromissos assumidos - IPTM	63.282,25	-	-	-	-	63.282,25
Para processo judicial - APVC	96.725,56	-	-	-	-	96.725,56
Para processo judicial - Mota Engil	862.505,00	-	-	(862.505,00)	-	-
Para processo judicial - San Jose	290.000,00	-	-	-	-	290.000,00
Para processo judicial - Grupo Lena	238.042,83	-	-	-	-	238.042,83
Para riscos e encargos - Travel Lift - Portimão	54.004,80	-	-	-	-	54.004,80
Para imposto municipal sobre imóveis	348.375,00	-	-	-	-	348.375,00
	1.952.935,44	-	-	(862.505,00)	-	1.090.430,44

	31-12-2018					
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências / Regularizações	Saldo final
Para compromissos assumidos - IPTM	63.282,25	-	-	-	-	63.282,25
Para processo judicial - APVC	96.725,56	-	-	-	-	96.725,56
Para processo judicial - Mota Engil	729.457,00	133.048,00	-	-	-	862.505,00
Para processo judicial - Mech	3.342,61	-	(266,38)	(3.076,23)	-	-
Para processo judicial - San Jose	290.000,00	-	-	-	-	290.000,00
Para processo judicial - Grupo Lena	238.042,83	-	-	-	-	238.042,83
Para riscos e encargos - Travel Lift - Portimão	54.004,80	-	-	-	-	54.004,80
Para imposto municipal sobre imóveis	348.375,00	-	-	-	-	348.375,00
	1.823.230,05	133.048,00	(266,38)	(3.076,23)	-	1.952.935,44

12 – Benefícios dos empregados

A Empresa assumiu o compromisso de conceder aos empregados prestações pecuniárias, para os seguintes benefícios:

- Pensões de reforma por velhice ou invalidez;
- Prémio de reforma por velhice ou invalidez;
- Subsídio por morte;
- Pensão de sobrevivência.

O plano de benefícios definidos da Docapesca está dividido em duas partes, havendo um fundo constituído, gerido por uma entidade gestora de fundos de pensões, para a cobertura parcial dos complementos de pensão de reforma por velhice ou invalidez; as restantes responsabilidades estão a cargo da própria Empresa.

Breve descrição do plano de benefícios definidos:

PENSÕES DE REFORMA

Elegibilidade: todos os Trabalhadores da Empresa admitidos até 30 de junho de 2001.

Idade normal de reforma: 65 anos para os homens e para as mulheres.

Número de pagamentos: 13 vezes ao ano.

A Docapesca revogou a disposição que atribuía o 14.º mês aos beneficiários dos complementos de pensão, com efeito a partir do ano de 2012.

Salário pensionável líquido: último salário mensal recebido no ativo, excluindo as remunerações de caráter variável, líquido de TSU e IRS.

Pensão de reforma por velhice ou invalidez

PD = B x SPL – PSS - PF
Max PD = SPB – PSS

Em que:
PD = Pensão de reforma mensal DOCAPESCA
SPL = Salário pensionável líquido
PSS = Pensão mensal a cargo da Segurança Social
PF = Pensão a cargo do Fundo de Pensões
SPB = Salário pensionável bruto
B = % Benefício em função dos anos de serviço (tabela I)

Antiguidade	% de Benefício
>=30	100%
>=25 e <30	90%
>=20 e <25	80%
<20	75%

Atualização das pensões: O valor da pensão é recalculado anualmente (para pensões cujo valor na data da reforma é superior a zero), tendo por base a pensão da Segurança Social e o salário líquido que o reformado receberia se estivesse no ativo. Com esta atualização não poderá ser excedido o salário pensionável bruto auferido à data da reforma.

- **Fundo de Pensões da Docapesca**

Uma parcela das responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência deverá ser suportada pelo Fundo de Pensões da Docapesca, tendo por base o atual clausulado do Contrato Constitutivo.

Salário pensionável líquido: último salário mensal recebido no ativo, excluindo as remunerações de caráter variável, líquido de TSU e IRS.

Pensão de reforma por velhice ou invalidez:

PF = B x SPL – PSS
Max PF = 100 €

Em que: PF = Pensão de reforma mensal a cargo do Fundo

SPL = Salário pensionável líquido

PSS = Calculada de acordo com o regime em vigor em 1993

Sobre os quais incidiram as contribuições para a Segurança Social.

N = anos de serviço com descontos para a Segurança Social

B = % benefício em função dos anos de serviço (Tabela I)

Número de pagamentos: 13 vezes ao ano.

Prémio de Reforma

Os trabalhadores que passem à situação de reforma por velhice ou invalidez ao serviço da Docapesca têm direito a um prémio calculado da seguinte forma:

Número de anos de Serviço (N)	Prémio de Velhice	Prémio de Invalidez
N < 20	1 X salário mensal	------
20 ≤ N < 25	2 X salário mensal	1 X salário mensal
25 ≤ N < 30	3 X salário mensal	1 X salário mensal
30 ≤ N < 35	6 X salário mensal	2 X salário mensal
35 ≤ N	6 X salário mensal	3 X salário mensal

Idade normal de reforma: 65 anos para as mulheres e para os homens.

Salário mensal: último salário líquido mensal recebido no ativo, excluindo remunerações de caráter variável (RIM).

Nota: A Docapesca suspendeu os pagamentos referentes aos prémios de reforma atribuíveis de 2011 a 2016.

Subsídio por Morte

Em caso de morte do Trabalhador no ativo, ou na situação de reformado, a Docapesca pagará aos seus herdeiros o seguinte valor:

Morte no ativo	3 X salário mensal
Morte na reforma	3 X complemento mensal

O subsídio será atribuído pela seguinte ordem de prioridades a:

- Cônjuge sobrevivo, não separado judicialmente de pessoas e bens;
- Pessoa que viva com o trabalhador em situação análoga à de cônjuge, nos termos do art. 2020.º do Código Civil;
- Filhos ou equiparados com direito ao Abono de Família.

Salário mensal: último salário ilíquido mensal recebido no ativo, excluindo remunerações de caráter variável (RIM).

Complemento mensal: último complemento de reforma mensal recebido pelo falecido, pago pela Empresa ou pelo Fundo.

Nota: A Docapesca suspendeu os pagamentos referentes aos subsídios por morte atribuíveis de 2011 a 2016.

Pensões de Sobrevivência

Em caso de morte do Trabalhador no ativo, a Docapesca pagará uma pensão de sobrevivência aos filhos do Trabalhador, nas seguintes condições:

- Filhos menores
- Filhos até atingirem os 20 anos de idade

O valor da pensão de sobrevivência será equivalente ao salário mínimo da Empresa e será distribuído da seguinte forma:

Número de Filhos	Benefício
1 filho	35% x salário mínimo da Empresa
2 filhos	55% x salário mínimo da Empresa
3 ou mais filhos	75% x salário mínimo da Empresa

Número de pagamentos: 12 vezes ao ano.

Atualização das pensões: de acordo com a revisão anual da tabela salarial.

Nota: A Docapesca suspendeu os pagamentos referentes às pensões de sobrevivência atribuíveis de 2011 a 2016.

Plano de Pensões

A avaliação atuarial mais recente dos ativos do plano e do valor presente da obrigação de benefícios definidos foi efetuada em dezembro de 2018 pelo BPI Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA. O valor presente da obrigação de benefícios definidos e o custo dos serviços correntes e dos serviços passados relacionados foram mensurados através do método da unidade de crédito projetada.

Os principais pressupostos seguidos na avaliação atuarial atrás referida foram os seguintes, no pressuposto "Cenário de financiamento":

	2018	2017
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa de desconto	3,10%	2,80%
Taxa de crescimento dos salários	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	1,00%	1,00%

Os principais pressupostos seguidos na avaliação atuarial atrás referida foram os seguintes, no pressuposto "Cenário contabilístico":

	2018	2017
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa de desconto	1,18%	0,81%
Taxa de crescimento dos salários	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	1,00%	1,00%

Durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 o movimento ocorrido nas responsabilidades por benefícios pós-emprego e provisões para fazer face a estas responsabilidades, são como segue:

	30-06-2019			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções / Utilizações	Saldo final
Responsabilidade / Provisões para benefícios pós-emprego	3.186.791,48	17.500,00	310.668,69	2.893.622,79
	3.186.791,48	17.500,00	310.668,69	2.893.622,79

13 - Passivos Financeiros

Em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 a rubrica de Fornecedores apresentava a seguinte composição:

	30-06-2019	31-12-2018
Fornecedores, conta corrente:	545.518,21	874.654,44
Fornecedores - retenções	4.779,08	4.779,08
Fornecedores, fat. em receção e conferência	-	-
	550.297,29	879.433,52

À data de fecho do primeiro semestre de 2019, não existiam dívidas em pagamento com prazo superior a 90 dias.

14 – Outras contas a pagar

Em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 as rubricas "Outras contas a pagar", corrente e não corrente, apresentavam a seguinte composição:

	30-06-2019	31-12-2018
Outras dívidas a pagar (não corrente)	**1.457.519,29**	**1.573.483,85**
Ajustamentos a subsídios	1.457.519,29	1.573.483,85
Outras dívidas a pagar (corrente)	**13.461.522,31**	**11.830.368,67**
Cativações a armadores	2.666.433,82	2.109.649,95
Cauções	2.197.222,29	2.339.281,53
Armadores - marés	2.511.858,36	1.187.441,05
Reserva pessoal dos armadores	1.429.541,66	853.981,15
Armadores - Segurança Social	7.025,16	6.974,13
Fornecedores de investimento	478.304,57	994.485,38
IFAP - Subsídios processados em excesso	95.024,50	95.024,50
APA - acordo a recuperar com dragagens	1.012.887,47	1.012.887,47
Subsídio de Natal . Duodécimos	372.603,06	-
Outros	551.398,57	437.308,46
Acréscimos de gastos		
- Férias a liquidar	1.414.352,44	1.438.790,36
- Agua	111.488,36	39.266,53
- Electricidade	187.402,30	129.840,51
- Assinalamento Marítimo	69.834,03	-
- Descontos em Serviços da Lota	10.667,04	10.769,17
- Imposto Municipal sobre Imóveis	10.669,93	16.786,50
- Transporte de Pescado	34.530,33	3.796,33
- Frente Ribeirnha de Lagos	-	883.190,26
- Outros	300.278,42	270.895,39
	14.919.041,60	**13.403.852,52**

Em 30 de junho de 2019 a rubrica "Outras contas a pagar" correntes é composta, entre outros, pelas cativações efetuadas aos armadores e os montantes a pagar aos armadores (marés), nos montantes de 2.666.433,82 Euros e 2.511.858,36 Euros, respetivamente. Na rubrica "Cativações a armadores" a Empresa reconhece os montantes retidos aos armadores relativos aos seus encargos com a Segurança Social, descontados em Lota, os quais são posteriormente entregues por conta destes à Segurança Social.

A rubrica "Armadores – marés" diz respeito ao valor do pescado transacionado em lota e ainda não liquidado pela Docapesca aos armadores. O aumento desta rubrica deve-se essencialmente ao maior valor do pescado transacionado no mês de junho de 2019 comparativamente ao apurado no mês de dezembro de 2018. O prazo de pagamento das Notas de Liquidação/marés é inferior a 7 dias.

15 – Estado e Outros Entes Públicos

Em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 a rubrica de "Estado e outros entes públicos" apresentava a seguinte composição:

	30-06-2019		31-12-2018	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas				
IRC - Imposto Estimado	-	-	-	344.456,90
Imposto Estimado Derrama Municipal	-	-	-	24.604,06
Imposto Estimado Derrama Estadual	-	-	-	4.208,13
Pagamento adicional por conta	-	-	-	(150,00)
Pagamento por conta	-	-	-	(300.447,00)
Tributação autónoma a pagar	-	10.497,21	-	24.078,94
Retenção na Fonte - rendimentos capitais e prediais	79,85	-	79,85	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	87,25	124.011,80	87,25	118.170,86
Imposto sobre o valor acrescentado	-	1.921.016,55	-	1.571.828,16
Contribuições para a Segurança Social	-	231.127,16	-	233.139,97
Outros Impostos	149,67	-	91,36	-
	316,77	2.286.652,72	258,46	2.019.890,02

A variação na rubrica de Estado e outros entes públicos passivos deve-se, essencialmente, ao montante de IVA e Segurança Social a pagar decorrente da sazonalidade das vendas.

16 - Rédito

O rédito reconhecido pela Empresa nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018 é detalhado conforme se segue:

Vendas e Serviços Prestados

	30-06-2019	30-06-2018
Vendas:		
- Venda de gelo	478.301,79	402.575,55
- Venda de combustíveis	164.036,53	292.483,85
- Venda de aprestos de pesca	8.322,08	5.809,75
- Venda de lubrificantes	3.910,40	6.899,22
- Venda de baterias	918,44	2.182,15
- Venda de comandos	11.350,00	13.925,00
- Venda de embalagens	10,89	2,85
Outros serviços prestados:		
- Serviço de 1ª. Venda de pescado	8.092.314,13	7.369.690,73
- Serviços dos portos de pesca	2.243.642,91	2.336.865,91
- Gestão dominial	577.536,99	871.394,80
- Serviços de Náutica de Recreio e Marítimo-Turísticas	345.184,47	409.017,65
- Outros	116.201,92	(6.884,07)
	12.041.730,55	11.703.963,39

No decurso do período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, as vendas e prestações de serviços aumentaram em relação ao período homólogo no montante de 337.767,16 Euros, devido essencialmente ao maior valor obtido na primeira venda de pescado.

17 – Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018 é detalhada conforme se segue:

	30-06-2019	30-06-2018
Eletricidade	547.266,68	481.219,86
Limpeza, higiene e conforto	701.542,07	676.568,57
Conservação e reparação	423.372,62	430.434,00
Vigilância e segurança	619.713,15	563.782,73
Serviços de mão-de-obra externa	46.514,29	260.385,37
Água	242.284,80	185.860,78
Trabalhos especializados	221.644,42	285.560,72
Comunicação	73.404,01	72.129,82
Honorários	12.996,56	12.651,12
Rendas e alugueres	110.875,80	98.400,23
Serviços postos vendagem	394.227,68	316.157,52
Seguros	80.435,08	91.055,21
Participação em Feiras	92.817,68	132.156,81
Outros	218.377,89	232.994,16
	3.785.472,73	3.839.356,90

18 – Gastos com o Pessoal

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018 é detalhada conforme se segue:

	30-06-2019	30-06-2019
Remunerações dos órgãos sociais	139.600,75	103.630,24
Remunerações do pessoal	4.900.900,26	4.781.349,46
Custo dos serviços correntes	17.500,00	-
Cessação de contratos de trabalho	29.800,00	-
Encargos sobre remunerações	1.127.156,38	1.096.133,23
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	44.615,48	51.749,57
Gastos de ação social	85.605,27	82.002,24
Gastos com formação	13.079,70	12.411,99
Outros	24.554,22	34.550,42
	6.382.812,06	6.161.827,15

19 - Depreciações

A decomposição da rubrica de "Gastos / reversões de depreciação e de amortização" nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018 é conforme se segue:

	30-06-2019	30-06-2018
Ativos fixos tangíveis	1.619.563,33	1.783.197,93
Ativos Intangíveis	47.126,71	30.777,54
	1.666.690,04	1.813.975,47

20 – Outros Rendimentos

A decomposição da rubrica de "Outros rendimentos" nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018 é conforme se segue:

	30-06-2019	30-06-2018
Rendimentos suplementares:		
Rendimentos suplementares		
- Energia elétrica	180.349,05	194.815,76
- Água	70.303,58	70.778,79
- Cedência de exploração	58.538,69	58.168,07
- Outros	177.230,22	158.526,87
Subsídios do Governo ao investimento	577.759,62	746.283,67
Outros	18.522,39	17.927,07
	1.082.703,55	1.246.500,23

O montante registado na rubrica de outros rendimentos suplementares está essencialmente relacionado com rendimentos provenientes da revenda de energia elétrica e água potável (líquidos dos respetivos gastos suportados pela empresa), bem como de água salgada, cedências de exploração dos entrepostos frigoríficos de Matosinhos e de Peniche e serviços de abastecimento de combustíveis.

21 – Outros gastos

A decomposição da rubrica de "Outros gastos" nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018 é conforme se segue:

	30-06-2019	30-06-2018
Impostos e taxas	28.682,28	26.826,37
Cedência de exploração	12.752,58	12.254,74
Concessões de portos de pesca	533.892,96	501.619,81
Perdas em ativos fixos tangíveis	1.840,76	-6.065,90
Perdas em inventários	4.580,20	1.546,33
Outros	78.950,30	66.559,64
	660.699,08	602.740,99

22 – Juros e rendimentos e gastos similares

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018 são detalhados conforme se segue:

	30-06-2019		30-06-2018	
Juros suportados				
Financiamentos bancários	-		-	
Outros financiamentos	-	-	-	-
Outros gastos de financiamento				
Comissões e encargos similares	1.826,90		3.201,96	
Garantias bancárias	3.088,69	4.915,59	2.673,49	5.875,45
		4.915,59		5.875,45

Os rendimentos e ganhos de financiamento reconhecidos no decurso dos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018 são detalhados conforme se segue:

	30-06-2019		30-06-2018	
Juros obtidos				
Depósitos - IGCP	-		-	
Juros de Mora	3.467,53		1.067,44	
Outros rendimentos similares	1,27	3.468,80	1,29	1.068,73
		3.468,80		1.068,73

23 – Responsabilidades contingentes

Tipo (1)	Descrição (2)	R&C 2018 (3)	Quantificável (4)	Probabilidade de ocorrência (5)	Montante (6)	Horizonte temporal (7)	Observações (8)
Garantias	Garantias bancárias prestadas a terceiros	Sim	Sim	Havendo cumprimento, a probabilidade é nula	225.000,00	n. a.	Fornecimentos
		Sim	Sim	Havendo cumprimento, a probabilidade é nula	200.000,00	n. a.	Cumprimento de Contratos
		Sim	Sim	Havendo cumprimento, a probabilidade é nula	109.152,26	n. a.	Autoridade Tributária
		Sim	Sim	Havendo cumprimento, a probabilidade é nula	35.407,21	n. a.	Cauções diversas

Lisboa, 29 de julho de 2019

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Carlos Figueiredo
Vogal do
Conselho de Administração

Sérgio Faias
Vogal do
Conselho de Administração

Execução Orçamental

Análise das Demonstrações Financeiras a 30 de junho 2019 com o Orçamento

1. Demonstração de Resultados

Na Demonstração de Resultados por Naturezas a 30 de junho de 2019 destacamos que o resultado do período antes de impostos (R.A.I.) foi de 644 mil euros, representando uma melhoria significativa (+920 mil euros) face ao resultado orçamentado.

Rendimentos:

No período de janeiro a junho, a execução das rubricas de rendimentos foi de cerca de 13.6 milhões de euros, superior ao orçamento em 244 mil euros. No quadro 1 evidenciam-se os grupos dos rendimentos, comparando a execução do ano com o orçamento.

Quadro 1 – Rendimentos

valores em €

Rendimentos	jan a jun		
	orçamento 2019	execução 2019	Δ face ao orçamento
Vendas	730.627	666.850	-63.777
Serviços Prestados	11.310.690	11.374.880	64.190
1ª Venda	7.256.684	8.092.314	835.630
Serviços de Portos de Pesca	2.506.427	2.243.643	-262.784
Outras Atividades	1.547.579	1.038.923	-508.656
Subsídios à Exploração	174.913	203.371	28.459
Imparidade de inventários (reversões)	0	4.952	4.952
Imparidade de dívidas a receber (reversões	0	250.498	250.498
Outros rendimentos	1.124.234	1.082.704	-41.531
Juros e rendimentos similares obtidos	2.000	3.469	1.469
Total Rendimentos	**13.342.465**	**13.586.724**	**244.259**

1. Vendas – apresentaram face ao orçamento uma quebra de 64 mil euros, mais concretamente nas vendas de mercadorias e de combustíveis, que registaram um decréscimo de 11 mil e 85 mil euros, respetivamente. As vendas de gelo absorveram uma parte parcial da quebra, com um aumento de 32 mil euros.

2. Prestações de Serviços – as prestações de serviços apresentam, no seu total, um acréscimo de 64 mil euros em relação ao orçamento, discriminados da seguinte forma:

   Primeira venda de pescado – o montante dos rendimentos decorrente das taxas de 1.ª venda de pescado registou, neste período, um aumento de 836 mil euros face ao orçamentado.

As quantidades de pescado transacionado em lota, durante o 1.º semestre do ano corrente, foram de 41,2 mil toneladas, correspondendo a um valor de pescado de 99 milhões de euros.

O quadro 2 ilustra as vendas de pescado por direção de lotas e portos de pesca, fazendo a comparação entre a execução e o orçamentado. Relativamente às quantidades de pescado transacionado, é possível verificar que os valores executados se assemelham aos orçamentados (diminuição de 362 toneladas), sendo possível observar tanto acréscimos (DLPP Norte e Matosinhos, Centro e Algarve) como decréscimos (DLPP Centro-Norte e Centro-Sul). No que diz respeito ao valor do pescado, regista-se um acréscimo de 11,8 milhões de euros com desvios positivos em todas as direções, resultante do aumento de 14,6% registado no preço médio face ao valor verificado em orçamento.

Quadro 2 – Pescado vendido em valor e quantidades

Direções de Lotas e Portos de Pesca	jan a jun						Desvios		
	orçamento 2019			execução 2019					
	kg	€	€/kg	kg	€	€/kg	kg	€	€/kg
Norte e Matosinhos	8.241.069	14.808.216	1,80	7.006.755	15.996.761	2,28	-1.234.314	1.188.545	0,49
Centro Norte	7.816.592	13.570.836	1,74	9.221.322	16.082.048	1,74	1.404.730	2.511.213	0,01
Centro	7.007.961	18.690.066	2,67	8.039.029	20.729.529	2,58	1.031.068	2.039.463	-0,09
Centro Sul	13.162.554	20.824.141	1,58	10.708.713	21.991.130	2,05	-2.453.841	1.166.989	0,47
Algarve	5.359.173	19.448.157	3,63	6.249.398	24.339.114	3,89	890.225	4.890.957	0,27
TOTAL	**41.587.349**	**87.341.417**	**2,10**	**41.225.216**	**99.138.583**	**2,40**	**-362.132**	**11.797.166**	**0,30**

Serviços de Portos de Pesca – esta rubrica registou uma quebra de 263 mil euros face ao orçamento, sendo mais significativa nas contas de "Licenças de ocupação" (- 190 mil euros) e de "Ocupação de Espaços terraplenos" (-38 mil euros).

Salienta-se que, tal como anteriormente relatado, a maior parte das especializações de rendimentos continua a não ser efetuada. Uma vez que no orçamento se considerou uma distribuição uniforme dos rendimentos, a variação identificada pode ser explicada pela ausência da especialização.

Outras Atividades – Relativamente às restantes atividades, verificou-se um decréscimo de 508 mil euros face ao orçamento, mais concretamente:

Gestão Dominial – estes serviços registaram um decréscimo de 327 mil euros face ao orçamento, principalmente pelo decréscimo em "Ocupação Terrenos" (-79 mil euros), "Hotelaria/Similares" (-56 mil euros), "Edifícios e Terrenos" (-45 mil euros), "Esplanadas" (-34 mil euros), "Instalações para Viveiros" (-33 mil euros), "Estaleiros Particulares" (-33 mil euros) e "Taxas sobre Estaleiros" (-12 mil euros).

Este decréscimo justifica-se, em parte, pela não realização da totalidade das especializações.

MS BB

Serviços prestados à Náutica de Recreio e à atividade Marítimo-Turística – registaram um decréscimo de 197 mil euros face aos montantes orçamentados, uma vez que neste tipo de serviços se observa alguma sazonalidade que não está refletida no orçamento, sendo os principais desvios nas rubricas de "Taxas sobre Bilhetes" (-111 mil euros), "TUP/Estacionamento" (-40 mil euros) e "Ocupação de Compartimentos/Terrenos" (-30 mil euros).

Uma vez mais, a quebra poderá justificar-se parcialmente pela não realização da totalidade das especializações.

3. Subsídios à Exploração – acréscimo de 28 mil euros face ao orçamento. O valor recebido este ano refere-se à comparticipação da Campanha do Carapau, projeto totalmente realizado e concluído em 2018.

4. Imparidade de dívidas a receber (reversões) – acréscimo de 251 mil euros face ao orçamento no qual não se consideram reversões. Até ao final de junho, foram registados recebimentos de 232 mil euros referentes a dívidas de clientes e 18 mil euros referentes a dívidas de terceiros, para as quais havia sido constituída imparidade, refletindo o esforço de cobrança continuado.

5. Outros rendimentos – registaram um decréscimo de 41 mil euros face ao orçamento, pelo efeito conjugado das parcelas de "Subsídios ao investimento" (-59 mil euros) e dos "Rendimentos Suplementares de Venda de Energia" (-59 mil euros), sendo estas quebras absorvidas parcialmente pelas rúbricas "Ganho Sinistros" (+59 mil euros) e "Rendimento Suplementar – Serviço de Observação NAFO" (+13 mil euros). As restantes rúbricas compensam-se entre si.

Gastos:

No período de janeiro a junho, a execução das rubricas de gastos apresenta uma diminuição no valor de 675 mil euros face ao orçamento, como se pode verificar no quadro 3. A variação é mais significativa em fornecimentos e serviços externos, refletindo o esforço de contenção de gastos.

Quadro 3 - Gastos

valores em €

Gastos	jan a jun		
	orçamento 2019	execução 2019	Δ face ao orçamento
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumid	336.908	233.184	-103.723
Fornecimentos e serviços externos	4.381.055	3.785.473	-595.583
Gastos com o pessoal	6.340.853	6.382.812	41.959
Imparidade de inventários (perdas)	0	13.696	13.696
Imparidade de dívidas a receber (perdas)	167.500	194.767	27.267
Outros gastos	622.872	660.699	37.827
Gastos / Reversões de depreciação	1.763.800	1.666.690	-97.110
Juros e gastos similares suportados	5.097	4.916	-182
Total Gastos	**13.618.085**	**12.942.236**	**-675.849**

1. Gastos com o pessoal – apresentam-se em linha com os valores orçamentados para o mesmo período, evidenciando um ligeiro acréscimo (42 mil euros).

Quadro 4 – Gastos com o pessoal

valores em €

	jan a jun		
	orçamento 2019	execução 2019	Δ face ao orçamento
Gastos totais com os Orgãos Soci	**158.283**	**170.371**	**12.088**
Gastos totais com o Pessoal	**6.182.570**	**6.212.441**	**29.871**
Remunerações fixas	4.215.203	4.393.623	178.420
Subsídio de Refeição	534.890	498.717	-36.173
Cessações	100.000	29.800	-70.200
Encargos	1.075.347	1.097.435	22.088
Ajudas de Custo	6.807	8.560	1.753
Seguros	118.468	107.004	-11.463
Formação	22.500	13.080	-9.420
Pensões e Planos de Saúde	17.500	17.500	0
Outros gastos	91.856	46.722	-45.134
Total	**6.340.853**	**6.382.812**	**41.959**
Nº de trabalhadores (sem O.S.)	503	503	0
Nº de Orgãos Sociais e Conselho Fisca	6	6	0
Total	**509**	**509**	**0**

2. Fornecimentos e serviços externos - O valor de fornecimentos e serviços externos registou um decréscimo de 596 mil euros em relação ao orçamento, principalmente nas rubricas de "Trabalhos Especializados" (-376 mil euros), "Publicidade e Propaganda" (-82 mil euros), "Limpeza e Higiene" (-72 mil euros) e "Conservação e Reparação" (-58 mil euros), "Seguros" (-22 mil euros) e

"Eletricidade" (-41 mil euros). De salientar que, relativamente ao grupo de contas da conservação e reparação, o desvio tenderá a diminuir ao longo do ano, já que existem procedimentos em curso nestas rúbricas.

As variações da conta de fornecimentos e serviços externos estão patentes no quadro 5.

Quadro 5 - Fornecimentos e serviços externos (F.S.E)

valores em €

F.S.E	jan a jun		
	orçamento 2019	execução 2019	Δ face ao orçamento
Trabalhos Especializados	643.919	268.159	-375.760
Conservação e reparação	481.231	423.373	-57.859
Limpeza, higiene	773.372	701.542	-71.830
Seguros	102.841	80.435	-22.406
Electricidade	588.729	547.267	-41.462
Rendas e alugueres	106.178	110.876	4.698
Comunicação	49.927	73.404	23.477
Vigilância e segurança	585.748	619.713	33.965
Água	213.611	242.285	28.674
Serviços de Postos de Vendagem	358.291	394.228	35.937
Publicidade e propaganda	192.500	110.855	-81.645
Outros FSE	284.709	213.337	-71.372
Total	4.381.055	3.785.473	-595.583

Gastos operacionais das empresas do setor empresarial do estado, alíneas b) e c), do n.º 3, do art.º 158.º do Decreto-Lei n-º 84/2019

As alíneas b) e c), do n.º 3, do art.º 158.º do Decreto-Lei n-º 84/2019, de 28 de junho, determinam que devem ser iguais ou inferiores aos montantes registados em 2018 os seguintes gastos operacionais:

- alínea b) Conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, e os associados à frota automóvel;
- alínea c) Conjunto dos encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria.

De modo a ser possível aferir a evolução destes gastos, apresenta-se de seguida o Quadro 6 com os gastos contabilizados nas referidas rubricas, bem como as respetivas comparações com o ano transato e com o orçamento até junho de 2019.

Quadro 6 – Gastos da alínea b) e c), do n.º 3, do art.º 158.º do Decreto-Lei n-º 84/2019

valores em €

Gastos alínea b) e c), n.º 3, art.º 158-º do Decreto-Lei n-º 84/2019	jan a jun				
	orçamento 2019	execução 2019	execução 2018	Δ face ao orçamento	Δ face a 2018
Gastos alínea b), n.º 3					
Deslocações e Estadas	12.517,75	10.185,53	9.470,95	-2.332,22	714,58
Ajudas de Custo	7.627,05	9.093,34	8.663,57	1.466,29	429,77
Gastos com frota autómovel	99.362,43	89.407,73	81.439,07	-9.954,70	7.968,66
Total Gastos alínea b)	**119.507,23**	**108.686,60**	**99.573,59**	**-10.820,63**	**9.113,01**
Gastos alínea c), n.º 3					
Estudos e pareceres	0,00	1.400,00	1.280,00	1.400,00	120,00
Projetos	35.000,00	0,00	52.996,50	-35.000,00	-52.996,50
Consultoria	42.500,00	49.985,00	20.976,00	7.485,00	29.009,00
Total Gastos alínea c)	**77.500,00**	**51.385,00**	**75.252,50**	**-26.115,00**	**-23.867,50**
Total	**197.007,23**	**160.071,60**	**174.826,09**	**-36.935,63**	**-14.754,49**

Assim, em relação à *alínea b)* pode observar-se que a comparação da execução de 2019 com a do mesmo período de 2018, apresenta um crescimento de 9 mil euros. No entanto, este aumento explica-se na sua quase totalidade pelo aumento dos gastos com a frota, em resultado das depreciações, conforme se pode observar no quadro abaixo. Esta situação resulta do facto de se terem adquirido 8 viaturas que se encontram a ser depreciadas. Em 2018, a frota automóvel da Docapesca estava totalmente depreciada, pelo que não existia qualquer montante nesta rubrica.

valores em €

Gastos com frota autómovel	jan a jun		
	execução 2019	execução 2018	Δ face a 2018
Gastos com frota autómovel	89.407,73	81.439,07	7.968,66
Conservação e reparação	8.873,58	11.648,91	-2.775,33
Seguros para Viaturas	9.703,73	7.662,01	2.041,72
Rendas de Viaturas (AOV)	17.477,60	19.774,20	-2.296,60
IUC - Imposto Único de Circulação	1.235,01	636,35	598,66
Combustíveis para viaturas	27.769,46	27.196,60	572,86
Portagens e Estacionamento de Viaturas	14.675,12	14.521,00	154,12
Depreciações	9.673,23	0,00	9.673,23

Comparativamente com o valor total orçamentado, os gastos da alínea b) apresentam uma quebra de 11 mil euros, devido principalmente aos gastos com a frota automóvel (-10 mil euros).

Em relação à alínea c), na comparação quer com o ano transato, quer com o valor orçamentado, regista-se um decréscimo de 23 mil e de 26 mil euros, respetivamente, devido à rubrica de projetos que ainda não apresenta qualquer realização este ano.

MS BA

De referir que no conjunto de todos estes gastos, a empresa apresenta uma diminuição de cerca de 37 mil euros face ao valor em orçamento e de 15 mil euros face ao período homologo de 2018.

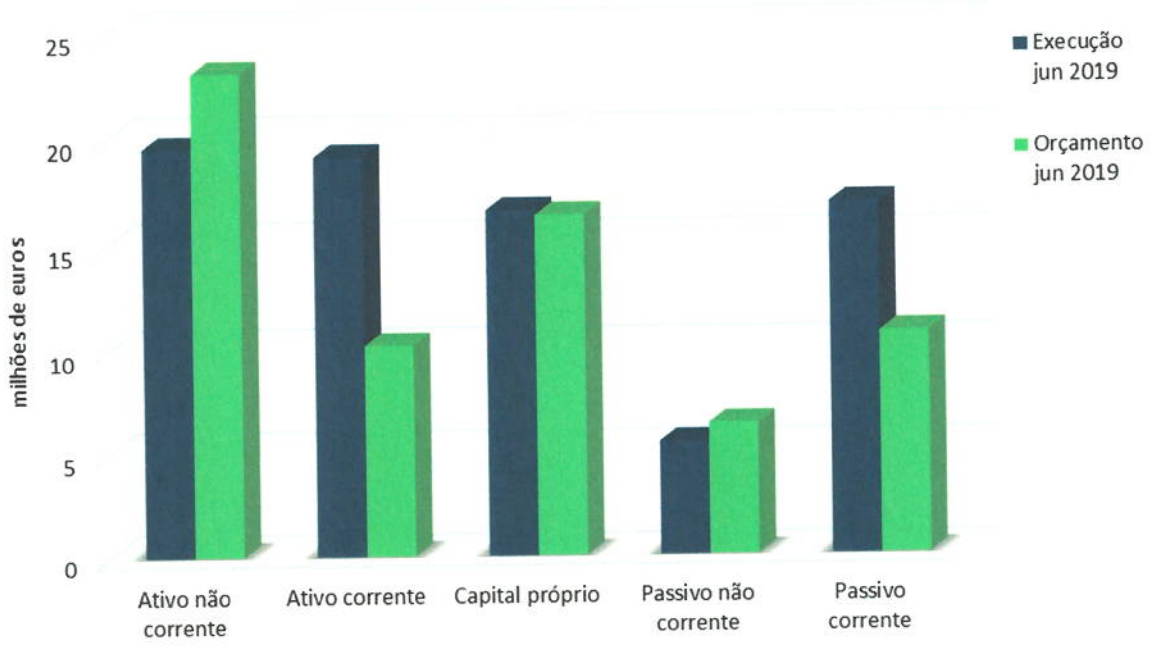
3. Imparidade de dívidas a receber (perdas) – No orçamento ficou contemplado, para este período, o montante de 168 mil euros para fazer face às dívidas de clientes e terceiros com maior antiguidade. Até ao final do período em análise foram constituídas novas imparidades no montante de 195 mil euros.

4. Outros gastos - verificou-se um acréscimo de 38 mil euros face ao orçamento, sendo que os valores mais relevantes se referem a:
    - "Reembolso de Prejuízos" que apresenta um acréscimo de 23 mil euros relativamente a indemnizações pagas devido à interrupção do leilão eletrónico, o que motivou a deterioração do pescado;
    - "Quotizações" registou um acréscimo de 15 mil euros justificado pela quota paga à Associação dos Portos de Portugal, valor que não estava previsto em orçamento.

MS BA

2. Balanço

Gráfico 1 - Balanço



No que diz respeito à comparação do Balanço, até ao final do 2.º trimestre de 2019, com o orçamentado para o mesmo período, representado no gráfico 1, as variações mais significativas foram as seguintes:

1. Ativo não Corrente - decréscimo de 3,45 milhões de euros, sendo a principal variação registada nos Ativos fixos tangíveis que apresentam uma quebra de 3,3 milhões euros, devido ao menor nível de execução do plano de investimentos, já verificado no trimestre anterior (ver quadro 7)

2. Ativo Corrente - apresenta um valor superior em 8,85 milhões de euros principalmente devido a:
   - Caixa e depósitos bancários – acréscimo de 5,86 milhões de euros, justificado pelo facto do saldo inicial ser muito superior ao orçamentado. De salientar que à data do encerramento do 2.º trimestre, 90% do montante dos depósitos bancários encontrava-se no IGCP e apenas 10% na banca comercial.
   - Clientes – decréscimo de 372 mil euros, devido ao esforço de cobrança efetuado;
   - Outros créditos a receber – superiores em 3,5 milhões de euros explicados essencialmente pela variação de "Compradores de pescado", que apresenta um acréscimo de 3,03 milhões de euros face ao valor orçamentado.

3. Passivo Não Corrente – registou um decréscimo de 880 mil euros, devido a:
   - Provisões – redução de 729 mil euros, em resultado da utilização da provisão constituída para fazer face ao pagamento de um processo de contencioso.
   - Responsabilidades por benefícios pós-emprego – registou um decréscimo de 136 mil euros.
4. Passivo Corrente - registou um acréscimo de 6,05 milhões de euros, devido às variações abaixo identificadas:
   - Aumento na conta de "Armadores-marés" de 1,9 milhões de euros, devido ao aumento do pescado transacionado em lota face ao previsto;
   - Acréscimo na conta "Cativações Armadores" de 1,1 milhões de euros;
   - Aumento de 900 mil euros relativos ao IVA a pagar;
   - Aumento na conta de "Reserva pessoal" de 780 mil euros;
   - Acréscimo de 340 mil euros na conta "Indemnizações recebidas"
   - Diminuição de fornecedores correntes em cerca de 425 mil euros, devido ao esforço de redução do prazo médio de pagamento;
   - Diminuição de fornecedores de investimento em cerca de 260 mil euros, pela razão atrás referida;

MS

3. Demonstração de Fluxos de Caixa

Da comparação entre o orçamentado e o realizado da Demonstração dos Fluxos de Caixa do 1.º semestre de 2019 resultam as seguintes variações

a. Fluxos de caixa das atividades operacionais:
   i. Recebimentos de clientes – apresentam um acréscimo de 1.93 milhões de euros face ao orçamento, devido essencialmente a um continuado esforço de cobrança.
   ii. Pagamentos a fornecedores – aumento de 32 mil euros face ao orçamento.
   iii. Pagamentos ao pessoal – quebra de 227 mil euros face ao orçamento, o que se prende com o facto de neste instrumento ter sido considerado no 1.º semestre o desembolso de algumas rubricas, como indemnizações, fundo de pensões, prémios de reforma, sendo que o valor da execução dos mesmos ficou aquém do orçamentado.

b. Fluxos de Caixa das atividades de investimento:
   i. Pagamentos a fornecedores de ativos fixos - decréscimo de 565 mil euros face ao orçamento relacionado com o menor investimento realizado comparativamente àquele que foi previsto.
   ii. Recebimento de subsídios ao investimento – decréscimo de 701 mil euros face ao orçamento. Até ao final do 1.º semestre de 2019 apenas recebemos 62 mil euros a título de subsídios ao investimento.

4. Investimento

A Docapesca realizou investimentos de 1,89 milhões de euros: 692 mil euros de investimentos correntes e 1.2 milhões de euros de investimentos específicos. A nível global, o investimento encontra-se abaixo dos montantes orçamentados em cerca 2 milhões de euros.

Descrevem-se, no quadro 7, os investimentos executados, por direção, até ao final de junho de 2019.

Quadro 7 - Investimentos

valores em €

Investimentos Execução			
jan a jun			
	Correntes 2019	Específicos 2019	Total Investimentos 2019
Direção de Lotas e Portos de Pesca do Norte e Matosinhos	95.412	149.520	244.933
Direção de Lotas e Portos de Pesca do Centro Norte	126.115	10.124	136.239
Direção de Lotas e Portos de Pesca do Centro	43.502	16.939	60.441
Direção de Lotas e Portos de Pesca do Centro Sul	42.413	293.818	336.230
Direção de Lotas e Portos de Pesca do Algarve	255.897	711.279	967.175
Sede	128.396	12.150	140.546
TOTAL	**691.735**	**1.193.830**	**1.885.565**

jan a jun 2019			
Investimentos Total	**Orçamento**	**Execução**	**desvios**
Investimentos Correntes	955.000	691.735	-263.265
Investimentos Específicos	2.957.254	1.193.830	-1.763.424
TOTAL	3.912.254	1.885.565	-2.026.689

Nos quadros seguintes apresentam-se discriminadas as principais aquisições inseridas no Plano de Investimentos Correntes (quadro 8) e no Plano de Investimentos Específicos (quadro 9).

Quadro 8 - Investimentos Correntes

valores em €

Principais Projetos	Montante Executado
Direção de Lotas e Portos de Pesca do Norte e Matosinhos	
Reabilitação da Sala de Controlo (Torre de Sinais) da Póvoa de Varzim	29.950
Reabilitação de Grua Móvel (Matosinhos)	21.118
Caixas de Plástico, 30 Litros- Matosinhos	22.400
Direção de Lotas e Portos de Pesca do Centro Norte	
Aquisição de viatura	26.500
Reposição da Iluminação Pública do Porto de Pesca da Figueira da Foz	58.799
Caixas de Plástico, 30 Litros- Aveiro	17.920
Caixas de Plástico, 30 Litros- Figueira da Foz	6.720
Direção de Lotas e Portos de Pesca do Centro	
Caixas de Plástico, 30 Litros- Peniche	21.056
Direção de Lotas e Portos de Pesca do Centro Sul	
Aquisição de viatura	21.699
Caixas de Plástico, 30 Litros- Sesimbra	8.960
Direção de Lotas e Portos de Pesca do Algarve	
Requalificação da ponte cais sul do porto de pesca de Sagres	40.483
Aquisição de gruas	21.569
Aquisição de viatura	21.699
Aquisição de gruas para o Porto de Pesca do Rio Arado	73.631
Reforço da Proteção das Pontes dos Cais de Portimão	59.399
Projetos - Sede	
Aquisição de viaturas	79.549
Leilão Electrónico para Comercialização Pescado	18.819
Total	**550.270**

MS BA

Quadro 9 - Investimentos Específicos

valores em €

Principais Projetos	Montante Executado
Direção de Lotas e Portos de Pesca do Norte e Matosinhos	
Plataforma Flutuante Apoio Pesca Artesanal (lev. topo-hidrográfico) V. Praia de Âncora	128.270
Modernização Portinho Pesca de Castelo do Neiva	10.631
Requalificação de Estruturas Flutuantes (Esposende)	8.152
Direção de Lotas e Portos de Pesca do Centro Norte	
Reabilização e apetrechamento da ponte cais Nº 2 (Aveiro)	5.121
Requalificação de parâmetros interiores da lota de Aveiro	4.890
Direção de Lotas e Portos de Pesca do Centro	
Prolongamento de Quebra Mar interior no porto de pesca de Peniche	16.939
Direção de Lotas e Portos de Pesca do Centro Sul	
Remodelação da estação de tratamento água salgada (Sesimbra)	125.738
Estendal de artes pescas e estacionamento (Sesimbra)	97.017
Reabilitação armazéns aprestos (Sines)	32.170
" Postos da Direção de Portos de Pesca e Lotas do Centro Sul: Costa da Caparica -Reabilitação e apetrechamento da lota, com o objetivo de melhoria das condições higio-sanitárias"	15.017
"Adaptações diversas nas instalações dos Postos existentes, com o objetivo de Melhoria das Condições Higio-sanitárias" (Trafaria e Fonte da Telha)	9.392
Direção de Lotas e Portos de Pesca do Algarve	
Dragagem da doca de Faro (Porto de Recreio)	286.540
Dragagem do porto de Santa Luzia	95.329
Reabilitação do pavimento e revestimentos, Quarteira	65.827
Reabilitação Cais Flutuantes, Quarteira	22.265
Dragagem do rio Gilão (Tavira)	48.025
Cais Provisório da ilha de Tavira	90.115
Requalificação do Edifício da Lota - Pavimento e Caleiras (Olhão)	75.117
Requalificação do Edifício da Lota - Tavira	20.910
Projetos - Sede	
Veículo Protótipo para Lota Móvel	12.150
Total	**1.169.614**

MS BL

5.Plano de Redução de Custos

GASTOS OPERACIONAIS	jan-jun		
	orçamento	execução 2019	Δ face ao orçamento
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consu	**336.907,81**	**233.184,34**	**-103.723,47**
Mercadorias	235.483,29	173.677,11	-61.806,18
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	101.424,52	59.507,23	-41.917,29
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo - usados na "produção"	29.560,00	26.386,34	-3.173,66
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo - Outros	71.864,52	33.120,89	-38.743,63
Fornecimentos e serviços externos	**4.381.055,43**	**3.785.472,73**	**-595.582,70**
Serviços Especializados	643.918,67	268.158,71	-375.759,96
Consultorias	42.500,00	49.985,00	7.485,00
Auditorias	6.000,00	3.000,00	-3.000,00
Outros	595.418,67	215.173,71	-380.244,96
Deslocações e estadias	11.275,25	8.864,95	-2.410,30
Electricidade	588.728,77	547.266,68	-41.462,09
Combustíveis	49.675,78	38.223,65	-11.452,13
Água	213.610,63	242.284,80	28.674,17
Artigos para oferta	1.000,00	0,00	-1.000,00
Rendas e alugueres	106.177,76	110.875,80	4.698,04
Despesas de representação	2.000,00	646,70	-1.353,30
Comunicação	49.926,98	73.404,01	23.477,03
Seguros	102.841,25	80.435,08	-22.406,17
Transportes	11.847,00	7.825,93	-4.021,07
Honorários	19.961,64	12.996,56	-6.965,08
Conservação e reparação	481.231,35	423.372,62	-57.858,73
Publicidade e propaganda	192.500,00	110.854,75	-81.645,25
Limpeza, higiene	773.371,70	701.542,07	-71.829,63
Vigilância e segurança	585.748,49	619.713,15	33.964,66
(FSE) Outros	547.240,16	539.007,27	-8.232,89
Gastos com o pessoal	**6.340.852,74**	**6.382.812,06**	**41.959,32**
Órgãos sociais	**158.282,64**	**170.370,70**	**12.088,06**
(Órgãos Sociais) Remunerações fixas	98.024,91	104.057,62	6.032,71
(Órgãos Sociais) Subsidio de refeição	2.178,50	2.133,25	-45,25
(Órgãos Sociais) Prémios de gestão	0,00	0,00	0,00
(Órgãos Sociais) Outras remunerações-Desp. Representa	24.433,50	23.531,36	-902,14
(Órgãos Sociais) Ajudas de custo	2.062,50	1.853,52	-208,98
(Órgãos Sociais) Encargos sobre as remunerações	28.448,61	29.721,33	1.272,72
(Órgãos Sociais) Seguros de acidentes no trabalho e doer	933,50	898,92	-34,58
(Órgãos Sociais) Seguros de saúde	150,00	149,70	-0,30
(Órgãos Sociais) Seguros de vida	446,62	0,00	-446,62
(Órgãos Sociais) Outros	1.604,50	8.025,00	6.420,50
Pessoal	**6.182.570,10**	**6.212.441,36**	**29.871,26**
(Pessoal) Remunerações fixas	4.076.215,69	4.243.621,60	167.405,91
(Pessoal) Subsidio de refeição	534.889,52	498.716,65	-36.172,87
(Pessoal) Prémios de gestão	0,00	0,00	0,00
(Pessoal) Outras remunerações	138.987,10	150.001,61	11.014,51
(Pessoal) Ajudas de custo	6.807,05	8.560,40	1.753,35
(Pessoal) Formação	22.500,00	13.079,70	-9.420,30
(Pessoal) Pensões e Planos de Saúde	17.500,00	17.500,00	0,00
(Pessoal) Encargos sobre as remunerações	1.075.347,35	1.097.435,05	22.087,70
(Pessoal) Seguros de acidentes no trabalho e doenças	46.743,27	41.354,32	-5.388,95
(Pessoal) Seguros de saúde	67.671,00	63.287,73	-4.383,27
(Pessoal) Seguros de vida	4.053,39	2.362,24	-1.691,15
(Pessoal) Indemnizações	100.000,00	29.800,00	-70.200,00
(Pessoal) Gastos de acção social	40.986,20	22.167,84	-18.818,36
(Pessoal) Outros	50.869,53	24.554,22	-26.315,31
TOTAL GLOBAL	**11.058.815,98**	**10.401.469,13**	**-657.346,85**

6.Resultados por Área de Negócios

Da comparação das Demonstrações de Resultados por áreas de negócio, a 30 de junho de 2019, com o orçamento, verificamos que a área de negócio mais significativa, quer no que respeita à constituição de rendimento, quer na parte relativa ao volume de negócios, foi a de "Lotas, postos de vendagem e fábricas de gelo", com um volume de negócios (vendas + prestações de serviços) de 8,7 milhões de euros, superior ao previsto em orçamento em 929 mil euros.

Importa referir que, dada a sazonalidade das atividades que integram as várias áreas de negócios existentes, os resultados deverão ter variações durante o ano. No entanto, a área relativa à primeira venda de pescado é inequivocamente a mais relevante para a empresa.

Área de Negócio: Lotas, postos de vendagem e fábricas de gelo

RENDIMENTOS E GASTOS LOTAS, POSTOS DE VENDAGEM E FÁBRICAS DE GELO	jan. a jun.2019	
	Orçamento	Real
Vendas	424.021,92	489.391,92
Serviços Prestados	7.324.370,55	8.188.042,65
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-85.712,31	-55.175,30
Fornecimentos e serviços externos	-1.593.839,41	-1.520.670,83
Gastos com o pessoal	-2.805.904,48	-2.929.216,99
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	0,00	-90.621,62
Outros rendimentos	445.719,98	410.729,71
Outros gastos	-179.880,62	-205.408,11
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	**3.528.775,63**	**4.287.071,43**
Gastos / Reversões de depreciação e de amortização	-1.003.961,18	-960.387,65
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	**2.524.814,45**	**3.326.683,78**
Imputação do Resultado Operacional - Administrativos e Serviços Centrais	0,00	-1.999.730,86
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) após imputação	**2.524.814,45**	**1.326.952,92**
Juros e rendimentos similares obtidos (imputados)	1.288,50	2.234,78
Juros e gastos similares suportados (imputados)	-3.283,92	-3.166,87
Resultado antes de impostos (após imputação Resultado Operacional - Administrativos e Serviços Centrais e Função Financeira)	**2.522.819,03**	**1.326.020,82**

Área de Negócio: Gestão Dominial (dentro dos Portos de Pesca)

RENDIMENTOS GESTÃO DOMINIAL (dentro dos Portos de Pesca)	jan. a jun.2019	
	Orçamento	Real
Vendas	250,00	100,00
Serviços Prestados	2.448.386,68	2.180.751,71
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-45,00	-287,60
Fornecimentos e serviços externos	-1.392.011,54	-1.383.757,33
Gastos com o pessoal	-552.851,76	-590.550,37
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	0,00	-19.154,91
Outros rendimentos	467.568,65	470.429,74
Outros gastos	-394.207,45	-397.995,17
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	**577.089,58**	**259.536,07**
Gastos / Reversões de depreciação e de amortização	-383.325,53	-450.213,79
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	**193.764,05**	**-190.677,72**
Imputação do Resultado Operacional - Administrativos e Serviços Centrais	-732.845,88	-581.455,97
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) após imputação	**-539.081,83**	**-772.133,69**
Juros e rendimentos similares obtidos	374,65	649,80
Juros e gastos similares suportados	-954,86	-920,82
Resultado antes de impostos (após imputação Resultado Operacional - Administrativos e Serviços Centrais e Função Financeira)	**-539.662,04**	**-772.404,72**

Área de Negócio: Combustíveis_ Mercadorias_ Entrepostos frigoríficos

RENDIMENTOS E GASTOS MERCADORIAS + COMBUSTÍVEIS + ENT.FRIGORÍFICO	jan. a jun.2019	
	Orçamento	Real
Vendas	261.577,77	176.708,21
Serviços Prestados	2.700,00	1.861,46
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-221.270,50	-166.053,84
Fornecimentos e serviços externos	-13.708,08	-12.624,06
Gastos com o pessoal	0,00	-9.696,00
Imparidade de inventários (perdas / reversões)	0,00	-8.744,33
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	0,00	43.209,89
Outros rendimentos	82.678,39	76.292,52
Outros gastos	0,00	-4.596,55
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	**111.977,58**	**96.357,30**
Gastos / Reversões de depreciação e de amortização	-28.565,59	-11.593,89
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	**83.411,99**	**84.763,41**
Imputação do Resultado Operacional - Administrativos e Serviços Centrais	-89.723,94	-71.188,94
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) após imputação	**-6.311,95**	**13.574,47**
Juros e rendimentos similares obtidos	45,87	79,56
Juros e gastos similares suportados	-116,91	-112,74
Resultado antes de impostos (após imputação Resultado Operacional - Administrativos e Serviços Centrais e Função Financeira)	**-6.382,98**	**13.541,29**

MJ BS

Área de Negócio: Gestão Dominial e Recreio (fora dos Portos de Pesca)

RENDIMENTOS GESTÃO DOMINIAL E RECREIO (fora dos portos de pesca)	jan. a jun.2019	
	Orçamento	Real
Vendas	0,00	650,00
Serviços Prestados	1.451.594,94	966.999,78
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0,00	-1.058,13
Fornecimentos e serviços externos	-300.334,48	-243.696,00
Gastos com o pessoal	-252.506,58	-179.286,51
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	-167.500,00	122.290,76
Outros rendimentos	45.195,12	60.391,87
Outros gastos	-154,77	-28,81
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	**776.294,23**	**726.262,96**
Gastos / Reversões de depreciação e de amortização	-106.183,21	-134.331,37
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	**670.111,02**	**591.931,59**
Imputação do Resultado Operacional - Administrativos e Serviços Centrais	-569.167,31	-451.589,81
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) após imputação	**100.943,71**	**140.341,78**
Juros e rendimentos similares obtidos	290,98	504,67
Juros e gastos similares suportados	-741,59	-715,16
Resultado antes de impostos (após imputação Resultado Operacional - Administrativos e Serviços Centrais e Função Financeira)	**101.234,69**	**140.846,45**

Serviços Administrativos, Serviços Centrais e Ambiente, Qualidade e Segurança (AQS) (1)

RENDIMENTOS E GASTOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS, SERVIÇOS CENTRAIS E AQS	jan. a jun.2019	
	Orçamento	Real
Vendas	44.777,63	0,00
Serviços Prestados	83.638,16	37.224,82
Subsídios à Exploração	174.912,50	203.371,22
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-29.880,00	-10.609,47
Fornecimentos e serviços externos	-1.081.161,92	-624.724,51
Gastos com o pessoal	-2.729.589,92	-2.611.260,86
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	-167.500,00	7,29
Outros rendimentos	83.072,27	64.859,71
Outros gastos	-48.629,29	-52.670,44
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	**-3.670.360,57**	**-2.993.802,24**
Gastos / Reversões de depreciação e de amortização	-241.764,35	-110.163,34
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	**-3.912.124,92**	**-3.103.965,58**
Juros e rendimentos similares obtidos	2.000,00	3.468,80
Juros e gastos similares suportados	-5.097,27	-4.915,59
Resultado antes de impostos	**-3.915.222,19**	**-3.105.412,37**

Nota (1): Este Mapa regista a totalidade dos custos administrativos que foram imputados às áreas de negócios.

MS BA

Demonstrações Financeiras

Balanço em 30 de junho de 2019

RUBRICAS	30-06-2019 Orçamento	30-06-2019 Execução
ATIVO		
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis	21.997.691,14	18.701.810,77
Ativos intangíveis	61.546,14	122.131,64
Participações financeiras - outros métodos	145.000,00	145.000,00
Outros investimentos financeiros	26.444,19	25.118,33
Ativo por impostos diferidos	860.835,94	651.065,13
	23.091.517,41	**19.645.125,87**
Ativo corrente		
Inventários	223.831,03	177.336,34
Clientes	3.198.767,83	2.826.854,42
Adiantamentos a fornecedores	500,00	4.946,30
Estado e outros entes públicos	187,25	316,77
Outros créditos a receber	5.742.728,70	9.252.127,84
Diferimentos	376.045,86	273.538,08
Caixa e depósitos bancários	669.869,71	6.527.963,55
	10.211.930,38	**19.063.083,30**
Total do ativo	**33.303.447,79**	**38.708.209,17**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
Capital próprio		
Capital subscrito	8.528.400,00	8.528.400,00
Reservas legais	254.008,86	257.041,91
Resultados transitados	1.536.855,00	1.703.342,26
Outras variações no capital próprio	6.281.013,90	5.452.823,91
Resultado líquido no período	-334.325,88	557.597,18
Total do capital próprio	**16.265.951,88**	**16.499.205,26**
Passivo		
Passivo não corrente		
Provisões	1.819.887,44	1.090.430,44
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	3.029.725,85	2.893.622,79
Outras dívidas a pagar	1.472.254,88	1.457.519,29
	6.321.868,16	**5.441.572,52**
Passivo corrente		
Fornecedores	975.441,05	550.297,29
Estado e outros entes públicos	785.173,93	2.286.652,72
Outras dívidas a pagar	8.910.486,16	13.461.522,31
Diferimentos	44.526,61	468.959,07
	10.715.627,75	**16.767.431,39**
Total do passivo	**17.037.495,91**	**22.209.003,91**
Total do capital próprio e do passivo	**33.303.447,79**	**38.708.209,17**

Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas

Periodo findo em 30 de junho de 2019

RENDIMENTOS E GASTOS	jan a jun 2019		Desvios	
	Orçamento	Real	Valor	%
Vendas	730.627,32	666.850,13	-63.777,19	-8,73%
Mercadorias	37.741,47	26.696,51	-11.044,96	-29,26%
Combustiveis	248.786,30	164.036,53	-84.749,77	-34,07%
Gelo	444.099,55	476.117,09	32.017,54	7,21%
Serviços Prestados	11.310.690,33	11.374.880,42	64.190,09	0,57%
1.ª Venda de Pescado	7.256.684,13	8.092.314,13	835.630,00	11,52%
Serviços dos Portos de Pesca	2.506.427,04	2.243.642,91	-262.784,13	-10,48%
Gestão Dominial	904.129,13	577.536,99	-326.592,14	-36,12%
Serviços Secundários	101.770,05	116.283,25	14.513,20	14,26%
Serviços Náutica e Mar.Turisticas	542.345,87	345.184,47	-197.161,40	-36,35%
Comissões de Cobrança	44.490,36	38.843,74	-5.646,62	-12,69%
Descontos e Abatimentos	-45.156,25	-38.925,07	6.231,18	13,80%
Subsídios à Exploração	174.912,50	203.371,22	28.458,72	100,00%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-336.907,81	-233.184,34	103.723,47	30,79%
Fornecimentos e serviços externos	-4.381.055,43	-3.785.472,73	595.582,70	13,59%
Electricidade	-588.728,77	-547.266,68	41.462,09	7,04%
Água	-213.610,63	-242.284,80	-28.674,17	-13,42%
Comunicação	-49.926,98	-73.404,01	-23.477,03	-47,02%
Conservação	-481.231,35	-423.372,62	57.858,73	12,02%
Limpeza	-773.371,70	-701.542,07	71.829,63	9,29%
Vigilância	-585.748,49	-619.713,15	-33.964,66	-5,80%
Mão de Obra do Exterior	-75.000,00	-46.514,29	28.485,71	37,98%
Outros FSE	-1.613.437,51	-1.131.375,11	482.062,40	29,88%
Gastos com o pessoal	-6.340.852,74	-6.382.812,06	-41.959,32	-0,66%
Imparidade de inventários (perdas / reversões)	0,00	-8.744,33	-8.744,33	100,00%
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	-167.500,00	55.731,41	223.231,41	133,27%
Outros rendimentos	1.124.234,41	1.082.703,55	-41.530,86	-3,69%
Venda de Energia	239.727,64	180.349,05	-59.378,59	-24,77%
Venda de Água	103.373,19	90.805,09	-12.568,10	-12,16%
Cedência de Exploração	58.137,50	58.538,69	401,19	0,69%
Subsidios ao Investimento	636.941,18	577.759,62	-59.181,56	-9,29%
Outros Rendimentos	86.054,90	175.251,10	89.196,20	103,65%
Outros gastos	-622.872,13	-660.699,08	-37.826,95	-6,07%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	**1.491.276,45**	**2.312.624,19**	**821.347,74**	**55,08%**
Gastos / Reversões de depreciação e de amortização	-1.763.799,86	-1.666.690,04	97.109,82	5,51%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos	**-272.523,41**	**645.934,15**	**918.457,56**	**-337,02%**
Juros e rendimentos similares obtidos	2.000,00	3.468,80	1.468,80	73,44%
Juros e gastos similares suportados	-5.097,27	-4.915,59	181,68	3,56%
Resultado antes de impostos	**-275.620,68**	**644.487,36**	**920.108,04**	**-333,83%**
Imposto sobre o rendimento do periodo	-58.705,20	-86.890,18	-28.184,98	-48,01%
Resultado liquido do periodo	**-334.325,88**	**557.597,18**	**891.923,06**	**-266,78%**

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Período findo em 30 de junho de 2019

RUBRICAS	jan a jun	
	orçamento 2019	execução 2019
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo		
Recebimentos de clientes	13.572.437,01	15.499.883,08
Pagamentos a fornecedores	-6.613.814,95	-6.645.748,46
Pagamentos ao pessoal	-6.562.238,19	-6.335.322,93
Caixa gerada pelas operações	**396.383,87**	**2.518.811,69**
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-44.609,93	-107.181,05
Outros recebimentos/pagamentos	-447.822,10	-1.695.002,45
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	**-96.048,16**	**716.628,19**
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-3.104.203,40	-2.538.805,23
Ativos intangíveis	0,00	-1.755,21
Subsidios ao investimento	763.186,08	62.361,61
Juros e rendimentos similares	0,00	1,27
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	**-2.341.017,32**	**-2.478.197,56**
Fluxos de caixa das actividade de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e gastos similares	-5.097,27	-1.658,03
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	**-5.097,27**	**-1.658,03**
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	**-2.442.162,75**	**-1.763.227,40**
Caixa e seus equivalentes no início do período	**3.112.032,49**	**8.291.190,95**
Caixa e seus equivalentes no fim do período	**669.869,74**	**6.527.963,55**

Discriminação dos Componentes de Caixa e seus Equivalentes	Real
	jun-19
Numerário	76.063,79
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	
- Bancos comerciais	650.698,08
- IGCP	5.801.201,68
Disponibilidades e seus equivalentes no fim do período	**6.527.963,55**

MS

7.Indicadores Financeiros

O presente quadro mostra-nos a evolução dos principais indicadores financeiros atingidos até ao final do 2.º trimestre de 2019.

Quadro 10 – indicadores

Indicadores	janeiro 2019	fevereiro 2019	março 2019	abril 2019	maio 2019	junho 2019	Objetivo PAO 2019
Volume de Negócios (€)	2.029.325	3.999.007	5.997.751	7.838.305	9.741.088	12.041.731	26.621.756
Peso dos CMVMC+FSE+GcP no Volume de Negócios	82,2%	81,1%	84,8%	86,5%	87,7%	86,4%	83,1%
PMP (dias)	38	36	33	37	33	36	30
Resultado Antes de Impostos (€)	284.509	396.254	287.526	456.354	460.886	644.487	2.008.146
Resultado Líquido (€)	261.917	368.855	255.014	415.630	401.639	557.597	1.526.802
Liquidez Geral	1,23	1,18	1,15	1,16	1,16	1,14	0,94
Autonomia Financeira	0,41	0,40	0,42	0,44	0,45	0,43	0,51
Rentabilidade das Vendas	0,13	0,09	0,04	0,05	0,04	0,05	0,06

Lisboa, 29 de julho de 2019

Departamento de Controlo Orçamental
e Avaliação de Risco

Margarida R. Silva
Bernardo Almeida

O Conselho de Administração

Carlos Figueiredo
Vogal do
Conselho de Administração

Sérgio Faias
Vogal do
Conselho de Administração

Teresa Coelho
Presidente do
Conselho de Administração